



História moderna

História moderna

Adauto Damasio

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Alberto S. Santana
Ana Lucia Jankovic Barduchi
Camila Cardoso Rotella
Cristiane Lisandra Danna
Danielly Nunes Andrade Noé
Emanuel Santana
Grasiele Aparecida Lourenço
Lidiane Cristina Vivaldini Olo
Paulo Heraldo Costa do Valle
Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Rafael Pavani Da Silva
Vitor Aquino de Queiroz D'Ávila Teixeira

Editorial

Adilson Braga Fontes
André Augusto de Andrade Ramos
Cristiane Lisandra Danna
Diogo Ribeiro Garcia
Emanuel Santana
Erick Silva Griep
Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Damasio, Adauto
D369h História moderna / Adauto Damasio. – Londrina : Editora
e Distribuidora Educacional S.A., 2017.
216 p.

ISBN 978-85-522-0263-9

1. História. 2. Civilização moderna. I. Título.

CDD 909.82

Sumário

Unidade 1 Transformações culturais na Europa no início da História Moderna	7
Seção 1.1 - Renascimento	9
Seção 1.2 - Grandes navegações	26
Seção 1.3 - Reforma religiosa e Contrarreforma católica	42
Unidade 2 Estruturas políticas, sociais e econômicas do Antigo Regime	61
Seção 2.1 - Estado absolutista	63
Seção 2.2 - Mercantilismo	78
Seção 2.3 - Sociedade estamental	93
Unidade 3 A Europa em transformação na História Moderna	109
Seção 3.1 - Revoluções inglesas	111
Seção 3.2 - Revolução científica	127
Seção 3.3 - Iluminismo	143
Unidade 4 Cultura popular e revoluções	161
Seção 4.1 - Cultura popular na Idade Moderna	163
Seção 4.2 - Revolução Industrial	179
Seção 4.3 - Revolução Francesa	196

Palavras do autor

Prezado estudante, seja bem-vindo! Este material didático foi escrito com o objetivo de permitir a efetiva aprendizagem sobre os principais temas da *História Moderna*. Os conteúdos aqui abordados e as habilidades desenvolvidas a partir desta unidade serão fundamentais para o seu sucesso profissional e a continuidade de construção de seu projeto de vida pessoal e profissional.

Este material contém um conjunto significativo de informações e reflexões históricas que serão importantes para a sua atuação profissional, seja na área da docência ou, ainda, na área de pesquisa. Certamente, ele também será central em sua formação como cidadão consciente das discussões que ocorrem no presente que nós vivenciamos. Por exemplo, a América Latina tem hoje o maior número de católicos do planeta; as discussões sobre diversidade religiosa estão presentes em nosso cotidiano, o método e o discurso científico estão presentes em todas as esferas da cultura, os produtos que consumimos são majoritariamente oriundos de grandes complexos industriais e a democracia representativa faz parte da cultura política ocidental. Nesta unidade, poderemos refletir sobre algumas nuances dos processos que contribuíram para a construção do mundo em que vivemos.

Ademais, ele será de fundamental importância para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para o trabalho do historiador, pois é base de sustentação para a compreensão da modernidade.

Na Unidade 1, estudaremos importantes movimentos de mudanças na Europa cristã, tais como o Renascimento Cultural, as Grandes Navegações e a Reforma Religiosa. Na Unidade 2, abordaremos o Estado absolutista, o mercantilismo e a sociedade estamental. Na Unidade 3, nossas temáticas serão as revoluções inglesas, a Revolução Científica e o Iluminismo. Por último, mas não menos importante, a Unidade 4, que tratará dos temas da cultura popular na Idade Moderna, Revolução Industrial e Revolução Francesa.

Esperamos que você aprecie o material e obtenha bons resultados em seus estudos. Bom trabalho!

Transformações culturais na Europa no início da História Moderna

Convite ao estudo

Seja bem-vindo! Nesta unidade, vamos estudar temas centrais da construção da modernidade na Europa ocidental. Nosso caminho será o das grandes descobertas e transformações pelas quais passaram a civilização ocidental, bem como seu encontro com outros povos e outras culturas, além das rupturas criadas no interior da cristandade.

Na Seção 1.1, estudaremos o Renascimento, um processo histórico que ofereceu novos caminhos para a cultura ocidental bem como novas formas de pensamento, a partir do século XIV; a Península Itálica foi o seu centro criador e seu grande difusor. Você, como estudante de História, vivenciará esse processo e poderá perceber o surgimento de uma nova mentalidade na qual o homem passou a ser “a medida de todas as coisas”.

Na Seção 1.2, entenderemos os processos que levaram os europeus a procurarem novos domínios territoriais na África e na América, impulsionados pela busca de novas rotas comerciais. Nesse contexto, povos com culturas diferentes se encontraram, estabelecendo entre si relações conflituosas, mas também promovendo intensas trocas culturais. Portugal e Espanha estiveram à frente desse movimento de expansão.

Na Seção 1.3, entenderemos as causas e as características da grande ruptura no interior da Igreja católica na Europa ocidental, a partir do século XVI, com o surgimento de novas igrejas cristãs. Assim, abordaremos algumas das práticas de intolerância religiosa que marcaram a modernidade europeia.

Nos três processos citados, o etnocentrismo esteve no cerne das atitudes de grupos humanos, em especial os europeus. Caetano Veloso escreveu que “Narciso acha feio o que não é espelho”, pois temos a tendência de reconhecer e valorizar o “outro” em função de nossos padrões culturais de comportamento, nossos códigos linguísticos, nossa cultura material. A busca da tolerância cultural e religiosa é um dos desafios de nosso tempo. A Unidade 1 será fundamental para uma reflexão sobre quais são as consequências da intolerância.

Dentro desse contexto de reflexões sobre o presente e o passado da humanidade, imagine que você foi contratado para ser professor em uma escola de Ensino Fundamental II e nela observa manifestações de intolerância, reveladoras da dificuldade que temos em lidar com a alteridade. Sendo assim, você percebe a importância de formar alunos que, desde cedo, aprendam a lidar com a alteridade, isto é, que saibam ‘notar’ que seus valores (culturais e políticos, por exemplo) não são, necessariamente, os valores dos demais.

Para levar essa tarefa a cabo, você irá desenvolver com os alunos discussões sobre o tema da alteridade. A ideia é debater temas da História Moderna com base em questões do presente.

A despeito de os europeus já terem travado relações com outros povos ao longo da sua história, o período histórico que denominamos História Moderna é uma época privilegiada para analisarmos a questão do “outro”, pois tratou-se de um momento em que foram estabelecidas relações entre os europeus e populações por eles antes desconhecidas na América, África e Ásia. Além disso, trata-se também de um período marcado por profundas transformações nas mentes e formas de pensar. Até que ponto os renascentistas construíram o “outro” a partir da figura do que seria o “homem medieval”? Por fim, os conflitos surgidos em torno da criação das novas igrejas cristãs na Europa ocidental não teriam ‘renovado’ as práticas de intolerância ‘do fiel contra o infiel’?

Seção 1.1

Renascimento

Diálogo aberto

Nesta primeira seção do seu livro didático, você irá estudar e compreender o Renascimento Cultural na Europa, processo histórico iniciado na Itália e que se difundiu pela Europa ocidental a partir do século XIV.

Tratou-se de um processo histórico “fundante” da modernidade, pois introduziu novos elementos culturais e influenciou o comportamento dos indivíduos na cultura europeia. Entre esses vários novos elementos, devemos citar o fortalecimento do pensamento racionalista, do antropocentrismo, do individualismo e a valorização das representações artísticas da natureza e do homem.

Dentro desse contexto, seu primeiro desafio será o de preparar uma aula sobre o tema, usando como referência obras de arte produzidas na época (documentos de época). Você é professor do Ensino Fundamental II e leciona no 7º ano. Ao iniciar as aulas sobre o Renascimento, apresenta aos alunos a seguinte notícia sobre o uso pela publicidade da famosa obra do artista Leonardo da Vinci pelo meio eletrônico: <<http://croove.com.br/crie/as-curiosas-releituras-de-mona-lisa-na-propaganda>> (acesso em: 16 jun. 2017). Também, como forma de comparar os “retratos” das personagens da época, você apresenta um retrato de Martinho Lutero, disponível em: <<https://goo.gl/AB5Om8>> (acesso em: 16 jun. 2017). Sabendo que os alunos provavelmente têm uma imagem já projetada sobre a famosa obra *Monalisa*, faça uma sugestão de aula em que essa notícia e suas imagens sirvam para discutir a representação que fazemos sobre o “outro”.

Busque atentar os alunos para as intencionalidades na produção das imagens, o ambiente histórico em que elas são criadas e as técnicas de enquadramento dos personagens retratados. Também aguace a curiosidade dos seus alunos lembrando que eles (como nós) vivem o seu tempo presente farto de imagens e representações sobre todos os temas e dilemas que experienciamos.

Vamos aos estudos para compreender o assunto!

O Renascimento italiano

O Renascimento foi um processo de transformação cultural iniciado no século XIV, na Itália, que teve como fundamento a mudança significativa dos valores até então hegemônicos ditados pela cultura eclesiástica do catolicismo. Muitos pensadores contemporâneos ao período o definiram como uma ruptura drástica com a cultura religiosa medieval, afirmando que tal ruptura tinha como inspiração central a retomada dos valores racionalistas das civilizações grega e romana, da Antiguidade Clássica, portanto.

Observe que aqui usamos o termo "Itália" como expressão geográfica, pois não havia unidade política nessa região desde a queda do Império Romano, no século V. A Itália, como nação, surgirá apenas em 1871, após um longo processo de unificação que será estudado posteriormente.

As manifestações artísticas, literárias e filosóficas do Renascimento são variadas, mas há elementos comuns a todas elas. Os pensadores do período, por exemplo, se opuseram à cultura teocêntrica que foi hegemônica no período medieval e passaram a defender a ideia de que o homem era capaz, com seu próprio esforço individual, de modificar sua vida sem depender de Deus para tal objetivo. Tal ideal de cultura foi muito incentivado pelos comerciantes que enriqueceram após o Renascimento comercial. Um novo ideal de homem foi se formando nesse processo, marcado pela valorização do individualismo, do dinamismo e culto ao próprio homem.

O Renascimento não se constitui como um processo isolado. Em verdade, ele foi uma das partes de um conjunto de transformações que foram iniciadas com a crise do feudalismo a partir do século XI, quando a Europa vivenciou o renascimento comercial e urbano, a ascensão da burguesia comercial (comerciantes) e o lento, porém vigoroso, processo de unificação política em várias regiões da Europa.

Mas é necessário refletir sobre o conceito de Renascimento. Ele pressupõe que algo morreu e renasceu, por óbvio. O termo Renascimento foi criado por humanistas italianos e retomado por Giorgi Masari (1511-1574), com o objetivo de contrapor a nova maneira de "entender o mundo" ao pensamento clerical do medievo. No entanto, é preciso relativizar o próprio conceito, tal como afirma Delumeau (1994, p. 19):

Essa noção significa juventude, dinamismo, vontade de renovação. Teve em si a inevitável injustiça das abruptas declarações de adolescentes, que rompem ou creem romper com os gostos e as categorias mentais dos seus antecessores. Mas o termo 'Renascimento', mesmo na acepção estrita dos humanistas, que o aplicavam, essencialmente, à literatura e às artes plásticas, parece-nos atualmente insuficiente. Parece rejeitar, como bárbaras, as criações simultaneamente sólidas e misteriosas da arte românica e aquelas outras, mais esbeltas e dinâmicas, da idade gótica. Não dá conta nem de Dante, nem de Villon, nem da pintura flamenga do século XV. [...] Não afirmou Burckhardt [...], há já um século, que, no essencial, o Renascimento não fora uma ressurreição da Antiguidade? Ora, se dermos aos fatos da economia e à técnica o lugar que lhes cabe, o juízo de Burckhardt ganha ainda mais verdade. Pois o regresso à Antiguidade em nada influiu na invenção da imprensa ou do relógio mecânico, nem no estabelecimento da contabilidade por partidas dobradas, nem do das letras de câmbio ou das feiras bancárias.

Delumeau reconhece o Renascimento como um período de grandes transformações na cultura, nas ciências e nas técnicas, mas não o interpreta como uma ruptura abrupta com o que morreu (cultura clássica) para renascer (Renascimento), pois o conceito de Renascimento não consegue explicar as qualidades inéditas das artes românica e gótica, nem a recuperação do racionalismo da Antiguidade Clássica consegue explicar os avanços técnicos ocorridos no período.

Assim, Delumeau oferece um significado alternativo sobre o Renascimento: "a promoção do Ocidente numa época em que a civilização da Europa ultrapassou, de modo decisivo, as civilizações que lhe eram paralelas" (op. cit., p. 20).



Refleta

Sempre que uma sociedade passa por mudanças, os próprios atores das mudanças costumam, por questões simbólicas e políticas, oferecer novos nomes para o período que, supostamente, tem início com o objetivo de se diferenciar do período anterior. Por exemplo, quando José Sarney assumiu a presidência da República, no Brasil, em 1985,

muitos historiadores, pensadores e os próprios atores políticos do processo definiram o novo governo como o início da “Nova República”, em contraposição ao período da Ditadura Militar (1964-1985). Isso está presente, inclusive, em muitos livros didáticos de História do Brasil. Você acredita que essas delimitações temporais são neutras, ou seja, que elas estão baseadas apenas em “fatos históricos” comprovados pela “ciência histórica”? Você acredita que tais denominações, de fato, delimitam momentos de rupturas históricas?

A Itália Renascentista

A nova cultura renascentista surgiu na Itália, pois nela algumas condições estavam presentes:

- O **comércio** nunca deixou de existir na península itálica; seus comerciantes faziam as trocas comerciais com os árabes e traziam para a Europa produtos do oriente conhecidos como especiarias.
- A partir do século IX, aumentou a circulação da ciência e da filosofia vinda de Bagdá, centro da cultura islâmica. Foi por meio do contato com a cultura islâmica nos reinos mediterrâneos que os europeus redescobriram a filosofia greco-romana.
- Ao contrário da Europa continental, onde o comércio foi minimizado durante a Alta Idade Média, as cidades italianas viviam intensa **efervescência cultural** em grandes centros urbanos.
- Nessas cidades, tais como Florença, Pisa, Gênova e Roma, houve uma forte ascensão econômica e social de uma rica classe social: a **burguesia comercial**, incentivadora das mudanças culturais, atuando como **mecenas** de artistas e pensadores.
- A **cultura clássica** – greco-romana – estava muito melhor conservada na península itálica, pois ela fora o centro do Império Romano e guardava ainda muitas de suas construções.
- Os **Mecenas** eram pessoas ricas interessadas em financiar obras dos artistas por admiração à arte ou por interesse de se verem retratados nessas obras. Os mecenas eram comerciantes, banqueiros e membros do clero católico.

Costumamos dividir o Renascimento italiano em três períodos:

Trecento (1300-1399)

Francesco Petrarca (1304-1374) é o pai da literatura renascentista italiana. Em sua obra *De África*, nota-se forte inspiração nas obras clássicas da antiguidade.

Giovanni Boccaccio (1313-1375) escreveu o *Decameron*, uma obra feita em prosa que expressa valores anticlericais com o uso de elementos eróticos e picarescos.

Quattrocento (1400-1499)

Nesse período, destaca-se a criação da escola de filosofia neoplatônica, financiada por Lourenço de Médici, considerado o maior **mecenas** do Renascimento. Essa escola de escritores tem importância marcada pelo caráter pagão de suas obras, bem como o uso de temas eróticos como reação à moral cristã.

Cinquecento (1400-1499)

O mais importante autor italiano desse período foi Nicolau Maquiavel, cuja principal obra, *O Príncipe*, pregou pela unificação política da Itália e a separação total entre Estado e religião. Todos os seus argumentos foram baseados em análises históricas e factuais. O homem teria, para Maquiavel, uma natureza má e somente um líder que soubesse manusear seus anseios (um príncipe, um rei) poderia, por quaisquer meios, manipulá-los para alcançar seus objetivos. Maquiavel é o criador da Ciência Política.

As artes plásticas e arquitetura

A cultura renascentista fez com que os artistas buscassem representar o mundo tal como ele é, mesmo que essa busca e seus resultados pudessem ser problematizados por vários pontos de vista. Isso fez com que o racionalismo se tornasse um ideal nas artes e esses artistas passaram a estudar matemática – geometria – para representar a natureza e as formas humanas. Assim, a perspectiva (representação matemática do espaço) e as proporções matemáticas se tornaram objeto de estudo. Outra característica das artes plásticas foi a preocupação com a simetria. Nesse contexto, os artistas intensificaram a prática de identificar a autoria de suas obras, pois tal assinatura passou a estar em consonância com uma sociedade que valorizava cada vez mais o indivíduo.

Na arquitetura renascentista, tornou-se comum o uso de

referenciais estéticos da Antiguidade Clássica, bem como a busca por simetria de ângulos e eixos. Nas esculturas, a busca do belo, o ideal para o homem na Antiguidade Clássica, o forte apelo ao naturalismo, a riqueza de detalhes e a simetria nortearam as obras dos artistas.

Entre os mais importantes artistas do Renascimento, podemos destacar: Giotto, Masaccio, Botticelli, Leonardo da Vinci, Ticiano, Tintoretto, Rafael, Michelangelo.



Assimile

- Valores do Renascimento: antropocentrismo, racionalismo, inspiração nas culturas grega e romana, valorização do indivíduo, culto ao homem racional.
- Fatores do Renascimento na Itália: atividade comercial ininterrupta, rica burguesia comercial, atividades urbanas efervescentes, preservação da cultura clássica.
- Pensamento racional na política com Maquiavel: argumentos racionais sobre a "essência" humana e separação entre religião e pensamento político.
- Artes plásticas, arquitetura e escultura no Renascimento: perspectiva, simetria, racionalismo e naturalismo.



Exemplificando

Figura 1.1 | *Madonna* - séc. XIII



Fonte: <<https://goo.gl/lgqkRX>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

Figura 1.2 | *Madonna* - séc. XV



Fonte: <<https://goo.gl/Utzo91>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

Note que a pintura de Cenni di Peppi é plana, não há profundidade nem tridimensionalidade. Na pintura de Rafael, Madona é fortemente humanizada, ou seja, possui traços humanos mais realistas, em um cenário com um fundo de vegetação, montanhas e lago.



Pesquise mais

Visite as salas de exposição e galerias do Louvre, um dos museus mais famosos do mundo, e contemple as suas fachadas. Faça uma visita virtual e conheça muitas obras do Renascimento, bem como outras obras de arte produzidas ao longo da história da humanidade. Disponível em: <<http://www.louvre.fr/en/visites-en-ligne>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

Conheça obras de arte produzidas em vários períodos da História, com destaque para a Renascença. Disponível em: <<https://www.google.com/culturalinstitute/beta>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

O Humanismo

Entre os séculos XV e XVI, pensadores europeus criaram uma forma de pensar o mundo denominada Humanismo, num contexto social estreitamente ligado ao Renascimento Cultural que, embora tenha surgido na Itália, difundiu-se pela Europa (Inglaterra, Portugal, Espanha, Holanda e França). A difusão do Humanismo foi facilitada pela invenção da imprensa, que permitiu que as ideias se espalhassem pela Europa mais rapidamente a partir do século XV. Estudaremos esse tema adiante.

Os pensadores do Humanismo tinham como fonte de pesquisa versões dos textos dos pensadores gregos e romanos, frequentemente traduzidos a partir de escritos árabes. Eles primavam pela grande erudição e passaram a questionar a filosofia ensinada nas universidades europeias, que até então eram dominadas pelo clero e pelo pensamento de São Tomás de Aquino. Nesse momento, surgem os filólogos, estudiosos de línguas como o latim clássico, grego, hebraico e aramaico, que tratavam de investigar com profundidade os textos dos filósofos da Antiguidade e de questionar as interpretações medievais produzidas pelo clero católico.

O pensamento dos humanistas era primordialmente antropocêntrico, ou seja, tinha o homem e sua capacidade racional de

entender o mundo como fundamento. Esses filósofos, no entanto, não eram ateus. Para eles, o homem era o ser mais importante da criação divina e o uso da razão deveria aproximar o homem de Deus.

Entre os vários autores humanistas que podemos citar, destacam-se Giordano Bruno, Tommaso Campanella, Erasmo de Roterdã, Michel de Montaigne e Nicolau Copérnico, entre outros.



Assimile

- Humanismo: filosofia renascentista com ligações estreitas com os filósofos gregos e romanos.
- Humanistas: pensadores eruditos cuja proposição central foi o antropocentrismo.



Exemplificando



“Andando eu, pois, há muito tempo a meditar comigo nesta incerteza dos ensinamentos tradicionais das matemáticas acerca da dedução dos movimentos das esferas do Universo, comecei a desgostar-me o fato de os filósofos não terem conhecimento firme de nenhuma explicação da máquina do Mundo que por nossa causa fora construída pelo mais qualificado e modelar artista de todos, eles que, aliás, fazem afinal profundas investigações a respeito das mais minuciosas coisas deste Universo. Por isso dei-me à tarefa de ler os livros de todos os filósofos que pudesse adquirir, disposto a indagar se nunca nenhum teria opinado a existência de outros movimentos das esferas do mundo [...]. E de fato descobri, primeiro em Cícero, que Nicetas reconhecera que a Terra se move. Depois, também em Plutarco verifiquei que tinha havido outros da mesma opinião. [...]. Assim, aproveitei, desde logo a oportunidade e comecei também eu a especular acerca da mobilidade da Terra. E embora a ideia parecesse absurda, contudo, porque eu sabia que a outros antes de mim fora concedida a liberdade de imaginar os círculos que quisessem para explicar os fenômenos celestes, pensei que também me fosse facilmente permitido experimentar se, uma vez admitido algum movimento da Terra, poderia encontrar demonstrações mais seguras do que as deles para as revoluções das esferas celestes” (COPÉRNICO, 1984, p. 264).

Note que Copérnico, em sua meditação e inquietação sobre o ensino de matemática e dos movimentos da Terra, vai buscar na leitura de autores clássicos (Nicetas e Plutarco) as referências para saber se outros pensaram como ele na Antiguidade grega e romana. Mais do que isso, remete ao seu desejo de fazer experimentações a respeito do tema, projetando, inclusive, fazer demonstrações mais seguras do que as dos autores clássicos da antiguidade. Trata-se, na prática, do início da construção do método.

O astrônomo polonês Nicolau Copérnico (1473-1543) criou a teoria heliocêntrica, segundo a qual a Terra gira em torno do Sol, contrapondo-se à teoria geocêntrica, segundo a qual a Terra seria o centro do universo. Suas descobertas foram aperfeiçoadas por Johannes Kepler e por Galileu Galileu.

As invenções do Renascimento

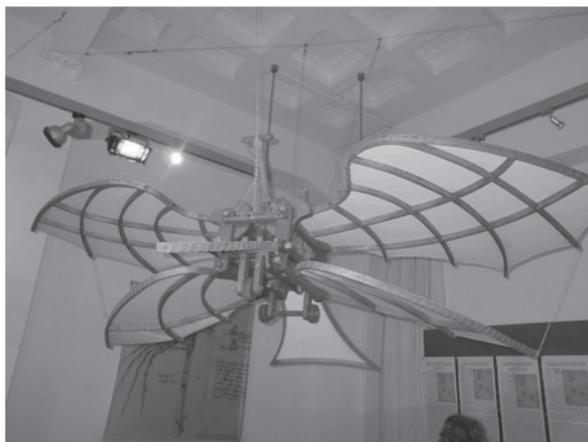
É certo que os europeus do Ocidente já tinham conhecimentos técnicos acumulados muito antes do Renascimento. Por exemplo, já tinham o domínio de técnicas avançadas no trabalho com a aragem da terra com o uso do ferro, já conheciam os benefícios da rotação de culturas e já se beneficiavam do uso dos moinhos movidos pela força do vento e da água.

Mas as inovações técnicas do Renascimento foram significativamente mais impactantes, pois ultrapassaram os benefícios para o campo e chegaram às cidades. Os chineses já conheciam o papel desde muito antes dos europeus, mas foi Johannes Gutenberg (1398-1468) quem inventou a imprensa de tipos móveis, permitindo a produção de livros em grande escala. Tal invenção permitiu a difusão das ideias renascentistas por toda a Europa, bem como os seus avanços técnicos.

Leonardo da Vinci

Entre os inventores do Renascimento, um dos mais conhecidos é Leonardo da Vinci (1452-1519). Além de pintor, ele dedicou sua vida a projetar e criar novos engenhos. Um exemplo é seu projeto do ornitótero, equipamento de voo que consegue sustentação com o movimento das asas.

Figura 1.3 | *La maquina Voladora*, de Leonardo da Vinci



Fonte: <<https://goo.gl/ZMRf6m>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

Nesse período, houve a criação do relógio mecânico e o aperfeiçoamento das embarcações para que elas pudessem navegar pelos mares e oceanos. Os chineses já tinham inventado a bússola, e o astrolábio já havia sido projetado pelos gregos, mas foram os europeus que aperfeiçoaram tais instrumentos de navegação.

O Renascimento na Europa

O movimento cultural renascentista espalhou-se por várias regiões da Europa ao longo dos séculos e ocorreu ao mesmo tempo em que os Estados Nacionais Modernos se consolidavam. Apesar de ter um caráter universal, a cultura renascentista adaptou-se às condições específicas de cada país.

Na região de Flandres e na Holanda, o pensamento renascentista foi difundido com maior liberdade em função da tradição de tolerância cultural e religiosa dessa região, em especial nos séculos XVI e XVII. Além disso, foi uma região economicamente próspera em função do rico comércio e da forte burguesia que lá se formou. Entre os vários pensadores dessa região, destacou-se Erasmo de Roterdã, considerado o príncipe dos humanistas.

A difusão do Renascimento Cultural na região do Sacro Império Romano-Germânico foi dificultada pela fragmentação política e pela ação religiosa (católicos e luteranos), mas produziu alguns artistas importantes, como Albrecht Dürer e Hans Holbein.

A literatura renascentista também buscou inspiração na produção filosófica da Antiguidade Clássica, ou seja, procurou valorizar o homem como centro das preocupações, contemplar o “belo” e a harmonia.

Na Inglaterra, o Renascimento foi marcado pelas obras de William Shakespeare e Thomas Morus. Em suas obras (por exemplo, *Romeu e Julieta* e *Hamlet*), Shakespeare valorizou e retratou os sentimentos humanos e suas angústias, tais como o amor e o ódio, suas paixões, seus conflitos internos e sociais e a luta pelo poder.

Thomas Morus, em sua mais importante obra literária, *A Utopia*, retratou uma sociedade “perfeita” onde todos os indivíduos eram felizes, trabalhavam o suficiente para ter uma boa vida material e dedicavam-se aos estudos e às artes, conforme suas vocações individuais. Além disso, a distribuição das riquezas era justa.

Na Península Ibérica, destacam-se Miguel de Cervantes e Luís de Camões, com duas obras clássicas, *Dom Quixote* e *Os Lusíadas*. No livro citado de Luís de Camões, ele retratou a história do povo português por meio de uma obra poética, inspirada em duas obras clássicas do poeta grego Homero, *A Ilíada* e *A Odisseia*. A expansão marítima portuguesa é retratada de forma a se assemelhar à odisseia de Ulisses, mostrando o heroísmo do povo português e o seu sofrimento para conseguir dominar os mares. Na Espanha, Cervantes satirizou as cavalaria medievais, criando um personagem que lutava contra inimigos imaginários, inclusive moinhos de vento.



Exemplificando

No presente, o homem se faz através da posse da razão. Se as árvores e bestas selvagens crescem, os homens, creia-me, moldam-se [...]. A natureza, ao dar-vos um filho, vos presenteia com uma criatura rude, sem forma, a quem deveis moldar para que se converta em um homem de verdade. Se esse ser moldado se descuidar, continuareis tendo um animal; se ao contrário, ele



se realizar com sabedoria, eu poderia quase dizer que resultaria em um ser semelhante a Deus (ROTerdã apud VAN ACKER, 1519, p. 33).



Pesquise mais

- VAN ACKER, Maria Teresa Vianna. **Renascimento e humanismo:** o homem e o mundo europeu do século XIV ao século XVI. São Paulo: Atual, 1992. Esse livro traça uma trajetória muito rica sobre o Renascimento e o Humanismo, além de conter várias fontes de época que podem enriquecer seus conhecimentos sobre o tema.
- Assista ao filme *Giordano Bruno*, produção franco-italiana de 1973, com direção de Giuliano Montaldo. O filme retrata o processo movido pela Santa Inquisição contra o filósofo italiano Giordano Bruno.

Sem medo de errar

Possível encaminhamento da aula:

- Apresentação da imagem original da obra *Monalisa*, de Leonardo da Vinci.
- Pergunte aos alunos quais são as suas impressões. O que essa pintura significa para cada um? Deixe as crianças liberarem as imaginações.
- Pergunte aos alunos se eles observam algumas peculiaridades na pintura. Deixe as crianças falarem.
- Ressalte os seguintes aspectos da pintura:
 - O olhar de *Monalisa* para o pintor;
 - O uso de camadas escuras e claras que dão sensação de relevo;

- Questão clássica: ela está sorrindo ou não? Está triste ou feliz?;
- A estrutura piramidal da obra;
- A construção da paisagem – supostamente **natural**. Problematize o conceito de representação da realidade.
- Em seguida, apresente aos alunos as várias imagens de *Monalisa* que foram adaptadas para a propaganda de produtos e serviços no século XX. Conforme descrito na SP1, visite: <<http://croove.com.br/crie/as-curiosas-releituras-de-mona-lisa-na-propaganda/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- Deixe os alunos rirem e permita que comentem as imagens.
- Apresente a imagem de Lutero presente em: <<https://goo.gl/AB5Om8>>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- Comparadas as imagens, questione os seus alunos:
 - A produção de imagens tem uma intencionalidade?;
 - Lutero, a própria “Monalisa” e Leonardo da Vinci desejaram transmitir uma determinada imagem com objetivos específicos? Se sim, quais objetivos?;
 - Qual é a representação que nós fazemos do “outro” a partir dessas imagens?
- Após as discussões sobre esses temas, insira uma outra: quando alguém publica uma imagem no Facebook, quais são suas intenções? Numa imagem que retrata um momento de festa, uma fotografia de viagem ou uma cena do cotidiano, qual é a intenção de quem publica? Qual é a forma com que os “amigos” do Facebook interpretam essas imagens?

Ao final, faça um fechamento da aula demonstrando, a partir das observações dos alunos, como a representação que fazemos do “outro” está condicionada a vários elementos de nossa cultura e de nossa mentalidade. Nessas representações, estão presentes elementos de nossos preconceitos, de nossas projeções sobre o outro, mas também de nossos anseios e angústias cotidianas.

O mural da escola e o Renascimento

Descrição da situação-problema

A escola onde você trabalha tem como prática mensal expor trabalhos feitos pelos alunos no mural que fica exatamente no corredor por onde passam os pais desses mesmos alunos. O objetivo da coordenação pedagógica é mostrar aos pais o trabalho que é feito dentro da sala de aula. No mês de junho, você, o professor de História do 7º ano, será o responsável pela exposição. A sala de aula tem 30 alunos. Organize a exposição a partir de atividades que os alunos farão em suas aulas sobre o Renascimento.

Resolução da situação-problema

Sugestão para o preparo da o exposição:

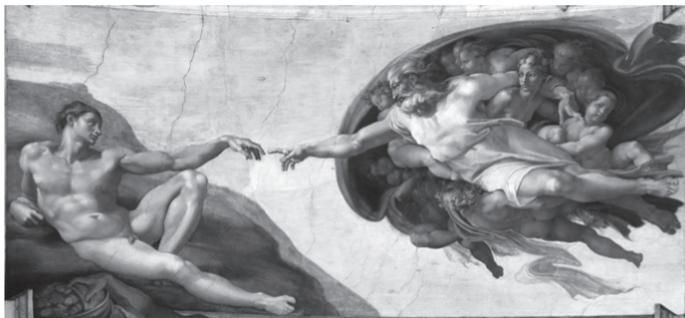
- Organize a sala em grupos de três alunos cada. Como sua sala possui 30 alunos, teremos 10 grupos.
- Na aula anterior às atividades, estabeleça 10 atividades diferentes. Ofereça a oportunidade para que os grupos escolham a atividade, mas, caso haja mais de um grupo desejando fazer a mesma atividade, use a estratégia do sorteio.
- Deixe claro que todas as atividades serão expostas no mural e, portanto, deverão ter uma bela estética.
- Distribua as tarefas da seguinte forma para realização em sala de aula:
 - Grupo 1: escolher uma pintura do Renascimento e produzir uma rápida crítica. Deverão imprimir a pintura escolhida, bem como a crítica. Isso poderá ser feito em casa ou na escola;
 - Grupo 2: escolher uma escultura do Renascimento e produzir uma rápida crítica. Deverão imprimir a imagem da escultura escolhida, bem como a crítica. Isso poderá ser feito em casa ou na escola;

- Grupo 3: representar graficamente as teorias heliocêntricas e geocêntricas (sobre o movimento da Terra), usando ferramentas de escolha do aluno (recursos de computadores, uso de isopor para compor a representação das teorias ou mesmo lápis ou canetas coloridas);
- Grupo 4: fazer um levantamento de todos os pensadores humanistas dos séculos XV e XVI e de suas principais obras, além de suas datas de nascimento e morte. Usando uma impressora, deverão imprimir a lista de tal modo que possa ser colada em uma cartolina;
- Grupo 5: fazer uma comparação entre duas obras de arte representando a *Madonna* (Virgem Maria): uma do período medieval e outra do período renascentista. Imprimir as obras na impressora. Produzir um texto comparando as duas obras. Imprimir para exposição junto com as obras comparadas;
- Grupo 6: fazer uma cruzadinha com a palavra **Renascimento** usando nomes e termos que estejam ligados ao período estudado. Imprimir para exposição no mural;
- Grupo 7: produzir um curto texto defendendo a ideia de que o Renascimento foi uma ruptura drástica com o pensamento medieval. Imprimir para exposição;
- Grupo 8: produzir um curto texto, defendendo a ideia de que o Renascimento não foi uma ruptura drástica com o pensamento medieval. Imprimir para exposição;
- Grupo 9: produzir em uma tela, com apoio do(a) professor(a) de Artes, uma representação artística da obra *Monalisa*, de Leonardo da Vinci;
- Grupo 10: produzir em uma tela, com apoio do professor de Artes, uma representação artística da *Madona*, inspirada em Rafael Sanzio.

Depois de prontos, expor todos os trabalhos no Mural da Escola.

Faça valer a pena

1. Observe a pintura a seguir. Trata-se da obra de Michelangelo, pintor do Renascimento italiano. Ela está pintada no teto da Capela Sistina, no Vaticano.



Fonte: <<https://goo.gl/FK4wSV>>. Acesso em: 9 abr. 2017.

Sobre a obra, podemos afirmar:

- a) Representa a criação do mundo numa perspectiva renascentista, pois retrata a rígida separação entre o homem e Deus.
- b) Representa a criação do homem numa perspectiva renascentista, pois demonstra o caráter humano de Deus.
- c) Representa a criação do universo numa perspectiva humanista, pois retrata a confusão mental do homem ao desejar se aproximar de Deus.
- d) Representa a criação do homem numa perspectiva humanista, pois retrata a aproximação do homem de Deus.
- e) Representa a criação de Adão numa perspectiva humanista, pois retrata o homem como resultado do mundo natural que está à sua volta.

2. A imagem a seguir é um retrato da mais importante escultura de Michelangelo, a *Pietà de São Pedro*. Observe-a.



Fonte: <<https://goo.gl/Zzp62f>>. Acesso em: 9 abr. 2017.

Sobre a obra, podemos afirmar:

- a) Nessa escultura, Michelangelo retrata a santidade de Maria apontada pela tristeza de seu olhar.
- b) Nessa escultura, Michelangelo retrata o sofrimento real de uma mãe ao perder seu filho, no caso, Jesus Cristo.
- c) A riqueza dos detalhes nessa escultura mostra a busca dos artistas renascentistas em representar o meio natural em que o homem vive.
- d) Os detalhes dos mantos mostram uma das características do Renascimento Cultural: o desprezo pela religiosidade.
- e) A escultura demonstra uma das principais características do Renascimento: o desequilíbrio das formas.

3.

Acompanhando a intenção da burguesia renascentista de ampliar seu domínio sobre a natureza e sobre o espaço geográfico, através da pesquisa científica e da invenção tecnológica, os cientistas também iriam se atirar nessa aventura, tentando conquistar a forma, o movimento, o espaço, a luz, a cor e mesmo a expressão e o sentimento. (SEVCENKO, 1984. p. 19)



O texto apresenta um espírito de época que afetou também a produção artística, marcada pela constante relação entre:

- a) Fé e religiosidade.
- b) Descentralização do poder político e poder da Igreja católica.
- c) Cultura e religião.
- d) Astronomia e religião.
- e) Ciência e arte.

Seção 1.2

Grandes navegações

Diálogo aberto

Nesta seção do seu livro didático, você irá estudar e compreender as causas que levaram os europeus, em especial os portugueses e espanhóis, a buscarem a expansão de seus domínios pela via marítima entre os séculos XIV e XV, bem como suas características.

Trata-se de um processo que alterou de forma radical a história da humanidade, pois resultou na efetiva colonização da América pelos europeus e no domínio português sobre as terras que compõem a faixa litorânea da África e de outras regiões no oriente.

O expansionismo europeu fez com que os cristãos passassem a ter contato com povos de culturas completamente diferentes. Isso resultou em grandes conflitos culturais e religiosos, como também em trocas culturais que formaram o mundo moderno.

Em nosso presente, são corriqueiras as discussões sobre tolerância cultural e religiosa. Nas mídias sociais, por exemplo, temos centenas de exemplos de discussões sobre isso. Será que a História pode contribuir para esclarecer essas discussões? Esclarecer, aqui, tem sentido filosófico: oferecer “luzes” ao pensamento!

Como levar essas discussões à sala de aula? Como trabalhar no sentido de fazer com que os jovens estudantes possam dialogar sobre nossos desafios do presente tendo a História como um “elemento de inspiração”? O seu desafio prático será planejar uma aula para o ensino fundamental II, sobre expansão marítima, tendo como ponto de partida uma recente notícia sobre grupos indígenas que vivem distantes da sociedade capitalista moderna até hoje na região do Amazonas. Como você poderia propor um debate a ser desenvolvido em sala de aula a partir das informações da notícia que segue?

A notícia é a que consta no link: <<https://goo.gl/fXgVMc>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

Será que o imaginário de seus alunos sobre esses povos que vivem longe do contato com o homem branco não teria alguma

semelhança com o imaginário dos europeus sobre os povos africanos e americanos nos séculos XIV e XV? De qual forma construímos nosso imaginário sobre o desconhecido? Os estudantes conseguiriam perceber o imaginário como algo que projetamos a partir de nossa experiência anterior e que, na maioria das vezes, não tem validade universal?

Não pode faltar

Grandes Navegações é o nome que damos ao movimento de expansão marítimo-comercial empreendido pelos europeus ocidentais em direção à África e à América a partir do século XIV.

Fatores gerais das Grandes Navegações

Desde o século XI, os europeus viviam um intenso processo de crescimento de suas relações comerciais com outras partes do mundo. O Ocidente havia se tornado mais dependente de outras regiões. Os europeus dispunham de madeira, ferro, cobre, chumbo, estanho, carne, peixe, trigo, frutas, lã e linho, mas dependiam do comércio oriental para vários outros produtos, tais como açúcar, ouro, cânfora, porcelanas, pedras preciosas, pimenta, cravo, canela, noz-moscada, gengibre, perfumes e óleos aromáticos.

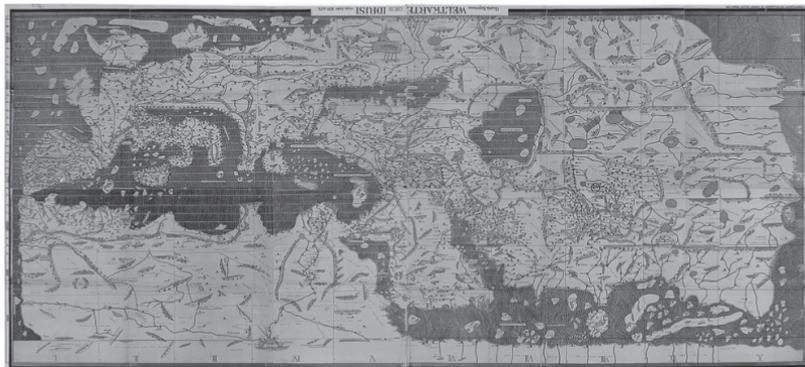
Essas mercadorias eram compradas no oriente pelos comerciantes árabes e chegavam aos comerciantes da península itálica por Gênova, Piza e Veneza. Essas cidades serviam de intermediárias para a venda dos produtos na Europa. Os comerciantes de outras regiões da Europa, bem como os reis dos países que se formaram no período, desejavam quebrar esse **monopólio dos comerciantes italianos**.

Nesses países (Estados Nacionais Modernos) que se constituíram durante a Baixa Idade Média, formaram-se fortes burguesias comerciais (comerciantes) que desejavam encontrar novas rotas que permitissem o acesso aos produtos do oriente sem a intermediação dos comerciantes da península itálica. Aos reis também interessava o fortalecimento dos comerciantes de seus países, pois isso aumentaria a capacidade de arrecadar impostos, o que resultaria no aumento de seu poder. Assim, **comerciantes e reis estabeleceram uma aliança** para que os objetivos fossem alcançados. Note-se que a conquista de novos territórios também era de **interesse da Igreja Católica**, pois

isso poderia significar o crescimento da influência do catolicismo nas novas terras conquistadas, num momento em que a Igreja católica perdia fiéis na Europa com a Reforma Protestante.

Além disso, os **progressos técnicos** conquistados no período, resultados das transformações pelas quais a Europa passou entre a Baixa Idade Média e o século XV, permitiram que os europeus avançassem em direção a "mares nunca antes navegados". Foram decisivos para a Expansão Marítima a invenção das caravelas e o aperfeiçoamento da bússola e do astrolábio, por exemplo.

Figura 1.4 | Rotas do comércio e do conhecimento para os europeus



Fonte: <<https://goo.gl/LjKxjW>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

A *Tabula Rogeriana*, versão latinizada do mapa criado pelo geógrafo árabe Muhammad al-Idrisi, em 1154, já pressupunha uma Terra redonda. Nela, ele descreveu os continentes conhecidos pelo mundo árabe e europeu até a chegada de Colombo à América. A partir dele, podemos entender: a importância do Mediterrâneo para o comércio entre europeus, mundo árabe e oriental, o nível de conhecimento técnico e científico dos povos árabes e o quanto esse contato foi importante para que os europeus desenvolvessem as Grandes Navegações. Note, ainda, que a orientação original do mapa foi invertida: originalmente a África estava acima da Europa. Disponível em: <<https://goo.gl/LjKxjW>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

O pioneirismo português

O primeiro país europeu a se lançar aos mares em busca de

uma nova rota comercial para as Índias foi Portugal. Várias razões contribuíram para isso.

- **Portugal** foi o primeiro país da Europa ocidental a **unificar o poder** em torno de um rei. Isso ocorreu em 1128, com o início da dinastia dos Borgonha. Porém, foi em 1385, com a ascensão de João de Avis, iniciando a Dinastia de Avis, que Portugal passou a ter reis que incentivaram de forma decisiva a expansão do comércio. O território estava em paz interna, ao contrário da Espanha, que ainda lutava contra os mouros (muçulmanos), e da Inglaterra e França, os quais guerrearam entre si até meados do século XIV.
- Em **Portugal**, desenvolveu-se uma **burguesia comercial próspera**, formada a partir das atividades dos pescadores na costa litorânea. Esses comerciantes obtiveram grande experiência com o comércio de produtos que vinham dos comerciantes da península itálica. A atividade comercial na costa portuguesa nunca deixou de existir, inclusive por influência dos comerciantes muçulmanos, que dominaram a península ibérica por séculos.
- A **posição geográfica de Portugal** era muito favorável, pois seu território está voltado para o oceano Atlântico.
- **Portugal** conseguiu reunir **estudiosos e cientistas** de várias partes da Europa e do Oriente com o objetivo de criar inovações técnicas que permitissem a navegação pelos oceanos.



Assimile

Fatores gerais das Grandes Navegações:

- Busca de novas rotas comerciais para o Oriente;
- Aliança entre reis e burguesia comercial;
- Interesses da Igreja católica;
- Progressos técnicos da Baixa Idade Média.

Fatores do pioneirismo português:

- Centralização política precoce;
- Burguesia comercial próspera;
- Posição geográfica favorável;
- Progressos técnicos a partir do trabalho de vários estudiosos da época.

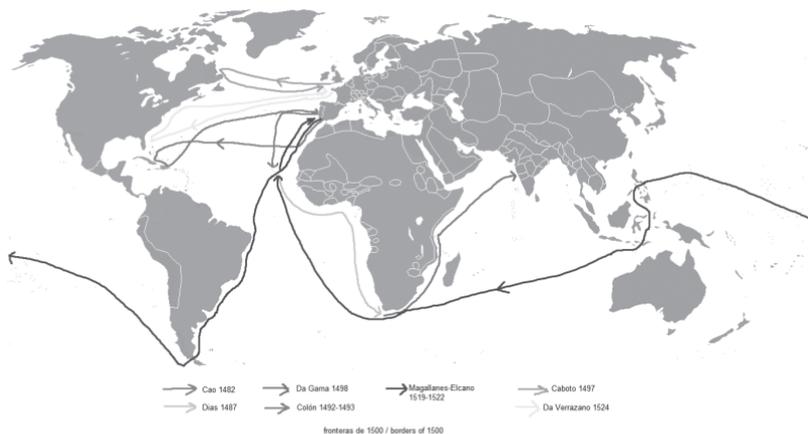
Um dos marcos mais importantes da expansão portuguesa foi a conquista de Ceuta, em 1415, cidade do Marrocos que estava sob o domínio de árabes muçulmanos. Portugal justificou o domínio dessa área de forma religiosa: teria sido uma expedição punitiva da cristandade contra os infiéis muçulmanos.

No decorrer do século XV, Portugal passou a investir militarmente ao longo de toda a costa ocidental africana, estabelecendo feitorias (fortificações militares) que passaram a controlar o comércio de inúmeras mercadorias e de escravos. Nesse processo, dominaram as ilhas de Açores, Madeira e Cabo Verde, situadas no Oceano Atlântico, à noroeste da África. Em 1434, os portugueses conquistaram o cabo Bojador.

Em 1481, decretou-se o monopólio régio (exclusividade do rei) sobre a exploração colonial. Em 1488, Bartolomeu Dias ultrapassou o turbulento Cabo da Boa Esperança, indo em direção ao Oceano Índico.

Vasco da Gama foi o navegador que primeiro chegou a Calicute, nas Índias. Começaria aí o comércio direto dos portugueses com os comerciantes orientais. Para que se tenha ideia do volume de comércio gerado por essa nova rota comercial, a primeira viagem de retorno de Vasco da Gama levou para Portugal o que os comerciantes de Veneza demoravam um ano para levar aos europeus.

Figura 1.5 | As Grandes Navegações (século XV-XVI)



Fonte: <<https://goo.gl/39s5zB>>. Acesso em: 3 ago. 2017.



“Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.”
(PESSOA, 2003, p. 82)

Nesse poema, Fernando Pessoa “revisita” o século XV português, retratando a dor e o sofrimento dos portugueses que se aventuraram nos oceanos em busca de riqueza e glória. Mostra também certa nostalgia sobre um período em que Portugal foi a nação mais poderosa da Europa.

Expansão marítima espanhola

A Espanha foi a segunda nação a procurar novas rotas comerciais, com o apoio dos reis e da Igreja católica. Isso só foi possível após a definitiva vitória contra o domínio dos muçulmanos na Península Ibérica, um processo denominado **Reconquista**, que teve seu final com a expulsão dos mouros da cidade de Granada, em 1492.

Um navegador genovês, Cristóvão Colombo, apresentou um plano de navegação ao rei de Portugal, mas o rei não concordou com ele. Colombo, como alguns pensadores da época, acreditava que a Terra fosse redonda, em oposição à ideia de uma Terra plana, e planejava navegar em direção oeste até chegar às Índias orientais.

Colombo buscou auxílio na Espanha, conseguindo apoio dos reis católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela. Partiu em direção aos novos mares em 1492, chegando a algumas ilhas das Antilhas após dois meses de viagem. Até 1504, completou o domínio espanhol sobre a região.

Mas foi Américo Vespúcio, navegador florentino a serviço do rei de Portugal, quem pela primeira vez identificou as terras como sendo de um novo continente, numa viagem à América iniciada em 1501. Em homenagem a ele, em 1507, o novo continente recebeu o nome de América. Colombo morreu sem saber que havia descoberto a América para os europeus.

Fernão de Magalhães, entre 1519 e 1521, fez a primeira viagem de circunavegação do globo terrestre. Saindo da Espanha com sua frota naval, navegou pelos mares do sul do oceano Atlântico, ultrapassou o estreito que hoje tem o seu nome e chegou às Filipinas. Estava comprovada a tese de que a Terra é redonda.

Figura 1.6 | De Bry e a América



Fonte: <<https://goo.gl/de3lcz>>. Acesso em: 22 maio 2017.

Theodor de Bry era um ourives nascido na Bélgica, em 1528. Ao longo da vida, também se tornou livreiro. Ele nunca visitou a América, mas produziu gravuras feitas a partir de relatos de viajantes que estiveram no continente. Nesta imagem, temos uma versão da chegada de Colombo à América. Note as simbologias da imagem: a imponência com que os europeus são representados e a cruz representando o cristianismo.



Refleta

Ao longo dos anos 1960, no século XX, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas disputavam a hegemonia

do planeta em um processo denominado Guerra Fria. Uma das características da Guerra Fria foi a chamada corrida espacial, na qual as duas potências citadas disputavam a primazia de enviar satélites artificiais, além de foguetes tripulados por humanos ao espaço. Em 1969, o norte-americano Neil Armstrong foi o primeiro homem a pisar na Lua, após o pouso da espaçonave Apolo 11. Quais são as semelhanças possíveis de serem notadas na corrida espacial dos anos 1960 e as Grandes Navegações do século XV?



Exemplificando

“Já não tínhamos mais nem pão para comer, mas apenas polvo impregnado de morcegos, que tinham lhe devorado toda a substância, e que tinha um fedor insuportável por estar empapado em urina de rato. A água que nos víamos forçados a tomar era igualmente pútrida e fedorenta. Para não morrer de fome, chegamos ao ponto crítico de comer pedaços de couro com que se havia coberto o mastro maior. [...] Este couro, sempre ao sol, à água e ao vento, estava tão duro que tínhamos que deixá-lo de molho no mar durante quatro ou cinco dias para amolecer um pouco. Frequentemente nossa alimentação ficou reduzida à serragem de madeira como única comida, posto que até os ratos, tão repugnantes ao homem, chegaram a ser um manjar tão caro, que se pagava meio ducado por cada um.”

Pigafeta, Antonio. **Diário da expedição de Fernão de Magalhães**, 1510-22.

O fragmento evidencia as péssimas condições de alimentação a que eram submetidos os marinheiros europeus no período das Grandes Navegações. Demonstra também a força dos interesses mercantis na conquista de novas terras e novas rotas comerciais.

Os europeus e o Novo Mundo

O encontro de culturas: europeus e ameríndios

Ao chegarem à América, portugueses e espanhóis encontraram várias sociedades com organizações diferenciadas entre si: sociedades com formas de organização social menos complexas e mais igualitárias, assim como extensos impérios com grande hierarquização social.

Os grupos humanos organizados em pequenas sociedades estavam espalhados por toda a América, dispersos no território.

Grandes impérios pré-colombianos, como astecas, maias e incas, se organizavam de forma complexa, com alto nível de desenvolvimento tecnológico na agricultura, astronomia, matemática e arquitetura. A capital asteca, Tenochtitlan, possuía uma população de aproximadamente 300 mil habitantes, enquanto Madri, a capital espanhola, era habitada por 40 mil pessoas. As construções e as estruturas encontradas nessa e em muitas civilizações indígenas impressionaram os europeus. Em especial, o conhecimento da metalurgia e o uso ostensivo do ouro e da prata interessavam aos conquistadores.

Os espanhóis interpretaram a cultura desses povos a partir de suas premissas religiosas e buscaram impor seus valores culturais, usando a persuasão e a violência. Para eles, era necessário impor a fé cristã e, nas palavras de Francisco López de Gómara, “derrubar seus ídolos”.

Chegando ao território onde hoje é o Brasil, os portugueses encontraram centenas de grupos humanos que foram designados genericamente de “índios”. Claro que essa designação implica em um duplo equívoco: o território não era pertencente às Índias e os habitantes da América não formavam um único grupo humano. O olhar dos portugueses sobre esses grupos sempre foi marcado pela presunção da superioridade cristã sobre os outros povos, e os relatos históricos demonstram o etnocentrismo marcante dos portugueses. Américo Vespúcio, escrevendo para Lourenço de Médici no século XVI, assim relatou os habitantes da América (note o etnocentrismo de Vespúcio no relato que faz dos grupos que encontrou na América):



Não têm lei nem fé alguma. Vivem segundo a natureza. Não conhecem a imortalidade da alma. Não possuem entre si bens próprios, porque tudo é comum. Não têm fronteiras de reinos ou províncias; não têm rei, nem obedecem a ninguém: cada um é senhor de si.
(VESPÚCIO apud CUNHA, 1990, p. 94)

A história da relação entre europeus e povos ameríndios foi marcada pela violência e dominação dos europeus, que enfrentaram diferentes formas de resistência dos povos americanos. O genocídio indígena deu-se ao longo dos séculos e dezenas de milhões de nativos morreram com as doenças trazidas pelos conquistadores, com as guerras de conquista, rebeliões e com as cruéis formas de exploração do seu trabalho. Ao mesmo tempo, as trocas culturais – assimétricas e marcadas pela violência e intolerância dos cristãos – ocorriam em diferentes níveis: a América se tornou o continente com a maior população cristã do mundo; os metais preciosos e a exploração de americanos e africanos permitiram que a Europa se tornasse mais tarde o centro econômico do planeta; a agricultura indígena do milho, da batata, do feijão, do cacau e de vários outros alimentos cultivados pelos ameríndios passaram a integrar a vida dos europeus. Aos poucos, o encontro entre Europa e América moldaria a história dos dois continentes nos séculos seguintes nos mais diferentes aspectos.

O encontro de culturas: europeus e africanos

Em primeiro lugar, são necessárias algumas rápidas palavras sobre os povos que habitavam a África no século XV. A África era composta por mais de 800 etnias e dezenas de grupos linguísticos. Não havia no século XV, assim como hoje, unidade política em todo o território africano. Eles não se consideravam africanos, mas sim membros de povos que possuíam suas próprias culturas, suas próprias línguas. O continente africano é, portanto, marcado por grande diversidade cultural.

Quando os portugueses encontraram esses povos, depararam-se com um grande conjunto de práticas culturais: caçadores e coletores, povos que praticavam a agricultura, reinos e impérios.

Após conquistar Ceuta, os portugueses rumaram para a costa sul do continente, encontraram o grande Reino do Congo e ficaram deslumbrados com a organização e riqueza da cidade de Mbanza, sua capital. Também conheceram o poder de seu rei (manicongo) e a grande variedade de mercadorias lá produzidas. Portugal decidiu se aliar a esse reino, oferecendo apoio militar, que foi aceito pelo manicongo. Inclusive, o manicongo Nzinga Nkuwu se converteu ao cristianismo em troca de apoio dos portugueses em suas disputas internas, em especial em sua conflituosa relação com o Reino de Mali.

O encontro foi marcado, como não poderia deixar de ser, por grandes estranhamentos culturais. Tais estranhamentos são evidentes em relatos de personagens da época. Por exemplo:



E a maior parte dos moradores desta terra por um nome são chamados Boulões, e é gente belicosa que poucas vezes estão em paz. [...] E estes todos são idólatras e feiticeiros, e por feiticeiros se regem em tal maneira que os oráculos e agouros sem dúvida se lhe dão. (DEL PRIORI; VENÂNCIO, op. cit., 2004, p. 67)

Os portugueses, assim como a esmagadora maioria dos cristãos da Europa, interpretaram as culturas africanas como expressões de crenças pagãs. Para Portugal, tratava-se de justificar o domínio sobre os povos africanos pela legitimação religiosa. Nas palavras da historiadora Marina de Mello e Souza:



A ideia de um reino fundado no cristianismo fazia com que os reis de Portugal tomassem pra si a tarefa de converter ao catolicismo os povos pagãos, isto é, que não conheciam a religião católica. À medida em que o pequeno reino expandia suas fronteiras com a conquista dos mares e a exploração da costa africana e americana, ia justificando o domínio sobre os povos e as terras que encontrava por estar levando a eles a palavra de Deus e a possibilidade de salvação de suas almas. Assim, além de lucrar com o comércio [...], Portugal se fortalecia diante da Igreja e também diante de Deus. (SOUZA, 2006, p. 51)

A escravidão já era conhecida na África antes da chegada dos portugueses, mas o escravo não era considerado uma mercadoria na maioria das culturas daquele continente. A chegada dos portugueses e o início da construção de sistemas produtivos baseados no trabalho escravo, como as *plantations* no Brasil, criaram as condições para o início do tráfico negreiro, que acabou se tornando importante fonte de lucros para os comerciantes.

Muitos chefes locais, em aliança com os portugueses, passaram a caçar e vender africanos para os portugueses. Os europeus souberam se aproveitar dos inúmeros conflitos entre as várias etnias da África.



Assimile

- Cristóvão Colombo foi o navegador que deu início à expansão marítimo-comercial espanhola, em 1492.
- Fernão de Magalhães fez a primeira viagem de circunavegação do globo terrestre.
- América e África possuíam, antes do século XV, grande variedade cultural, com sociedades organizadas de variadas formas.
- O encontro entre europeus, ameríndios e africanos foi marcado pelo etnocentrismo, ou seja, os conquistadores interpretaram as várias culturas diferentes a partir de seus próprios valores culturais e religiosos.
- A justificativa para o domínio português na África, bem como, depois, na América, foi religiosa.
- Com a chegada dos portugueses, teve início o comércio de pessoas escravizadas em larga escala, denominado tráfico de escravos.



Pesquise mais

O link a seguir mostra algumas representações que os europeus fizeram dos oceanos e dos novos territórios conquistados.

Disponível em: <<http://www.museudeimagens.com.br/monstros-marinhos/>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

O link a seguir conduzirá você para uma reflexão histórica muito interessante: o imaginário dos navegantes portugueses nos séculos XV e XVI.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000300004>. Acesso em: 11 abr. 2017.

Sem medo de errar

Sugestão de plano de aula

1. Localize a notícia indicada, imprima e distribua aos alunos.
2. Leia o texto em conjunto com o grupo de alunos, tirando as dúvidas de interpretações do texto e dos vocábulos que eventualmente eles não conheçam.

3. Após essas atividades, divida a sala em grupos de quatro alunos e indique um roteiro de reflexões:

a. Qual é o tema da reportagem?

b. Quais são os problemas detectados pelo jornalista que escreveu a reportagem a respeito da “descoberta” de supostos índios sem contato com a sociedade capitalista moderna na região amazônica?

c. De quais formas podemos imaginar a vida fora da nossa ideia de “civilização”? Quais serão as formas de vida desses grupos?

4. Ao final dos trabalhos em grupos, cada um deverá eleger um representante para expor à sala as suas conclusões.

5. O professor deverá anotar as respostas dos alunos aos itens “a”, “b” e “c” na lousa.

6. Ao final, o professor revisará todas as ideias geradas pelos alunos, mas com critérios específicos:

a. Todos os comentários do professor deverão levar em consideração a retomada dos conceitos de “tempo cronológico” e “tempo histórico”, demonstrando que esses grupos indígenas estão no mesmo tempo cronológico que o nosso, porém em outra temporalidade. Todas as observações dos alunos que demonstrem uma postura etnocêntrica deverão ser lembradas como tal, sempre com respeito e elegância.

b. Permita que os alunos interfiram em seus comentários.

c. O professor irá buscar fazer comparações entre o imaginário dos seus alunos com os dos europeus nos séculos XV e XVI, sempre demonstrando a validade e legitimidade de formas alternativas de organização social e cultural.

7. Após a exposição do professor, os alunos deverão produzir uma dissertação, numa atividade em conjunto com a área de Língua Portuguesa, abordando suas reflexões sobre o tema do etnocentrismo a partir da experiência de leitura da reportagem e das discussões em sala de aula.

Análise de imagens

Descrição da situação-problema

Em sua aula sobre a expansão marítima portuguesa, você decide usar a imagem a seguir para ilustrar a chegada dos portugueses no Reino do Congo.

Figura 1.7 | Audiência do rei do Congo, ou "Manicongo", a navegadores portugueses e súditos africanos. Gravura de Johan e Theodore de Bry, ilustração do livro: Índias Orientais, de 1597



Fonte: <<https://goo.gl/WMWO9i>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

Como você encaminhará a atividade a partir da imagem?

Resolução da situação-problema

Sugestão de encaminhamento da atividade durante a aula:

1. Exponha a imagem para toda a sala com uso de um projetor de imagens (data show).
2. Os alunos deverão refletir, a partir da observação da imagem, sobre:

- a. Como cada grupo ou indivíduo está representado na imagem? Repare nas roupas, armas e atitudes de cada um.
- b. Quais são os símbolos de poder do manicongo presentes na imagem?
- c. Quais são os elementos que demonstram a influência da cultura europeia?

Faça valer a pena

1. “O Brasil é um país extraordinariamente africanizado. E só a quem não conhece a África pode escapar quanto há de africano nos gestos, nas maneiras de ser e de viver e no sentimento estético do brasileiro. Por sua vez, em toda outra costa atlântica podem-se facilmente reconhecer os brasileirismos”. In: SILVA, A. C. “O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX”. **Estudos Avançados**, 1994, p. 39-40.

ENADE – adaptada. Considerando o diálogo atlântico estabelecido pelos europeus, africanos e brasileiros entre os séculos XVI e XIX, referido no fragmento do texto, avalie as afirmações a seguir.

I. Os portugueses, pioneiros nas expedições de exploração da costa atlântica africana, desde o início estavam interessados no comércio de escravos. Que eram vendidos, inicialmente, na Europa e depois nas ilhas atlânticas, no Caribe e na América Espanhola.

II. A multiplicação de rotas comerciais transatlânticas estabelecidas pelos europeus ao longo dos séculos XVI a XVIII favoreceu o crescimento das cidades no interior do território africano.

III. Os intercâmbios produzidos pelo comércio atlântico promoveram grande influência da África sobre o Brasil, como pode ser comprovado nos rituais religiosos de origem africana presentes em todo o Brasil atualmente.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.
- e) I e III.

2. Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,

Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

PESSOA, Fernando. **Obra Poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003, p. 82.
O significado de “passar além do Bojador”, nas primeiras décadas do século XV, é:

- a) Ultrapassar a “barreira” que, segundo a tradição grega, era o limite máximo para navegar sem o perigo de ser atacado por monstros marinhos, permitindo aos navegantes portugueses atingir a Costa da Guiné.
- b) Conquistar Ceuta e encontrar o “Eldorado”, lendária terra repleta de prazeres e riquezas, superando os mitos vinculados ao longo da Idade Média;
- c) Conquistar a cidade africana de Calicute, importante feitoria espanhola responsável por abastecer o mercado oriental de produtos de luxo.
- d) Suportar o escaldante sol equatorial, as constantes tempestades marítimas e o “mar tenebroso” das ilhas da América Central.
- e) “Dobrar” o Cabo da Boa Esperança, por Vasco da Gama, aventura marítima coberta de mitos e lendas sobre a existência do “Paraíso” ou “Éden”.

3. Considere as seguintes afirmativas:

I. As Grandes Navegações formaram-se como processo histórico a partir de várias conjunções de causas, entre elas a formação de uma rica classe de comerciantes que desejava comercializar diretamente com os centros produtores, sem mais depender dos intermediários da península itálica.

II. No imaginário europeu, os oceanos eram habitados por monstros, o que era uma herança cultural da mitologia egípcia, preservada pelos gregos, em especial por Heródoto e Tucídides.

III. O encontro entre portugueses foi caracterizado pelo uso extremado da força militar, visto que todos os povos africanos resistiram ao domínio português. A única exceção a essa afirmação foi o Reino do Mali.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

Seção 1.3

Reforma religiosa e Contrarreforma católica

Diálogo aberto

Olá, estudante. Parabéns! Você está progredindo em seus estudos de História. Nesta terceira seção do seu livro didático, você irá estudar e compreender o processo histórico que levou à criação de novas igrejas cristãs na Europa no século XVI. Ele foi muito importante para a construção da modernidade e também de nossa contemporaneidade.

Note que, sempre que abordamos temas religiosos, devemos tomar todos os cuidados. Não trata-se aqui de discutir crenças individuais. Trata-se de buscar entender de qual forma foi possível o surgimento dessas outras igrejas cristãs, num determinado contexto histórico e quais foram as suas consequências.

Um tema central de nosso presente, no Brasil e no mundo, é o da liberdade religiosa e a necessária tolerância que nós, como indivíduos e como parte de uma sociedade, devemos ter em relação às religiões dos “outros”. Esse é um desafio de todos os povos para convivência pacífica, harmoniosa e criativa.

Então, como levar essas discussões para a sala de aula, possibilitando que os seus alunos possam refletir sobre o tema, de forma a permitir que eles internalizem as práticas de tolerância e respeito a todas as práticas religiosas? Como internalizar na mentalidade de seus alunos a ideia de que a religião do “outro” é uma questão particular e não pública? Preparamos o material e as atividades com esses objetivos, dentre outros.

Como professor do ensino fundamental II, 7º ano, você percebe que a sala de aula possui uma grande variedade de opções religiosas entre os alunos. Qual seria um projeto adequado sobre o tema, visando a apresentação à coordenação da escola, para exposição na Mostra Cultural daquele ano? Com certeza, ao final de seus estudos muitas ideias irão surgir!

Vamos aos estudos para compreender o tema!

Não pode faltar

A Reforma religiosa foi o movimento de divisão do cristianismo europeu na Europa ocidental ocorrido no século XVI, processo histórico que deu origem a várias outras religiões cristãs, tais como o luteranismo, o calvinismo e o anglicanismo. Essas novas igrejas cristãs ficaram conhecidas como protestantes.

Os fatores da Reforma religiosa

A Europa vivenciou profundas transformações ao longo da Baixa Idade Média, entre os séculos XI e XIV: a **atividade comercial** foi ampliada, houve um grande **crescimento urbano** e o **Renascimento Cultural** proporcionou a ampliação do pensamento racional e da liberdade de crítica. Além disso, várias regiões da Europa se transformaram em países, **Estados Nacionais Modernos**, com a implantação de regimes monárquicos, casos de Portugal e Espanha, além de França e Inglaterra. Foi esse contexto de transformações que ofereceu o “pano de fundo” para a Reforma religiosa no século XVI.

No século XV, algumas práticas da Igreja católica começaram a ser vigorosamente criticadas pelos próprios cristãos. A **vida do clero era extremamente luxuosa** e suas preocupações não estavam dirigidas ao atendimento das angústias espirituais do povo europeu. Os **cargos da Igreja eram vendidos** a quem pagasse mais por eles. **A regra do celibato** era ignorada por boa parte dos membros do clero. O Papa Alexandre VI (1431-1503) teve várias amantes e vários filhos.

Além disso, a Igreja católica fazia um rico **comércio de relíquias religiosas**. Vendia-se de tudo: desde pedaços de madeira que seriam da cruz que crucificou Jesus Cristo até tíbias de jumentos que teriam sido montados por ele. Erasmo de Roterdã afirmou que a quantidade de madeira vendida pela Igreja católica, como sendo parte da cruz de Jesus Cristo, seria suficiente para construir cinco barcos...

Porém, a prática mais abusiva da Igreja católica era a **venda de indulgências**, ou seja, a venda do perdão do Papa àqueles que tivessem cometido pecados e que pudessem pagar pelo perdão. A venda de indulgências garantia recursos para que o clero vivesse luxuosamente, mas também servia para financiar as guerras de expansão do cristianismo.

Outro fator importante para a Reforma Protestante foi a **conjuntura econômica da época**. Com a expansão das atividades comerciais, surgiu uma rica classe de comerciantes e banqueiros, que se tornaram os grupos sociais mais dinâmicos da Europa. **A Igreja católica condenava a atividade comercial e a dos banqueiros**, pois elas estavam baseadas no **lucro e na usura** (cobrança de juros). O clero católico possuía relações históricas e consolidadas com a nobreza proprietária de terras e via a busca do lucro como pecado diante de Deus, pregando a ideia do “preço justo”, o que contrariava as práticas de uma economia de mercado. Banqueiros e comerciantes se sentiam desamparados espiritualmente com essa posição da Igreja católica.

Outro fator importante foi a **invenção da imprensa**, a qual permitiu que um número muito maior de pessoas pudesse ler a **Bíblia** e produzir novas interpretações de seu conteúdo.

Além disso, com a formação dos **Estados Nacionais Modernos**, muitos reis passaram a rivalizar com o poder papal e interpretar a Igreja católica como estrangeiros em suas terras. Além disso, as **riquezas da Igreja católica**, em especial suas terras, passaram a ser desejadas pelos reis. Claro, a maioria dos reis buscou o apoio do Papa para justificar seu poder, mas em muitos países abundaram os conflitos entre os reis e os papas.



Assimile

Fatores da Reforma religiosa:

- Transformações políticas, sociais, econômicas e culturais que estavam ocorrendo na Europa ocidental desde a Baixa Idade Média.
- Práticas abusivas do clero católico, tais como venda de cargos eclesiásticos, relíquias religiosas e de indulgências, além do desrespeito à regra do celibato.
- A condenação da Igreja Católica às práticas comerciais, da usura e da busca do lucro num momento histórico em que comerciantes e banqueiros de tornavam mais poderosos do ponto de vista econômico.

- A invenção da imprensa e o aumento do número de Bíblias impressas.



Exemplificando

A vida dos príncipes e dos fidalgos leva-me a falar também da vida dos papas, cardeais e bispos. Faz tanto tempo que essa sagrada gente imita os reis e os governantes, que não tenho dúvida alguma em dizer que chegou a superá-los. Imaginai que um bispo, por divertimento, se pusesse a considerar o seu cortejo e ornamentos pontificais. Se um bispo refletisse que a inocência do retoque significa uma vida completamente imaculada; que a mitra bicórnica [chapéu do Papa] denota profundo conhecimento do Velho e do Novo Testamento; que as mãos enluvadas exprimem um coração depurado de todo contágio mundano na administração dos sacramentos. Se o nosso prelado refletisse sobre todas essas belas coisas, não será verdade que se tomaria magro, pensativo, macilento, hipocondríaco? Com efeito, o principal objetivo dos nossos Ilustríssimos e Reverendíssimos consiste em viver alegremente, e quanto ao rebanho que Jesus Cristo cuide ele. Os bispos chegaram a esquecer que o seu nome significa trabalho, zelo, solicitude pela redenção das almas. Mas – por Baco! – não se esquecem nunca das honrarias e do dinheiro. (ROTerdã, op. cit., p. 54, adaptado)

Erasmus de Roterdã foi um crítico voraz da Igreja católica. Nesse trecho de um de seus livros, ele ataca violentamente as práticas do clero. Perceba que as críticas são feitas a partir da sua interpretação da própria doutrina cristã. Ele jamais rompeu com a Igreja Católica. Ao se referir ao clero, ele cita Baco, deus do vinho e dos prazeres carnavais.



Figura 1.8 | Críticas ao clero



Fonte: <<https://goo.gl/8ypbX7>>. Acesso: 23 maio 2017.

A "Nau dos Insensatos" é uma pintura do holandês Hieronymus Bosch (1450-1516) cujo teor central é a crítica às posturas do clero. Analise a imagem e perceba o clima de festa do clero, muito bem vestido, acompanhado de bebidas e farta alimentação, enquanto pessoas nuas fora do barco pedem por comida.

Antecedentes da Reforma religiosa

Muito antes da Reforma religiosa do século XVI, o poder da Igreja católica já havia sido questionado. Lembremos aqui o rompimento da Igreja Católica do Oriente com o cristianismo do Império Bizantino, ocorrido em 1054. Esse primeiro evento denominou-se **Cisma do Oriente**.

Além disso, nos séculos XI e XII, surgiram movimentos de contestação aos dogmas da Igreja católica que foram acusados de serem **movimentos heréticos**: ficaram conhecidas como heresias dos valdenses e heresia dos albigenses, que pregavam a distribuição dos bens da Igreja católica.

Ademais, dois outros pensadores europeus, John Wycliff e Jan Huss, insurgiram-se contra os dogmas da Igreja católica propondo reformas nas práticas do clero, entre os séculos XIV e XV. Wycliff foi excomungado e, depois de morto, seu corpo foi desenterrado e queimado. Huss foi condenado e queimado vivo em uma fogueira, em 1415.

A Reforma na Alemanha

No século XVI, a **Alemanha** não estava formada como Estado Nacional, portanto, não era um país, tal como Portugal ou França. Ela era um **espaço geográfico fragmentado** politicamente em principados, ducados e cidades livres e seu rei, na prática, administrava apenas as suas terras particulares. Esse espaço geográfico era conhecido como **Sacro Império Romano-Germânico**.

A Igreja Católica tinha grande influência sobre a região, era grande proprietária de terras e cobrava altos impostos sobre a nobreza leiga (não clerical), sobre a burguesia, os trabalhadores urbanos e os camponeses.

Em 1517, com o objetivo de reformar a Basílica de São Pedro, o Papa Leão X enviou para a Alemanha um monge de nome **Johann Tetzel (1465-1519)**, com o objetivo de conseguir os recursos por meio da **venda de indulgências**. Isso desagradou a muitos clérigos e desencadeou uma forte reação contra a Igreja católica.

Na cidade de Wittenberg, um monge agostiniano chamado **Martinho Lutero (1483-1546)** se insurgiu contra essa prática e publicou as suas **95 teses**, marco inicial da Reforma Protestante. Nelas, Lutero expunha sua doutrina religiosa cristã a partir de sua **intepretação da Bíblia** e condenava de forma violenta a venda de indulgências por parte da Igreja católica.

Apesar das tentativas de negociação por parte do Papa, Lutero manteve suas posições e atraiu inúmeros seguidores, em especial aqueles que já estavam descontentes com os abusos da Igreja católica. O Papa decretou sua expulsão da Igreja (**excomunhão**) por meio de uma bula (carta do Papa), o que foi respondido por Lutero com a **queima do documento em público**.

Lutero, perseguido pela Igreja católica, buscou e encontrou proteção do príncipe da Saxônia e de grande parte da nobreza alemã. Muitos nobres protestaram contra a perseguição da Igreja a Lutero e disso nasce o termo “**protestantes**”. Nesse período, Lutero **traduziu a Bíblia do latim para a língua alemã e a publicou**, produzindo o primeiro livro escrito nessa língua.

Inspirados em Lutero, camponeses e pequenos proprietários rurais da Alemanha aderiram às suas ideias e iniciaram **revoltas no campo** contra a Igreja católica e a pobreza que assolava a região. Esses movimentos foram violentamente reprimidos pelas tropas do Imperador com o apoio do Papa. Lutero não apoiou tais movimentos, em especial os dos camponeses, pois sua aliança política central era com os nobres proprietários de grandes extensões de terras. Thomas Müntzer (1489-1525) foi um dos líderes dessas revoltas.

Após inúmeros conflitos e impasses políticos, foi firmada a Paz de Augsburg, pela qual haveria liberdade religiosa na Alemanha. Porém, tal liberdade seria para os príncipes das várias regiões, e a população deveria seguir a religião de seu respectivo príncipe. Começa aí o princípio que determinava “**tal príncipe, tal religião**”. No norte da Alemanha passou a predominar o luteranismo enquanto o sul continuou predominante católico. A religião continuou a ser assunto de Estado; continuou a fazer parte do Estado.

Fundamentos teológicos do luteranismo

Lutero foi muito influenciado pelo pensamento de Santo Agostinho e sua teoria da predestinação. Tal teoria afirmava que os indivíduos nasciam com seu destino definido por Deus e que o único sinal da salvação eterna seria a fé. Assim, Deus não salvaria uma pessoa em função de seus jejuns ou compra de relíquias religiosas.

Comprar indulgências para se salvar do inferno era inadmissível para Lutero. Leia algumas de suas teses:



Tese 21: Erram, pois, os pregadores de indulgências que dizem que, pelas indulgências do papa, o homem fica livre de toda pena e fica salvo.

Tese 22: Pregam doutrina puramente humana (não divina) os que dizem "logo que o dinheiro cair na caixa a alma se liberta (do inferno)". (FREITAS, op. cit., p. 165).

Reforma na Suíça

Na Suíça, região que conquistou a independência do Sacro Império Romano-Germânico em 1499, também não havia unidade política; o território dividia-se em várias regiões independentes e contava com uma próspera burguesia comercial.

Nessa região, também começaram as reações contra a Igreja católica no século XVI, e o precursor desse movimento foi Ulrico Zwinglio, que morreu em conflitos com os católicos.

Porém, em 1536, tem início um novo movimento sob a liderança de **João Calvino** (1509-1564). O pensamento religioso de Calvino tem uma base em comum com o de Lutero, mas com algumas diferenças. Ele também propunha a validade da teoria da **predestinação** de Santo Agostinho, mas acreditava que a busca do lucro, gerado pelo **trabalho**, era uma **vontade de Deus** e um sinal da predestinação dos homens em direção ao paraíso. A miséria seria, assim, a fonte e a consequência do pecado. Assim, Calvino legitimava a atividade comercial e bancária, atraindo o **apoio da burguesia** de Genebra e de outras regiões da Europa.

Calvino também pregava uma **rígida disciplina individual e social**. Ele e seus seguidores tomaram o poder na cidade de Genebra, instalando uma ditadura e criando o **Consistório**, uma instituição que tinha a função de vigiar a vida pública e privada das pessoas. Algumas diversões, tais com festas e ir ao teatro, passaram a ser proibidas e os que não aceitaram tais limitações foram severamente punidos.

O calvinismo se espalhou pela Europa, em especial nas regiões onde o comércio era mais desenvolvido. Na França, seus fiéis passaram a ser chamados de **huguenotes**, na Inglaterra, de puritanos, e na Escócia, de **presbiterianos**.

A Reforma na Inglaterra

Na Inglaterra, no século XVI, o poder político estava concentrado nas mãos do rei e a nação era um grande centro comercial com uma forte burguesia. Quando **Henrique VIII** (1491-1547) assumiu o poder na Inglaterra (1509), o estado inglês estava em sérias **dificuldades financeiras**, o que o fez ver as riquezas da Igreja católica como possível solução para esse problema. Além disso, Henrique VIII desejou seu divórcio com a rainha Catarina de Aragão para se casar com uma dama de honrada corte, **Ana Bolena**, mas o divórcio não foi concedido pelo papa.

Aproveitando-se do ambiente de contestações em toda a Europa, Henrique VIII rompeu com a Igreja católica em 1534, criando uma nova igreja, a **Igreja Anglicana**, que passou a estar sob seu comando máximo. Assim, pôde se casar com Ana Bolena e expropriou as riquezas da Igreja católica, resolvendo os problemas financeiros do estado inglês.

A Contrarreforma e a Companhia de Jesus

A **Contrarreforma** foi o movimento de reação da Igreja Católica contra a criação das novas igrejas cristãs na Europa ocidental. Para tal, a Igreja católica utilizou meios violentos contra os protestantes, além de criar algumas estratégias para manter seus adeptos.

Diante da perda de milhões de fiéis, mas também de suas riquezas, a Igreja católica passou a atuar no sentido de reverter a situação ou, no mínimo, evitar o crescimento de outras igrejas cristãs na Europa. Assim, seus líderes passaram a se reunir para estudar providências a serem tomadas. Isso ocorreu no **Concílio de Trento**, entre 1545 e 1563.

Embora algumas mudanças tenham acontecido, a resposta da Igreja de modo geral foi a afirmação enfática de seus antigos dogmas e ritos. A grande "inovação" do catolicismo barroco foi a ampliação (através da arte, principalmente) do caráter teatral/ritualístico de sua religiosidade: a mudança não foi exatamente uma inovação, mas uma reafirmação da ortodoxia católica.

Entre as decisões do Concílio de Trento, destacam-se a criação do **Índex de livros proibidos**, livros que os cristãos estavam proibidos de ler, a fundação de **seminários** para educar os padres, o apoio à **Companhia de Jesus**, cuja missão era ampliar o número de fiéis nas terras que estavam sendo colonizadas pelos europeus, e o fortalecimento da **Santa Inquisição**, cujo objetivo central era reprimir com violência todos os que ousassem discordar do clero católico e do Papa.

A Santa Inquisição teve forte ação em Portugal e Espanha, países em que os reis eram católicos fervorosos. Neles, milhares de pessoas foram queimadas vivas por ordem dos inquisidores.

A Companhia de Jesus foi criada por Inácio de Loyola em 1534 e passou a ter apoio intensivo do papa a partir do Concílio de Trento. Ela era caracterizada por uma forte disciplina militar e foi o instrumento mais importante da Reforma, pois, por sua ação nas terras descobertas da América e África, foi possível **converter milhões de indivíduos ao catolicismo**. Ela é responsável pelo fato de a América Latina ser majoritariamente cristã e católica até hoje.

Guerras religiosas

Os movimentos da Reforma religiosa e da Contrarreforma católica no século XVI provocaram uma **onda de violência e intolerância generalizadas** na Europa ocidental. Pensadores que discordavam da Igreja católica foram reprimidos com brutalidade e com a morte na fogueira. Muitos religiosos protestantes também usaram da violência para reprimir aqueles que discordavam de suas teses. A luta na Europa não era do fiel contra o infiel, mas entre os próprios cristãos.

O mais violento de todos esses conflitos foi a "**Noite de São Bartolomeu**", quando o rei Carlos IX ordenou o assassinato de todos os huguenotes (calvinistas) da França. Somente em Paris, morreram mais de 3 mil huguenotes.



Reforma na Alemanha:

- Martinho Lutero rompeu com a Igreja católica e criou uma nova igreja, Luterana, com o apoio de parte da nobreza alemã.
- Lutero pregava a teoria da predestinação, segundo a qual a fé é o único caminho para o paraíso, pois é o sinal divino da salvação.

Reforma na Suíça (Genebra):

- João Calvino, inicialmente luterano, criou uma nova igreja também baseada na teoria da predestinação, mas, ao contrário de Lutero, admite a busca da riqueza material como algo abençoado por Deus.

Reforma na Inglaterra:

- Henrique VIII rompeu com a Igreja católica por motivos pessoais, políticos e financeiros.

Contrarreforma católica:

- No Concílio de Trento, a Igreja católica criou algumas estratégias para manter seus adeptos e, ao mesmo tempo, combater com violência os movimentos "protestantes". Passa a apoiar a Companhia de Jesus de forma a ampliar o número de adeptos do catolicismo no mundo.



"Afinal, quem são 'os evangélicos'?"

A resposta mais honesta não poderia ser mais frustrante: os evangélicos são qualquer pessoa, todo mundo, ou, mais especificamente, ninguém. São uma abstração, uma caricatura pintada a partir do que vemos zapeando pelos canais abertos misturado ao que lemos de bizarro nos tabloides da internet com o que nosso preconceito manda reforçar. [...]

A diversidade de pensamento é a razão de existir da reforma protestante. E continuou sendo pelos séculos seguintes, quando as igrejas reformadas do século 16 deram origem ao movimento evangélico, aos pentecostais, e estes aos neopentecostais, todos micro divididos até o limite do

possível, graças, novamente, à diversidade de pensamento – sobre forma de governo, vocação e pequenos e grandes pontos doutrinários. E boa parte dessas denominações não tem sequer organização central nem “presidência”, muito menos representantes possíveis, com as decisões sendo tomadas nas comunidades locais, por votação democrática. [...]

Dentro da multifacetação das igrejas de tradição evangélicas, há as chamadas ‘inclusivas’, mas há diversas igrejas históricas, tradicionais, teologicamente ortodoxas, que acreditam nos absolutos da ‘sola scriptura’ da Reforma Protestante, mas que têm política acolhedora e amorosa com as minorias. [...]

[Lideranças evangélicas progressistas como Marcos Botelho] não representam ‘os evangélicos’ porque não existe ‘os evangélicos’. Mas Marcos Botelho existe e é evangélico. Assim como existe William Lane Craig, o filósofo que convida periodicamente Richard Dawkins para um debate público, do qual este sempre se esquiva; existe o geneticista Francis Collins vencendo o William Award da Sociedade Americana de Genética Humana; existe o presidente Jimmy Carter, dando aula na escola bíblica no domingo e sendo entrevistado para a capa da Rolling Stone por Hunter Thompson na segunda-feira; existe o pastor congregacional inglês John Harvard tirando dinheiro do próprio bolso para fundar uma universidade ‘para a glória de Deus’ nos Estados Unidos que leva seu sobrenome até hoje; existe o pastor batista Martin Luther King como o maior ativista de todos os tempos; existe o jovem paulista Marco Gomes, o ‘melhor profissional de marketing do mundo’, pedindo licença para ‘falar uma coisa sobre os evangélicos’. E existe o Feliciano, o Edir Macedo, a Aline Barros, o Thalles Roberto, o Silas Malafaia e o mercado gospel. Como existe bancada evangélica, mas existem os que lutaram pela ‘separação entre Igreja e estado’ na constituição, e existem os que acreditam que levar Jesus Cristo para a política é trabalhar não para si, mas para os menos favorecidos.

Existe o amor e existe a justiça, como existe o preconceito, o dogmatismo, o engano, o medo, a vaidade e a corrupção. Não porque somos evangélicos, mas porque somos humanos.

Adaptado de <https://goo.gl/DvtwQf>. Acesso: 22 mai. 2017

A partir do texto acima e de seus conhecimentos, como você entende o trecho “os evangélicos são qualquer pessoa, todo mundo, ou, mais

especificamente, ninguém”? É possível entender as heranças da Reforma Protestante de modo unívoco? Esse tipo de generalização constitui um recurso necessário ou adequado para o historiador?



Pesquise mais

Lutero. Direção de Eric Till. Alemanha, Casablanca Filmes, 2003. Esse filme retrata a vida de Martinho Lutero e seu trabalho para “comprovar” suas teses.

A Rainha Margot. Direção de Patrice Chéreau. França/Alemanha/Itália, 1994. O filme retrata a Noite de São Bartolomeu a partir de um romance de Alexandre Dumas.

VEIGA, Luiz Maria. **A Reforma Protestante.** São Paulo: Ática, 1998. A obra oferece uma visão ampla do processo que levou ao cisma cristão do século XVI.

WEBER, Max. **A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** Tradução de José Marcos Mariano Macedo. São Paulo: Cia das Letras, 2014. Nessa obra clássica, em especial nos dois primeiros capítulos, o autor demonstra a relação entre a ética protestante com o desenvolvimento do capitalismo a partir do século XVI.

Sem medo de errar

Sugestão de projeto para coordenação

1. Todos os alunos, individualmente, irão pesquisar uma imagem na internet ou em qualquer outro meio de comunicação que simbolize a ideia de respeito à diferença.
2. Todas as imagens passarão pela aprovação do professor.

3. Todas as imagens aprovadas deverão ser impressas em papel formato A4.
4. A partir das imagens, os alunos deverão produzir pequenos textos de três linhas, no máximo, sobre a imagem, mas com um detalhe importante: os alunos irão produzir esses comentários sobre a imagem escolhida por outro aluno. O professor de Língua Portuguesa poderá participar do projeto.
5. O professor irá revisar todas as frases produzidas e, se necessário, os alunos deverão refazê-las. Todas as frases deverão acompanhar os nomes dos alunos que as produziram.
6. Após a aprovação de todas as frases, elas também serão impressas em papel A4 com moldura, fonte padronizadas e suficientemente grandes para serem lidas a uma distância de um metro.
7. Todos os conjuntos de imagens impressas e comentários dos alunos deverão ser organizados para exposição na sala um dia antes da Mostra Cultural.
8. O professor deverá escrever um texto de abertura explicando a exposição de imagens e frases. O texto do professor, assinado por ele próprio, deverá ser impresso em folha A3 para fixação na entrada da exposição.
9. Os alunos deverão estar presentes à Mostra Cultural para explicar aos seus pais os significados das imagens e dos comentários.
10. Sugestão de texto do professor para “abrir” a exposição:

Respeito à diferença

Por séculos, a humanidade teve exemplos magníficos de convivência pacífica e harmoniosa entre povos com culturas diferentes. Também por séculos, a humanidade conviveu com a intolerância e a violência dela advinda.

Talvez por “Narciso achar feio o que não é espelho”, como nos lembrou Caetano Veloso, nossos estranhamentos com o outro são por vezes chocantes. Mas talvez a razão oriunda da reflexão dos

gregos, dos renascentistas e/ou dos iluministas possa nos oferecer o *aufklärung* necessário para os caminhos e descaminhos da vida, por vezes tortuosos e escuros. Outras luzes podem surgir, pois o tempo não para, nem a História.

Pra que serve a História, senão para pensar e repensar nosso presente, projetando sempre um novo futuro?

Avançando na prática

Imagens de Lutero, imagens na História

Descrição da situação-problema

Analise a imagem a seguir. Ela é uma gravura de Erhard Schön (1491-1542), feita em 1521. Nela, o artista retrata Lutero.



Fonte: <<https://goo.gl/0aOdHn>>. Disponível em: 14 abr. 2017.

1. Interprete a imagem a partir de sua observação e das informações do enunciado.
2. Quais seriam as possíveis motivações do artista para produzir uma imagem como esta?
3. Quais são os cuidados que devemos ter ao analisar uma imagem?

Resolução da situação-problema

1. Lutero é retratado na imagem como alguém que está sendo influenciado pelo demônio, o que fica evidente com a figura macabra que assopra uma gaita em seu ouvido.
2. Observando as características da imagem e a data em que ela foi produzida (1521), é possível inferir que o artista era um católico fervoroso e desejou produzir uma violenta crítica a Lutero, demonizando sua ação religiosa e seu rompimento com a Igreja católica. Também é possível que a obra tenha sido encomendada pela Igreja católica para desmoralizar Lutero, pois sabemos que no século XVI a grande maioria da população europeia era analfabeta e as imagens eram usadas na pregação religiosa.
3. Faz-se necessário conhecer a historicidade da obra, ou seja, saber em qual contexto histórico ela foi produzida e as intenções que levaram um artista a produzi-la.

Faça valer a pena

1. 95 teses de Lutero, 1517

1ª Tese

Dizendo nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo: Arrependei-vos... etc., certamente quer que toda a vida dos seus crentes na terra seja contínuo e ininterrupto arrependimento.

2ª Tese

E esta expressão não pode e não deve ser interpretada como referindo-se ao sacramento da penitência, isto é, à confissão e satisfação, a cargo dos sacerdotes.

3ª Tese

Todavia não quer que apenas se entenda o arrependimento interno; o arrependimento interno nem mesmo é arrependimento quando não produz toda sorte de mortificação da carne.

4ª Tese

Assim sendo, o arrependimento e o pesar, isto é, a verdadeira penitência, perdura enquanto o homem se desagradar de si mesmo, a saber, até à entrada para a vida eterna.

5ª Tese

O papa não quer e não pode dispensar de outras penas além das que impôs

ao seu alvitre ou nem acordo com os cânones, que são estatutos papais.

6ª Tese

O papa não pode perdoar dívida, senão declarar e confirmar aquilo que já foi perdoado por Deus, ou então o faz nos casos que lhe foram reservados. Nestes casos, se desprezados, a dívida em absoluto deixaria de ser anulada ou perdoada.

7ª Tese

Deus a ninguém perdoa a dívida sem que ao mesmo tempo o subordine, em sincera humildade, ao ministro, seu substituto". Disponível em: <<https://goo.gl/q1Nh52>>. Acesso em: 23 set. 2017.

As reformas religiosas do século XVI não apenas romperam a unidade do cristianismo no Ocidente, mas modificaram as estruturas eclesiais e a doutrina da salvação. Sobre essas reformas, considere as seguintes afirmações:

I. Os luteranos entendiam a reforma como restauração do verdadeiro cristianismo contra a laicização da reforma de Roma.

II. A Reforma Anglicana em 1534, pelo Ato de Supremacia de Henrique VIII, criou uma Igreja Nacional na Inglaterra, modificando o culto religioso.

III. Calvino tornou o culto mais complexo, condenou a doutrina da predestinação e recusou sacramentos como o batismo e a comunhão.

IV. A Contrarreforma católica definiu medidas de combate aos protestantes: criou colégios destinados ao ensino dos jovens, difundiu a catequese entre os povos não cristãos e conteve o protestantismo utilizando os tribunais da Santa Inquisição.

V. Do Concílio de Trento saiu uma Igreja reformada e modernizada. A autoridade papal foi diminuída.

Estão corretas as afirmações:

- a) II e III.
- b) I, II e III.
- c) I, II, IV e V.
- d) I e IV.
- e) III e IV.

2. Confissão de Fé de Westminster, 1547

I. Por decreto de Deus, para manifestação de sua glória, alguns homens e anjos são predestinados à vida eterna e outros são predestinados à morte eterna;

II. Aqueles do gênero humano que estão predestinados à vida foram escolhidos para a glória com Cristo por Deus [...] segundo sua finalidade eterna e imutável [...] e tudo para louvor de sua gloriosa graça;

III. Foi do agrado de Deus [...], para a glória de Seu soberano poder sobre

as suas criaturas, dispensar o resto da humanidade, condená-la a desonra e à ira por seu pecado, para louvor de sua gloriosa justiça”. Disponível em: <<https://goo.gl/TjLqtD>>. Acesso: 23 maio 2017.

O calvinismo, doutrina constituída no século XVI europeu, foi tributário, em muitos aspectos, dos princípios elaborados por Santo Agostinho, sobretudo aquele que reafirma:

- a) O automartírio da carne como meio de purificação dos pecados.
- b) A necessidade da concessão da graça divina para a salvação dos homens.
- c) A superioridade do poder religioso sobre os negócios do Estado.
- d) A necessidade de obras meritórias e santas para a salvação das almas.
- e) A autoridade da instituição religiosa na absolvição dos pecados humanos.

3. “Desde que os canhões começaram a atirar sobre nós com maior frequência, tornou-se necessário que todos dormissem nas casernas. Eu logo providenciei para mim um leito feito de um lençol atado pelas suas duas pontas e assim fiquei suspenso no ar, à maneira dos selvagens americanos (entre os quais eu estive durante dez meses), o que foi imediatamente imitado por todos os nossos soldados. De tal maneira que a caserna logo ficou cheia deles. Aqueles que dormiram assim puderam confirmar o quanto esta maneira é apropriada tanto para evitar os vermes quanto para manter as roupas limpas”.

Adaptado de ENEM 2003. Disponível em: <<http://enem.inep.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2017.

Jean de Léry viveu na França na segunda metade do século XVI, época em que as chamadas guerras de religião opuseram católicos e protestantes. No texto a seguir, ele relata o cerco da cidade de Sancerre por tropas católicas. Nesse texto, Jean de Léry:

- a) Despreza a cultura e rejeita o patrimônio dos indígenas americanos.
- b) Revela-se constrangido por ter de recorrer a um invento de “selvagens”.
- c) Reconhece a superioridade das sociedades indígenas americanas com relação aos europeus.
- d) Valoriza o patrimônio cultural dos indígenas americanos, adaptando-o às suas necessidades.
- e) Valoriza os costumes dos indígenas americanos porque eles também eram perseguidos pelos católicos.

Referências

- AMADO, Janaina; GARCIA, Ledonias Franco. **Navegar é preciso**. São Paulo: Atual, 1989.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirt N. **História da expansão portuguesa**. Lisboa: Circulo de Leitores, 1998. 3 volumes.
- CHAUNU, Pierri. **O Tempo das Reformas**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. **Estud. av.**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 91-110, Dec. 1990. Available from <<https://goo.gl/Xa1CY1>>. acesso em: 3 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141990000300005>.
- COPÉRNICO, Nicolau. **As Revoluções dos Orbes Celestes**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Tradução alternativa em: <<http://www.cle.unicamp.br/cadernos/pdf/TradCristianoRezende-Cad181.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2017.
- DEL PRIORI, Mary; VENÂNCIO, P. **Ancestrais**: uma introdução à História da África. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.
- DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**, tradução de Manuel Rua. Lisboa: Estampa, 1994. volumes 1 e 2.
- FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- FREITAS, Gustavo de. **900 textos e documentos de história**. Lisboa: Plátamo, 1976.
- PESSOA, Fernando. **Obra Poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003.
- ROTTERDÃ, Erasmo de. **O elogio da Loucura**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000026.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2017.
- SEVCENKO, N. **O Renascimento. Campinas**: Unicamp, 1984. p. 19
- SOUZA, Marina de Mello. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2006.
- VAN ACKER, Teresa. **Renascimento e Humanismo**: o homem e o mundo europeu do século XIV ao século XVI. São Paulo: Atual, 1992.

Estruturas políticas, sociais e econômicas do Antigo Regime

Convite ao estudo

Seja bem-vindo! Nesta unidade, vamos estudar temas históricos centrais da construção da modernidade da Europa ocidental. Nosso caminho percorrerá as estruturas do mundo político, econômico e social dos países europeus entre os séculos XIV e XVIII. Essa forma de organização política, econômica e social recebeu o nome de Antigo Regime.

Na Seção 2.1, estudaremos a forma predominante de governar os países europeus entre os séculos XVI e XVIII: o Absolutismo. Nesse regime de governo, os reis tinham grandes poderes sobre toda a nação que governava.

Na Seção 2.2, entenderemos qual era a política econômica das nações europeias nesse mesmo período. Essa política econômica era chamada de mercantilismo e tinha uma estreita relação com a colonização das várias regiões da América, inclusive da América portuguesa e, portanto, do Brasil.

Na Seção 2.3, entenderemos como funcionava a sociedade do Antigo Regime, quais eram os grupos sociais que compunham esses países e como eles se representavam diante de si mesmos e dos outros.

Nesse contexto, imagine que você já está contratado como professor de ensino fundamental II de uma escola pública e deverá trabalhar com os alunos o tema do Absolutismo na Europa entre os séculos XVI e XVIII. Na sala de aula e na escola, observa-se um intenso debate sobre os significados da democracia, pois acreditamos que a civilização ocidental tem

nela um de seus fundamentos. Mas sabemos, como todos sabem, que as democracias inserem problemas que, por vezes, elas não conseguem resolver.

Para levar esse debate a cabo nas aulas de História, você desenvolverá com os alunos discussões sobre a questão da representação política dos cidadãos perante o poder de Estado. A ideia é debater temas da História moderna com base em questões do presente. O Estado brasileiro nasceu a partir da experiência absolutista de D. João VI, que esteve no Brasil entre 1808 e 1821. Além disso, o Brasil foi a única nação da América a ter uma longa experiência monarquista, tendo também recebido milhões de africanos escravizados em seu território – assim como aconteceu em outras regiões da América. Isso não teria tido como consequência experiências antidemocráticas vivenciadas até hoje?

Seção 2.1

Estado absolutista

Diálogo aberto

Nesta primeira seção do seu livro didático, você vai estudar e compreender o funcionamento e a lógica do Estado absolutista europeu entre os séculos XVI e XVIII. Nesse período da história, os Estados nacionais modernos consolidaram-se por meio de várias estratégias.

Habitualmente, fazemos uma análise que opõe os Estados modernos absolutistas aos regimes liberais que surgiram após o Iluminismo e a Revolução Francesa. No entanto, questões importantes como a propriedade privada, as desigualdades sociais e o poder coercitivo do Estado diante da sociedade, bem como uma relativa autonomização da lógica de seu funcionamento, parecem permanecer até hoje.

Dentro desse contexto de discussão sobre a natureza do Estado, você é convidado a participar de um debate aberto à comunidade, na escola em que trabalha como professor de História. Esse debate terá como tema “O Estado brasileiro” e contará com a participação de outros professores da escola, alunos e especialistas convidados. A você é proposto que faça uma fala em que demonstra a origem e o significado do que entendemos por “Estado moderno”, mostrando continuidades e descontinuidades em relação ao presente. Afinal, é possível argumentar que o Brasil é um Estado moderno? A partir de quais aspectos?

Vamos aos estudos para compreender isso!

Não pode faltar

A formação dos Estados nacionais modernos

Como vimos na última unidade, a partir do século XI, a Europa ocidental começou a vivenciar um processo de grandes transformações econômicas e políticas. No plano econômico, ocorreu o crescimento das **atividades comerciais**. No plano social, surgiu uma nova classe social que passou a acumular capitais em

função do comércio: a **burguesia comercial**. No plano político, gradativamente, a burguesia foi se tornando um **grupo social influente**. No plano cultural, **novas maneiras de interpretar o mundo** foram gestadas a partir da obra de pensadores, filósofos e artistas.

Foi nesse contexto histórico da Baixa Idade Média (séculos XI ao XIV) que ocorreu a **centralização do poder político** em torno de reis (monarcas) em várias regiões da Europa ocidental. Tal processo de centralização do poder ocorreu em função das necessidades e dos projetos dos próprios reis e também dos burgueses que desejavam maior proteção e estímulo às suas atividades comerciais. Muitos nobres, mesmo perdendo parte de seus poderes, também apoiaram a centralização do poder, pois uma aliança com os reis garantiria repressão aos movimentos camponeses que poderiam ocorrer, algo que de fato aconteceu no século XIV.

De forma geral, **os interesses dos nobres não eram os mesmos dos comerciantes** na Baixa Idade Média (séculos XI ao XIV), pois os senhores feudais tinham grande autonomia para cobrar vários impostos nos territórios que eles controlavam, o que dificultava as atividades dos comerciantes. Com o poder centralizado na figura de um rei, foi possível estabelecer leis nacionais, garantir a obediência de toda a população e dar proteção à burguesia. Impostos passaram a ser centralizados, exércitos nacionais passaram a ser permanentes, a administração passou a ser centralizada, os mercados internos dessas nações passaram a ser explorados pelos comerciantes e moedas nacionais passaram a existir, facilitando ainda mais os negócios da burguesia.

Prezado estudante, atente para o resultado dessas importantes transformações: **a Europa ocidental vivenciou a substituição do poder descentralizado feudal pelo centralismo monárquico. Esse processo criou os Estados nacionais modernos.**



O Rei proíbe, sob a pena de acusação de lesa-majestade a todos os capitães e homens de guerra, que ataquem mercadores, trabalhadores, gado ou cavalos ou bestas de carga, seja nos pastos ou em carroças, e não perturbem, nem às carruagens, mercadorias e artigos que estiverem transportando, e não exigirão deles resgate de qualquer forma; mas sim tolerarão que levem suas mercadorias em paz e segurança, sem nada lhes pedir, sem perturbá-los de qualquer forma. (HUBERMAN, 1986, p. 73)



Exemplificando

O trecho do texto é parte de uma Ordenação do rei da França de 1459. Nele, evidencia-se de forma clara o interesse do rei da França em apoiar as atividades comerciais em seu reino.

O Estado absolutista

Como estudante de história você já sabe que não existe nomenclatura neutra: toda classificação tem uma origem histórica e uma intenção, e o mesmo se aplica aqui. A expressão **Antigo Regime** foi criada no final do século XVIII para designar a sociedade, a economia e os privilégios à época do Absolutismo. Convencionou-se denominar como Antigo Regime a organização social predominante na Europa ocidental entre os séculos XVI e XVIII, marcada principalmente pelo **Absolutismo** como forma de governo, pelo **mercantilismo** como política econômica e pela existência de uma **sociedade estamental**, dividida entre clero (primeiro estado), nobreza (segundo estado) e povo (terceiro estado).

Também o termo “Absolutismo” difundiu-se apenas no final do século XVIII, bem como o termo “mercantilismo”. Aqueles que usavam esses termos buscavam **destacar os aspectos negativos** de um poder monárquico sem limites e de uma política econômica baseada no apoio à expansão comercial, na balança comercial favorável e no metalismo. Era, na percepção dos seus críticos, um sistema de governo a ser combatido. De fato, o poder dos reis absolutistas tinha como base o apoio da nobreza e do clero.



Exemplificando

“É exclusivamente na minha pessoa que reside o poder soberano... é só de mim que os meus tribunais recebem a sua existência e a sua autoridade, que eles não exercem senão em meu nome, permanece sempre em mim, e o seu uso não pode nunca ser voltado contra mim. É a mim unicamente que pertence o poder legislativo sem dependência e sem partilha... a ordem pública inteira emana de mim, e os direitos e interesses da nação de que se ousa fazer um corpo separado do

monarca, estão necessariamente unidos com os meus e repousam unicamente em minhas mãos” (FREITAS, 1976, p. 22).

O texto acima é a resposta de Luis XIV aos parisienses em 1766, quando perguntado sobre seus poderes. Em sua fala, evidencia-se o desejo de um poder ilimitado em que todas as esferas da administração pública a ele estão subordinadas. A ele é atribuída a frase “*L’État c’est moi*” – **O Estado sou eu.**



Assimile

- Os **Estados nacionais modernos** surgiram durante a Baixa Idade Média (séculos XI ao XIV) em função das pretensões de poder dos reis, dos interesses da burguesia comercial e do apoio de parte da nobreza.
- **Absolutismo** foi um regime de governo predominante na Europa ocidental, entre os séculos XVI e XVIII, fundamentado no poder de reis, com o apoio da nobreza, do clero e da burguesia comercial.
- **Antigo Regime** designa uma forma de organização dos Estados nacionais modernos, fundamentados no Absolutismo, no mercantilismo e na sociedade estamental.

Absolutismo na Península Ibérica

Na Península Ibérica, a centralização do poder em torno dos reis tem origem na **Reconquista**, processo histórico de **expulsão dos muçulmanos**, que dominavam a região desde o século VIII. Afonso VI era o rei de terras espalhadas pelo norte da Península Ibérica e, aproveitando-se do espírito das Cruzadas, organizou um poderoso exército na segunda metade do século XI. Todo o restante da Península Ibérica era dominado pelos muçulmanos nesse período.

Um dos nobres franceses que ele conseguiu atrair para auxiliá-lo no combate aos muçulmanos foi **Henrique de Borgonha**, que recebeu um feudo denominado **Condado Portucalense** pelos serviços prestados. Ele se instalou na região recebida e passou a ter grande autonomia em relação ao governo de Castela. Seu filho, D. Afonso Henriques, logo após assumir o poder no Condado Portucalense, proclamou-se rei de Portugal (1139) e afirmou que deveria prestar

contas apenas ao Papa. **Portugal foi o primeiro país a se organizar como Estado nacional moderno.**

No período de duração da **dinastia dos Borgonha** (1139-1383), Portugal caracterizou-se pela continuidade da expansão territorial, ampliando seus domínios com a progressiva expulsão dos muçulmanos da região. Nesse período, a agricultura interiorana e o comércio no litoral foram as duas principais características econômicas da nação recém-formada. A guerra contra os muçulmanos foi um fator importante para o **fortalecimento do poder real.**

O último rei da dinastia dos Borgonha foi D. Fernando, que faleceu em 1383 sem deixar herdeiros. O problema da sucessão ao trono colocou Portugal em uma crise política, pois os nobres desejavam anexar Portugal a Castela (Espanha), enquanto o grupo mercantil e grupos sociais urbanos, tais como os mestres de ofício, desejavam Portugal independente. Dessa crise, surgiu uma guerra que resultou na Revolução de Avis (1383-1385), que, por sua vez, resultou na vitória do grupo mercantil.

Assim, foi aclamado rei D. João, mestre da Ordem Militar de Avis. Começava, em 1385, **a dinastia de Avis**, que se estendeu até 1580. A dinastia de Avis foi marcada pela contínua centralização do poder e pelo estímulo constante à expansão comercial. O auge do Absolutismo português foi nessa dinastia, em especial no século XV, com o domínio da costa africana e as Grandes Navegações.

Em **1578, com a morte de D. Sebastião**, tem início uma crise política que resultou no início do domínio espanhol sobre Portugal. Assim, a Espanha dominou o território português entre 1580 e 1640, no período conhecido como União Ibérica. Em 1640, Portugal retoma sua independência após conflitos com a Espanha, dando início à **dinastia dos Bragança.**

A formação da **Espanha** também ocorreu a partir do processo da Reconquista e foi formada a partir de dois reinos cristãos: Aragão e Castela. Isso se deu com o casamento dos reis católicos Fernando e Isabel, em 1469. A unificação política definitiva aconteceu em 1492, com a expulsão dos mouros (muçulmanos) da cidade de Granada, última cidade sob domínio muçulmano na Península Ibérica.

O auge do Absolutismo na Espanha ocorreu com a **dinastia dos Habsburgo**, em especial no século XVI com **Carlos V (1519-1556)** e **Felipe II (1556-1598)**, resultado da exploração das riquezas da

América, principalmente dos metais preciosos. A Espanha foi a maior potência econômica e militar do planeta, dominando grande parte da Europa e possessões no Oriente.

A decadência da Espanha como potência econômica teve início com a derrota militar para a Inglaterra: após tentar invadir as ilhas britânicas, a “Invencível Armada” espanhola foi derrotada. Além disso, a guerra contra a Holanda (1568-1648) contribuiu para o enfraquecimento espanhol, culminando com a independência desse país.

Absolutismo na França e Inglaterra

Na **França**, a centralização do poder ocorreu durante a **Guerra dos Cem Anos (1337-1453)**, na qual ingleses e franceses disputaram territórios, em especial o próprio território francês e a região de Flandres. Nesse período, a expulsão dos ingleses do território francês criou a consciência nacional dos franceses e fortaleceu a aliança entre o rei e os comerciantes.

Na França, o apogeu do Absolutismo ocorreu na dinastia dos Bourbon, no século XVII, especialmente no governo de **Luis XIV (1661-1715)**. Antes do reinado de Luis XIV, foi notável a ação política do primeiro ministro francês **Cardeal Richelieu (1624-1642)**, que promoveu a consolidação do Absolutismo e a expansão da supremacia francesa na Europa. Richelieu foi responsável pelo início da política dos Grandes Cardeais. Tal expansão da influência francesa teve seu ápice na vitória na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) sobre os Habsburgo, que governavam a Áustria e o Sacro Império Romano Germânico.

Mas foi no governo de Luis XIV que o Absolutismo francês alcançou seu auge, em função do governo pessoal do monarca. Luis XIV foi responsável pela construção do Palácio de Versalhes, onde residia comandando uma corte de 10 mil pessoas, entre cortesãos, soldados e lacaios. Em seu governo, houve uma perfeita identificação entre o Estado e a pessoa do rei (*L'État c'est moi*), levando ao extremo a ideia da **monarquia de direito divino**. Luis XIV submeteu completamente a nobreza e a burguesia francesa, bem como foi o responsável pela implantação de uma forte política econômica mercantilista, pela constituição de um vigoroso exército e por várias guerras da França que visaram garantir seu domínio sobre a Europa.

Na **Inglaterra**, após a Guerra dos Cem Anos, vencida pela França, ocorreu a **Guerra das Duas Rosas (1455-1485)**, na qual duas famílias de nobres (Lancaster e York) disputaram o poder. Essa guerra devastou a Inglaterra e culminou com a chegada ao poder de Henrique Tudor, coroado como **Henrique VII**. Esse foi o início do Absolutismo na Inglaterra.

A **dinastia Tudor** marcou o apogeu do Absolutismo na Inglaterra, entre 1485 a 1603. Nesse período, o Parlamento inglês foi submetido à vontade dos reis, Henrique VIII submeteu a Igreja ao seu comando com a criação da Igreja Anglicana e Elizabeth I iniciou uma política expansionista com sua frota naval, reinado no qual foi criada a colônia de Virgínia na América do Norte. Foi nesse período que Elizabeth I concedeu títulos de nobreza a corsários como Francis Drake e Walter Raleigh, que foram responsáveis por grandes saques de galeões espanhóis.

Pensadores do Absolutismo

Diversos filósofos pensaram o Absolutismo, escrevendo grandes tratados teóricos para oferecer uma justificativa ideológica para esse regime de governo. Entre eles, devemos destacar:

Nicolau Maquiavel (1469-1527): é um dos precursores da Ciência Política. Em sua obra *O Príncipe*, o governante deveria ter habilidade para garantir os seus interesses e os da nação. Os valores morais impostos pela fé não poderiam restringir a ação do rei, separando moral e política.

A um príncipe, portanto, não é essencial possuir todas as qualidades acima mencionadas, mas é bem necessário parecer possuí-las. Antes, ousarei dizer que, possuindo-as e usando-as sempre, elas são danosas, enquanto que, aparentando possuí-las, são úteis; por exemplo: parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e sê-lo realmente, mas estar com o espírito preparado e disposto de modo que, precisando não sê-lo, possas e saibas tornar-te o contrário. Deve-se compreender que um príncipe, e em particular um príncipe novo, não pode praticar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, uma vez que, frequentemente, é obrigado, para manter o Estado, a agir contra a fé, contra a

”

caridade, contra a humanidade, contra a religião. Porém, é preciso que ele tenha um espírito disposto a voltar-se segundo os ventos da sorte e as variações dos fatos o determinem e, como acima se disse, não apartar-se do bem, podendo, mas saber entrar no mal, se necessário. (MAQUIAVEL, 2010, p. 60)



Exemplificando

Nesse trecho de sua obra *O Príncipe*, Maquiavel argumenta que o rei não deve guiar seus atos e decisões de acordo com a moralidade vigente. Assim, estabelece separação entre a moral e a política.

Jacques Bossuet (1627-1704): em sua obra *A Política inspirada nas Sagradas Escrituras*, esse autor constrói uma justificativa divina para o poder dos reis. Ele fazia parte da corte de Luis XIV na França. Os súditos deveriam apenas obedecer ao rei, pois ele vê mais alto. As sedições deveriam ser combatidas.

Jean Bodin (1588-1596): a autoridade do rei era concedida por Deus e a soberania do Estado deveria ser entendida como “o poder supremo sobre os súditos”, sem restrições legais.

Thomas Hobbes (1588-1679): em sua obra *Leviatã*, afirmou que o homem, no estado da natureza, vive em estado de guerra permanente entre si. Assim, os homens fazem um contrato (pacto social). Nesse contrato, os indivíduos renunciam à liberdade em troca da segurança oferecida pelo Estado. O poder dos reis, dessa forma, surge de uma necessidade sentida pelos indivíduos.



Exemplificando



Quando se faz um pacto em que ninguém cumpre imediatamente sua parte, e uns confiam nos outros, na condição de simples natureza (que é uma condição de guerra de todos os homens contra todos os homens), a menor suspeita razoável torna nulo esse pacto. Mas se houver um poder comum situado acima dos contratantes, com direito e força suficiente para impor seu cumprimento, ele não é nulo.

Pois aquele que cumpre primeiro não tem qualquer garantia de que o outro também cumprirá depois, porque os vínculos das palavras são demasiado fracos para refrear a ambição, a avareza, a cólera e outras paixões dos homens, se não houver o medo de algum poder coercitivo. O qual na condição de simples natureza, onde os homens são todos iguais, e juízes do acerto de seus próprios temores, é impossível ser suposto. Portanto aquele que cumpre primeiro não faz mais do que entregar-se a seu inimigo, contrariamente ao direito (que jamais pode abandonar) de defender sua vida e seus meios de vida. Mas num Estado civil, onde foi estabelecido um poder para coagir aqueles que de outra maneira violariam sua fé, esse temor deixa de ser razoável. Por esse motivo, aquele que segundo o pacto deve cumprir primeiro é obrigado a fazê-lo. (HOBBS, [1651], p. 60)

Nesse trecho de sua obra, *Leviatã*, Hobbes justifica a necessidade de existência de um poder que esteja acima do poder dos homens, o Estado. Isso seria necessário porque os homens, em seu estado natural, teriam a tendência de não cumprir com pactos para convivência coletiva, vivendo em permanente guerra.



Assimile

- A formação dos Estados nacionais modernos na Península Ibérica teve início no processo de Reconquista, na qual os cristãos expulsaram os mouros da península.
- Portugal foi a primeira nação que se formou em 1139, tendo como as três dinastias principais a de Borgonha, a de Avis e a dos Bragança.
- Na Espanha, o processo de centralização do poder teve seu final com a expulsão dos mouros da cidade de Granada. A mais importante dinastia espanhola foi a dos Habsburgo.
- Na França, houve a unificação política definitiva no final da Guerra dos Cem Anos, sua principal dinastia foi a dos Bourbon e Luis XIV seu mais importante rei absolutista.
- A centralização política na Inglaterra ocorreu ao final da Guerra das Duas Rosas, quando tomou o poder a dinastia Tudor.
- Vários pensadores buscaram legitimar o poder dos reis absolutistas por meio de grandes obras filosóficas. Alguns justificaram o poder dos reis por um desejo divino, enquanto outros, pelas necessidades da sociedade.



Figura 2.1 | Luís XV da França, em pintura de Louis-Michel van Loo, 1760



Fonte: <<https://goo.gl/58hnTI>>. Acesso em: 27 maio 2017.

Na pintura de Louis-Michel van Loo, quais são os elementos que reforçam a imagem do poder do rei? Por qual motivo eram necessárias essas representações artísticas do rei durante o Antigo Regime?



Pesquise mais

La Prise de Pouvoir par Louis XIV. Direção de Roberto Rossellini. França: 1966. A película conta a história da transformação de Luis XIV de um simples rei indolente no rei de maior personalidade na história da França.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O estado monárquico:** França 1460-1610. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Nessa obra, o autor investiga os significados e as estratégias dos reis absolutistas.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no Antigo Regime**. São Paulo: Brasiliense, 1983. Nessa obra, o autor investiga e analisa as formas de comportamento individual e social como símbolos de pertencimento a uma classe social privilegiada no Antigo Regime europeu.

Sem medo de errar

Sugestão de fala do professor para a participação no debate:

- Faça um pequeno retrospecto da formação dos Estados nacionais modernos na Europa, na Baixa Idade Média.

o Lembre as transformações pelas quais a Europa passou na Baixa Idade Média: renascimento urbano e comercial, surgimento da burguesia comercial, renascimento cultural e a centralização do poder na figura dos reis.

- Demonstre que a chegada dos europeus na América (e no Brasil) teve início exatamente em função dos interesses dos reis absolutistas em aliança com os comerciantes.

o A chegada dos europeus à América teve como fator central a expansão do comércio e os interesses dos reis absolutistas.

- Relembre aspectos centrais da exploração portuguesa sobre o território brasileiro e o processo de independência.

o A colonização portuguesa no Brasil, assim como a espanhola na América, teve caráter fortemente exploratório, ou seja, a burguesia comercial e os reis transformaram os novos territórios em áreas produtoras de mercadorias e riquezas para o enriquecimento da metrópole. Assim foi com o açúcar no Nordeste brasileiro e com os metais preciosos na região das minas, no caso português.

- Demonstre que, do processo de independência, surgiu um regime político monárquico inspirado, por um lado, nas práticas absolutistas e, por outro lado, em influências liberais, baseado na agricultura de exportação.

o O processo de independência do Brasil foi resultado de

um arranjo político entre as elites proprietárias de terras e o príncipe herdeiro do trono português, D. Pedro. Assim, a independência brasileira em relação a Portugal manteve as estruturas sociais e econômicas do período colonial. A definição da monarquia como regime de governo foi outra característica desse processo. A despeito da produção de uma Constituição em 1824, a prática política de D. Pedro I mostrou-se autoritária, algo presente na tradição absolutista portuguesa.

o No Segundo Reinado, entre 1840 e 1889, a persistência do Poder Moderador, na prática, concentrava poderes nas mãos de D. Pedro II, algo que o Parlamentarismo buscou atenuar, sem grande sucesso.

o A lógica de um Estado que busca garantir os interesses de quem ocupa o poder de Estado esteve presente em todo o período monárquico brasileiro (1822-1889). Isso pode ser evidenciado pela forma com que os cargos públicos mais importantes eram ocupados, pela tentativa de D. Pedro II de criar uma nobreza brasileira distribuindo títulos nobiliárquicos para os oligarcas, entre outros.

- Mostre que o período republicano não alterou de forma substancial a forma do Estado brasileiro.

o A proclamação da República, em 1889, teve vários fatores causais e a própria definição de República foi objeto de grandes discussões e disputas. Ao final do processo, os grandes proprietários rurais tiveram sucesso em seu projeto de construção de uma república oligárquica, em que a maioria da população foi excluída da cidadania. O Estado, nesse período, serviu aos interesses desse grupo social.

- No período de domínio do populismo varguista, de 1930 a 1954, o Estado produziu algumas concessões aos trabalhadores urbanos, mas os interesses das elites, sejam elas urbanas ou rurais, continuaram sendo garantidos por meio do chamado "Estado de compromisso".

- Argumente que, em todas as fases da história do Brasil, o Estado brasileiro representou a si mesmo e aos interesses das elites proprietárias.

- Problematize o conceito de que o Estado representa a sociedade.

o No caso brasileiro, "passeando" pela sua história, é possível afirmar que o Estado representa a sociedade?

o O que poderia ser definido como sociedade? O Brasil tem, de fato, uma sociedade aos moldes do que foi definido pelos liberais?

o Como é possível defender a ideia de que exista um Estado representativo num país onde a história do exercício do poder sobre africanos escravizados é mais longa do que a história do país independente?

o Considerando a análise dos escândalos de corrupção (recentes e antigos), marca fundamental da ação dos indivíduos que ocupam posições de Estado e de governos brasileiros, é possível trabalhar com a ideia de Estado representativo no Brasil?

Faça valer a pena

1. "Leviatã é um monstro bíblico que aparece no livro de Jó. Hobbes diz: o soberano governa pelo temor que inflige a seus súditos. Porque, sem medo, ninguém abriria mão de toda a liberdade que tem naturalmente; se não temesse a morte violenta, que homem renunciaria ao direito que possui, por natureza, a todos os bens e corpos?". (RIBEIRO, 1991, p. 71)

De acordo com o texto, é correto afirmar que:

- a) Para governar, é necessário infligir o temor porque só assim as pessoas têm coragem de abrir mão da própria liberdade.
- b) Segundo o autor, todos os seres humanos estavam ameaçados de extinção. Contra essa ameaça, era necessária a presença da Igreja para poder impor ordem na sociedade e oferecer segurança.
- c) Para Hobbes, os súditos devem respeitar o soberano, mas não temê-lo.
- d) O homem deve abrir mão de toda a sua liberdade de forma natural. Não deve, também, temer a morte violenta.
- e) Hobbes dizia que havia um tempo em que as pessoas viviam em liberdade, sem que ninguém mandasse em ninguém. Essa liberdade era ideal para que ocorressem os pactos entre eles, evitando a guerra.

2. “Não há poder sem a vontade de Deus: todo governo, seja qual for sua origem, justo ou injusto, pacífico ou violento, é legítimo; todo depositário da autoridade, seja qual for, é sagrado: revoltar-se contra ele é cometer um sacrilégio. O trono não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus”. (BOSSUET, apud RIBEIRO [s.d.], p. 201)

A respeito do Absolutismo e das afirmações de Jacques Bossuet, é correto afirmar:

a) Jacques Bossuet defende a teoria do poder divino dos reis, afirmando que o rei era escolhido por Deus e, portanto, necessariamente justo e pacífico.

b) Jacques Bossuet defende no trecho acima a noção de que o poder real deve sempre estar submetido ao poder da Igreja Católica e suas autoridades eclesiásticas.

c) A teoria de Bossuet acaba com a laicidade do estado existente em civilizações antropocêntricas da Antiguidade, como Grécia e Roma.

d) O Absolutismo monárquico foi justificado a partir de princípios religiosos, pois era impossível de ser defendido a partir de argumentos filosóficos e lógicos.

e) O poder real nunca foi de fato absoluto na medida em que o apoio do clero, da nobreza e sobretudo da crescente burguesia foi fundamental para a centralização política.

3. Para garantir o seu poder absoluto, os reis criaram uma importante estrutura de governo. Além disso, lançaram mão de estratégias para fazer uma excelente propaganda pessoal, imagem que deveria ser amplamente divulgada. Essa também era uma forma de impressionar seus súditos e também a outros reis. Observe a reprodução da pintura do rei Henrique VIII.

Figura | Hans Holbein, o Jovem. Retrato de Henrique VIII



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/Henry_VIII_of_England>. Acesso em: 1 maio 2017

Sobre a relação entre a imagem e o texto, devemos afirmar:

- a) A postura crítica do pintor é demonstrada na forma de representar o cetro na mão esquerda.
- b) O símbolo principal da realeza está em seus calçados.
- c) O equilíbrio das formas representa o equilíbrio do próprio reino.
- d) A representação de Henrique VIII salienta a postura jovial e intrépida de um rei.
- e) O ambiente da corte valoriza as imagens religiosas.

Seção 2.2

Mercantilismo

Diálogo aberto

Seja bem-vindo! No contexto de nossos estudos sobre Idade Moderna, esta seção tratará de um tema muito importante: o mercantilismo. Você sabe que o tema da economia é fundamental para o entendimento de todas as sociedades, pois ele investiga as formas pelas quais os grupos humanos produzem e distribuem as suas riquezas materiais.

Os temas históricos referentes às dimensões econômicas são sempre polêmicos e acabam por resultar em grandes discussões e debates. Por exemplo, um debate que atravessou os séculos XIX e XX, chegando até nossos dias, diz respeito ao nível adequado de intervenção do Estado na economia, envolvendo posições políticas diversas, tais como os liberais, socialistas e sociais-democratas. Pois é: o mercantilismo tinha como uma de suas características centrais um alto nível de intervenção estatal na economia. Nosso tema nesta seção, portanto, tem relação com o presente.

Nesse contexto, você está lecionando História para o ensino médio e trabalhará com os alunos o tema “mercantilismo”. Para tanto, elabora uma atividade inicial que pretende fazer com que os alunos compreendam alguns dos princípios relacionados a essa política econômica e reflitam sobre seus próprios valores, no presente. Essa atividade consiste em propor aos alunos que imaginem a seguinte situação ficcional: a Terra foi invadida por alienígenas que se interessam pela história dos seres humanos na Época Moderna. Os alunos deverão explicar aos supostos ETs o porquê de o homem europeu daquele período se interessar tanto por ouro (e outros metais preciosos) e pelas terras e riquezas de outros povos. Depois de deixá-los falar livremente, caberá a você sugerir uma maneira de tratar da questão.

Bons estudos!

Não pode faltar

O conceito e os objetivos do mercantilismo

O mercantilismo foi a política econômica do Estado absolutista e teve como fundamentos o forte **intervencionismo estatal**, o **dirigismo econômico** e o **protecionismo alfandegário**. Seus objetivos centrais eram o **fortalecimento econômico da burguesia comercial e do poder de Estado**.

Origens do conceito

O termo “mercantilismo” **foi criado pelos fisiocratas do século XVII**, denominando-o como “sistema mercantil” ou do “comércio”. Essa adjetivação das práticas econômicas mercantilistas visava organizar, no plano teórico, um conjunto variado de ações econômicas do Estado e da burguesia comercial em várias nações da Europa ocidental entre os séculos XVI e XVIII. Também visava produzir críticas a essa forma de orientação das economias nacionais europeias. Nas palavras de Deyon:

O mercantilismo foi definido e batizado por seus adversários. Como se espantar de que eles não o tenham definido corretamente? Para melhor desacreditá-lo, simularam reter apenas seu aspecto comercial, e conseguiram atribuir ao adjetivo mercantil um matiz pejorativo e odioso. Denunciando no mercantilismo o triunfo dos interesses egoístas dos mercadores, ignoraram que era também um sistema manufatureiro, agrícola, e toda uma concepção do poder estatal. Sua escolha parece tanto mais discutível, quanto os mercadores quase sempre desconfiaram da intervenção do Estado no negócio, e muitos mercantilistas denunciaram seu egoísmo ou sua limitação de espírito. (DEYON, 2001, p. 13)

Nesse trecho, Deyon argumenta que a economia europeia entre os séculos XVI e XVIII continha elementos muito mais complexos, tais como a articulação entre o comércio, o sistema fabril manufatureiro e a agricultura. Argumenta também que os mercadores nem sempre apoiaram a intervenção do Estado em suas atividades.

Interpretações do mercantilismo

Há **divergências** nas várias perspectivas dos autores que analisaram o mercantilismo. Na perspectiva de **Karl Marx**, o mercantilismo teria sido uma primeira fase do capitalismo e o fator fundamental da acumulação primitiva de capitais, preparando o advento do capitalismo industrial. Alguns autores identificam o mercantilismo como um sistema econômico característico dos Estados nacionais modernos, ressaltando-se a sua função para o **fortalecimento dos reis absolutistas**. Outros pensadores, como **Max Weber**, afirmam que o mercantilismo teria sido a primeira manifestação do espírito capitalista, moldado por uma nova ética religiosa que valorizava a riqueza como um atributo oferecido por Deus a todos os seus escolhidos.

Porém, a despeito das várias interpretações sobre seus significados, produzidas a partir de matrizes teóricas divergentes, é relativamente consensual entre os historiadores que o mercantilismo foi a política econômica dos Estados nacionais modernos entre os séculos XVI e XVIII.

Origens do mercantilismo

As origens do mercantilismo remontam ao **renascimento comercial** ocorrido na Europa ocidental cristã a partir do século XI. O processo de crescimento comercial alterou a configuração rural da Europa, originando uma classe social emergente, a **burguesia comercial**. A partir das unificações de vários territórios europeus em torno do poder dos reis e da **expansão marítimo-comercial**, reis e comerciantes se tornaram os eixos principais do processo histórico expansionista da Europa.

Assim, **os mercados que eram regionais tornaram-se mundiais**, abarcando a costa da África, regiões do oriente e a América. O aumento do fluxo de mercadorias vindas da Ásia e de metais preciosos vindos da América impulsionou o crescimento do comércio europeu, configurando o que denominamos Revolução Comercial. Os Estados nacionais modernos se apropriaram desse processo em simbiose com os interesses mercantis e praticaram o que costumeiramente chamamos de política econômica mercantilista.

Objetivos do mercantilismo

O absolutismo e o mercantilismo formavam as bases do Antigo Regime. Constituiu-se como um sistema de intervenção do Estado que visava promover a prosperidade nacional e o poder do Estado, além do enriquecimento da burguesia. Essa era a dupla face dessa política econômica.

Fundamentos do mercantilismo europeu

○ **Estado tentava controlar e incentivar as atividades produtivas** com o objetivo de aumentar a produção de mercadorias, regulamentar os diversos tipos de artigos produzidos e estabelecer **tarifas alfandegárias** (impostos de importação) para proteger a produção nacional contra a concorrência de mercadorias estrangeiras.

Exerce vigilância sobre a cobrança da taxa de 50 soldos por tonelada, sobre os navios estrangeiros que frequentam os portos franceses. Já em 1664, concede subvenções à construção marítima e as réplicas francesas dos Atos de Navegação britânicos lhe permitem elevar, no fim da vida, as marinhas de guerra e de comércio a um nível até então inigualado. Não há um único setor da produção manufatureira, um único negócio remoto que escape à sua intervenção. Arsenais, fundições de canhões, manufaturas de renda, de malharia, de meias de lã e de seda, tecidos de luxo ou tecidos finos, Companhia das Índias Orientais, Companhia das Índias Ocidentais, Companhia do Norte, Companhia do Levante gozam alternadamente de sua exigente proteção. Solicita ou exige os concursos, organiza, subvenciona, vigia e se inquieta. Mais de 150 regulamentos de fábrica procuram fazer da produção francesa uma produção de qualidade sem igual na Europa. Especificam a proporção das tintas, a largura dos tecidos, o número de fios na malha, os utensílios e os trabalhos de todos os corpos de ofício. Sob o controle dos intendentés, um novo corpo de inspetores das manufaturas é encarregado de controlar as fabricações e de constatar as contravenções. (DEYON, 2001, p. 32)





Exemplificando

O autor desse trecho busca demonstrar as ações de Colbert, ministro da França no século XVII, sobre amplos setores da economia francesa: construção de navios, manufaturas de tecidos, companhias de comércio, entre outras.

Mas o mesmo autor lembra-nos que “a distância entre as ambições e os resultados é grande”. Muitos empreendimentos comerciais e manufatureiros faliram antes da morte de Colbert e não existem estatísticas que comprovem sua total eficácia. No entanto, é inequívoca a constatação de que houve grandes conquistas em setores: marinha e tecelagem.

A busca do controle estatal sobre a sociedade e a economia regulava uma sociedade rigidamente estratificada e a condição social de um indivíduo deveria ser visível a todos. Nas palavras de Philippe Ariès:



O indivíduo não era como era, e sim como parecia, ou melhor, como conseguia parecer. Tudo visava a esse objetivo: a despesa excessiva, a prodigalidade (pelo menos nos bons momentos, criteriosamente escolhidos), a insolência, a ostentação. A defesa da honra chegava ao duelo ou à participação ativa e perigosa num duelo — ou a uma troca pública de palavras e golpes que desencadeavam um ciclo de vingança, estando excluído o recurso às instituições do Estado, como a justiça. Ora, pelo menos a partir de Luís XIII, o Estado passou a assumir, tanto quanto possível, o controle do parecer. Por exemplo, proibiu os duelos sob pena de morte (Richelieu) e mediante leis suntuárias procurou proibir o luxo da vestimenta e a usurpação, graças à roupa, de um lugar não garantido pelo direito. Revisou os quadros da nobreza para eliminar os usurpadores. Interferiu cada vez mais nas relações interiores, no que consideramos o próprio âmago do privado, na vida familiar... (ARIÈS, 2009, p. 12)



Assimile

- O **mercantilismo** foi a política econômica do Estado absolutista e teve como fundamentos o forte **intervencionismo estatal**, o **dirigismo econômico** e o **protecionismo alfandegário**.
- O conceito de mercantilismo foi criado *a posteriori* pelos seus críticos no século XVIII.

- Existem divergências teóricas sobre as interpretações dos significados do mercantilismo. **Marx** o interpreta como uma primeira fase do capitalismo e o fator fundamental da acumulação primitiva de capitais. **Weber** interpreta que o mercantilismo teria sido a primeira manifestação do espírito capitalista, moldado por uma nova ética religiosa.
- Absolutismo e mercantilismo formavam as bases do chamado **Antigo Regime**.

Princípios básicos do mercantilismo europeu

1. **Metalismo**: esse princípio tinha como fundamento a ideia que um país era tanto mais poderoso e forte economicamente quanto maior fosse sua capacidade de acumular metais preciosos, em especial ouro e prata. Esse princípio foi extremamente importante nos países da península ibérica, Espanha e Portugal, mas também foi importante para nortear a ação do Estado na França e Inglaterra.



Exemplificando

Ouro e prata, por muitas razões, são os metais mais adequados para acumular riqueza; são duráveis, podem ser transformados de qualquer modo sem prejuízo, e de grande valor em proporção ao volume. Sendo o dinheiro do mundo, representam a forma de troca mais imediata para todas as coisas, e a que mais rápida e seguramente se aceita em pagamento de todos os serviços. (HARRIS, Joseph apud HUBERMAN, 1986, p. 119)

O autor defende a ideia de que o acúmulo de ouro e prata é o fundamento central da riqueza de um indivíduo e, por consequência, de uma nação.

2. **Balança comercial favorável**: com o aumento das transações comerciais em nível internacional, agora com mercadorias que vinham da Ásia, África e América, os países europeus buscaram estabelecer políticas econômicas que buscassem ser superavitárias do ponto de vista comercial, ou seja: buscaram fazer com que o número de riquezas exportadas fosse sempre maior do que o número de riquezas importadas (balança comercial favorável). Para isso, muitos países impuseram altas taxas alfandegárias sobre produtos

que vinham de outros países (importação). O pensamento predominante era o de que a acumulação de metais preciosos seria resultado das exportações de mercadorias nacionais. Esse princípio foi fundamental para países como Inglaterra e França. Para incentivar a expansão comercial, os países criaram grandes companhias de comércio, tais como **Companhia das Índias ocidentais e Companhia das Índias orientais**.



Exemplificando



Ao se restringir, por altas taxas alfandegárias ou por proibições absolutas, a importação de bens estrangeiros que podem ser produzidos no próprio país, garante-se mais ou menos o monopólio do mercado interno para a indústria nacional que produz tais mercadorias. Assim, a proibição de importar gado vivo ou gêneros alimentícios salgados de países estrangeiros assegura aos criadores de gado da Grã-Bretanha o monopólio do mercado interno para a carne de açougue. As altas taxas alfandegárias impostas à importação de trigo, que em épocas de abundância moderada equivalem a uma proibição, garantem uma vantagem similar aos cultivadores desse produto. Da mesma forma, a proibição de importar lãs estrangeiras favorece os fabricantes de lã. (SMITH, Adam. A riqueza das nações. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). **Os clássicos da Economia**. São Paulo: Ática, 2002, p. 48. v. 1)

Adam Smith (1723-1790) era um crítico das práticas mercantilistas e na sua principal obra, *A Riqueza das Nações*, constrói as bases do liberalismo econômico. Nesse trecho do livro, ele descreve características básicas do mercantilismo.

3. **Exploração econômica de colônias:** a partir do século XV, teve início a expansão marítimo-comercial europeia rumo à conquista de novas terras na África, Ásia e América. A consequência desse processo foi a colonização das novas terras conquistadas pelas potências econômicas europeias, em especial Portugal, Espanha, Inglaterra e França. **As áreas colonizadas passaram a servir de fonte de exploração econômica** para esses países e tais regiões colonizadas passaram a servir de fonte de riquezas para os europeus, complementando as políticas mercantilistas. A exploração

desses novos territórios conquistados foi engendrada com o uso de uma **estratégia comercial exclusivista: o pacto colonial ou monopólio comercial**. Tal estratégia baseava-se em um acordo com os colonos europeus que se instalaram nas colônias: os colonos compravam e vendiam apenas para os comerciantes da metrópole (nação europeia) que colonizou aquela área. Em troca, os colonos recebiam proteção militar de suas metrópoles para engendrar a exploração econômica em suas áreas de atuação.

Modalidades do mercantilismo

Os três tipos mais importantes de mercantilismo foram:

Bulionismo (metalismo)

O bulionismo se desenvolveu na Espanha, em função do gigantesco **fluxo de metais preciosos** que foram explorados na América no século XVI. Em função disso, a Espanha se transformou na maior potência econômica e militar do ocidente nesse século. No entanto, essa prática criou duas consequências negativas para esse país: com o excesso de riqueza em ouro e prata, a Espanha **não se interessou em desenvolver atividades agrárias e industriais**, ocasionando queda na produção econômica em seu território; além disso, o excesso de metais preciosos circulando na economia proporcionou um grande aumento da **inflação**, conhecida como **Revolução dos Preços**. Ao longo do século XVI, tendo de importar mercadorias de outros países, o ouro e prata vindos da América acabaram indo para outros países.

Comercialismo

Tendo surgido na Inglaterra no século XVII, o comercialismo fixou-se na ideia de **expansão do comércio exterior**, com o objetivo de produzir uma balança comercial favorável, que seria a forma de garantir a maior entrada de metais preciosos naquela nação. Esse expansionismo comercial foi favorecido pela constituição de uma **poderosa frota naval e mercante** que distribuía produtos ingleses no mercado mundial. Além disso, processos históricos internos na Inglaterra permitiram o **fortalecimento das manufaturas**, possibilitando ao país o acúmulo de metais preciosos.

Industrialismo

O industrialismo foi a principal característica da política econômica de Luis XIV na França, no século XVII, por meio da ação do ministro Jean-Baptiste Colbert, que desejou fazer da França a nação mais poderosa da Europa. Para tal, desenvolveu uma política econômica voltada para garantir a **balança comercial favorável** por meio do incentivo às exportações e proibições de importações. Colbert buscou acelerar o desenvolvimento das manufaturas francesas, além de conceder monopólios comerciais a grupos de comerciantes e fomentar o crescimento da marinha mercante.



Exemplificando



O recurso comum, portanto, para aumentar nossa riqueza e tesouro é pelo comércio externo, no qual devemos observar esta regra: vender mais aos estrangeiros, anualmente, do que consumimos de seus artigos... porque a parte de nosso stock que não nos for devolvida em mercadorias deverá necessariamente ser paga em dinheiro... Qualquer medida que tomemos para obter a entrada de dinheiro neste reino, este só permanecerá conosco se ganharmos na balança comercial... (MUN, Thomas. In: Freitas, Gustavo de (Org.) **900 textos e documentos de história**. Lisboa: Plátano, 1976, p. 223. v. II)

O texto de Thomas Mun é uma clara defesa de práticas que levassem as nações a buscarem ter balança comercial favorável.



Refleta



Em 1929, com a súbita quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em outubro daquele ano, deu-se a mais calamitosa crise econômica e social do século XX. É certo que ocorreram outras no passado, mas nenhuma delas atingiu as proporções dessa que devastou quase o mundo inteiro. Os Estados Unidos chegaram a contar 14 milhões de desempregados enquanto a Alemanha somou mais de 6 milhões. Na mentalidade liberal 'ortodoxa' então vigente, as crises eram entendidas como coisa temporária, simples 'ajustes de mercado', sem maiores consequências do que algumas falências e concordatas.

A Grande Depressão, como passou a ser chamada, estendeu-se, porém, por muitos anos e foi a principal responsável pela eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Foi em tal cenário desesperador que emergiu a teoria keynesiana. Nascido em Londres em 1883, John Maynard Keynes era um eminente economista inglês que elaborou uma sofisticada fórmula para salvar o capitalismo da depressão em que se encontrava.

Keynes interpretava a crise como resultado da recusa dos capitalistas em investir. A palavra-chave era, pois, o investimento. E por que eles negavam-se a isso? Porque não viam nenhuma perspectiva de retorno lucrativo no que aplicassem. O investimento dependia sempre das expectativas futuras.

Nestas circunstâncias dramáticas, caracterizadas pela falta de demanda efetiva (ninguém encomendava nada, ninguém comprava coisa nenhuma), Keynes pregou a necessidade de o estado tomar para si as rédeas da arrancada. Caberia a ele, ao estado, já que o mercado por si só não o fazia, assumir a função da demanda. Ao encomendar grandes obras públicas, ao estimular determinados projetos de impacto (autoestradas, pontes, ginásios, represas etc...) o estado fazia com que o setor privado voltasse a ter vida. Ao empregar gente nas obras públicas rompia-se com o bolsão do desemprego.

Adaptado de: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/crise_economia6.htm>. Acesso em: 14 maio 2017.

O debate sobre os aspectos positivos e negativos da intervenção do estado na economia esteve presente nas discussões dos economistas sobre o mercantilismo e retornou no século XX com a crise de 1929. A crise do capitalismo mundial, a partir da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, ocorreu em um ambiente de fortalecimento das teorias socialistas, principalmente em função do sucesso da Revolução Russa de 1917, processo histórico no qual o Estado passou a ser o agente fundamental do crescimento econômico. Atualmente, esse debate se mantém. Recentemente, governos nacionalistas/desenvolvimentistas do Brasil buscaram potencializar o crescimento econômico por meio da ação do Estado, em especial por meio do financiamento de empresas nacionais pelo BNDES. Como você se posiciona perante esse debate?



FALCON, Francisco. **Mercantilismo e transição**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é História, v. 2.)

Nessa obra, o autor busca problematizar o conceito de mercantilismo e discutir as principais características dessa política econômica no contexto de várias correntes teóricas da historiografia.

Sem medo de errar

Sugestão de encaminhamento da situação problema:

1. Dividir a sala em grupos;
2. Distribuir os temas a seguir para os grupos formados:
 - O que são metais preciosos?
 - O que é comércio?
 - O que é Estado?
 - O que é mercado?
 - O que é intervenção do Estado na economia?
 - O que é Antigo Regime?
 - O que é balança comercial favorável?
 - O que é colonização?
 - O que é mercantilismo?
3. Todos os grupos deverão pesquisar textos e imagens significativas que serão impressas e coladas em cartolinas para posterior exposição.
4. No dia da Mostra Cultural da escola, nove alunos deverão se vestir de ETs e receberão aulas sobre todos os temas abordados nos cartazes.

5. Os pais e professores serão convidados a assistir às apresentações.

6. Os nove ETs alternarão suas assistências ao longo da exposição e todos receberão conhecimentos sobre o mercantilismo.

A apresentação deverá ser pautada pela busca de uma explicação didática. Os alunos deverão iniciar demonstrando que o comércio, em sociedades com economias complexas, precisa de algo que facilite a troca de mercadorias. Para tal, busque simular algumas trocas naturais com os ETs, a fim de que eles compreendam que, conforme a quantidade de trocas vai aumentando, as trocas naturais vão se tornando mais difíceis de serem feitas.

Nesse ponto, demonstre como algum objeto aleatório pode auxiliar nessas trocas de mercadorias e como essa estratégia dá origem ao comércio.

Explique que o objeto que pode servir como facilitador do comércio deve ser algo que tenha validade para os dois lados, ou seja, deve ter o mesmo valor simbólico.

Além disso, argumente que um objeto que seja raro e que não sofra deterioração física com o passar do tempo pode ser o melhor facilitador para as trocas comerciais. Assim, demonstre que ouro e prata possuem essas características.

Nesse ponto, será interessante explicar as dimensões da economia, da sociedade, da política e da cultura nas sociedades ocidentais.

Os alunos deverão explicar aos ETs o que significa o conceito de propriedade e como uma instituição com poder de coerção (Estado) serve para garantir aos indivíduos as suas propriedades.

Os alunos deverão explicar que a livre troca de mercadorias entre indivíduos, grupos sociais ou nações constituem o que pode ser chamado de mercado.

A partir daí, será necessário explicar como estavam estruturadas as nações na Europa ocidental entre os séculos XVI e XVIII para poder entender a busca da balança comercial favorável e a exploração dos países europeus sobre as suas colônias.

Faça valer a pena

1. “A construção a *posteriori* do sistema e sua condenação irrevogáveis passaram assim a quase todos os autores que, na primeira metade do século XIX, se preocuparam com os problemas econômicos. As ideias e práticas associadas ao sistema mercantil tornaram-se sinônimas de estatismo, monopolismo, privilégios abusivos, maquinações diabólicas, etc. Condenadas em nome da razão, seus adeptos e praticantes foram alvo de críticas científicas e repúdio moral. No entanto, na Alemanha, principalmente, mas também em outros países que, menos desenvolvidos, possuíam condições socioeconômicas bem diversas daquelas da Grã-Bretanha e da França, surgiram manifestações reticentes em relação ao liberalismo econômico e ao seu corolário – o livre-cambismo. Na Alemanha, nos escritos de Fichte e sobretudo nos de F. List, privilegia-se a economia nacional e, em consequência, avalia-se o protecionismo econômico sob uma luz mais favorável. Algumas décadas mais tarde, ainda na Alemanha, vários integrantes da chamada “escola histórica”, com Schmoller em primeiro lugar, analisam o mercantilismo como tendo sido uma política econômica racional perfeitamente ajustada às necessidades de construção e fortalecimento dos Estados modernos, promovendo a unificação interna e assegurando o seu poder no confronto internacional.” (FALCON, 191, p. 14-15)

A leitura do texto permite afirmar que o autor debate sobre o seguinte tema:

- a) Países como Alemanha, entre outros, adotaram a liberdade comercial em função das especificidades de suas economias.
- b) As economias nacionais do período moderno tiveram como pilares a liberdade comercial, em especial a dos burgueses que apoiavam os reis.
- c) O racionalismo econômico de Fichte e F. List apontaram para a adequação da adoção de políticas econômicas nacionalistas como forma de garantir o confronto internacional.
- d) O mercantilismo, como sistema econômico organizado por alguns princípios, foi uma construção de seus críticos que passaram a combatê-lo.
- e) A ciência condenou as práticas mercantilistas em nome dos interesses dos reis absolutistas.

2. “Não existe definição comum do mercantilismo e de seus caracteres fundamentais. Uns falam do nacionalismo autárquico, outros, do intervencionismo do Estado, outros ainda atribuem uma importância primordial ao bulionismo, isto é, à crença de que a acumulação dos metais preciosos é a única forma de riqueza. Segundo os autores, tais economistas da época clássica, Child ou Cantillon, por exemplo, são classificados ora entre os mercantilistas, ora entre os precursores do liberalismo”. (DEYON, 2001, p. 14)

A partir do texto, podemos afirmar:

- a) O autor é enfático ao destacar que não existe uma síntese possível sobre o mercantilismo.
- b) Existe um grande debate histórico e historiográfico sobre o tema do mercantilismo que está aberto às novas pesquisas.
- c) A principal característica do mercantilismo é o metalismo e todas as demais são derivadas dessa lógica econômica monetarista.
- d) Os autores que usam o arcabouço teórico marxista são unânimes em afirmar que os teóricos do mercantilismo são precursores do liberalismo.
- e) Existe unanimidade histórica e historiográfica sobre a importância de Colbert para o crescimento econômico francês.

3. “O terceiro elemento essencial do sistema mercantilista inglês no século XVII é constituído pelos Atos de Navegação. Como a agricultura e as manufaturas, a marinha nacional goza de um regime altamente protecionista. Neste setor também o Estado mercantilista tenta sozinho assegurar sua subsistência e seus serviços. A marinha e o comércio holandês, concorrentes temidos, é que são visados pelos Atos de Navegação. As decisões de 1651 e 1660 codificam e sistematizam uma política marítima, já esboçada por medidas parciais tomadas nos reinados de Elizabeth e dos dois primeiros Stuarts. Segundo o texto de 1651, as mercadorias europeias não podiam ser transportadas para a Inglaterra, a não ser em navios ingleses ou em navios do país de origem; do mesmo modo os produtos da Ásia, da América ou da África não podiam ser importados senão pela marinha britânica ou colonial”. (DEYON, 2001, p. 40)

O conteúdo do texto aponta para uma prática econômica fundamental para a Inglaterra no século XVII. Assinale a alternativa que a indica:

- a) Metalismo.
- b) Colonialismo.
- c) Protecionismo econômico.
- d) Liberalismo econômico.
- e) Política econômica keynesiana.

Seção 2.3

Sociedade Estamental

Diálogo aberto

Olá, prezado estudante! Esperamos que você tenha chegado bem até este ponto de seu curso, assim como na disciplina de História moderna.

Nesta seção, investigaremos um tema instigante: a sociedade no Antigo Regime, entre os séculos XVI e XVIII, na Europa ocidental. Partiremos da definição do que é uma sociedade estamental, discutiremos a sociedade estamental do Antigo Regime e veremos quais são os grupos sociais que a compõem. Além disso, estudaremos as formas de comportamentos individuais e sociais típicos de todos os que faziam parte das cortes dos reis absolutistas. Mais: veremos também as características desses comportamentos.

Uma sociedade estamental, como veremos, é o tipo de sociedade em que há pouca ou nenhuma mobilidade social e a posição social dos indivíduos é definida pelo seu nascimento.

Assim, um exercício muito instigante será o de produzir uma reflexão com seus alunos sobre as formas de existência e de comportamento dos indivíduos nesses tipos de sociedades. Para isso, faremos um exercício prático.

Um de seus alunos do ensino médio recebe em sua casa uma amiga que acabou de chegar da Índia para fazer intercâmbio cultural no Brasil. A Índia, apesar de ter passado por grandes transformações recentemente e de ter proibido legalmente a distinção social em função das castas, é um país com uma tradição fortemente enraizada na divisão da sociedade em castas por boa parte de sua população, em especial no interior do país.

Ela é convidada para uma entrevista e um debate com os alunos da sala. Qual seria sua estratégia para conduzir a entrevista e o debate? Considere, além da questão de uma sociedade dividida em castas, a questão do gênero. Quais são as comparações que poderiam ser feitas

em relação à sociedade feudal ocidental, ou seja, o período posterior à desintegração do Reino Franco nas regiões onde predominou o cristianismo?

Considere para tal trabalho também a discussão da legitimação religiosa para as divisões sociais, existente tanto para alguns cristãos quanto para setores do hinduísmo. Não se preocupe com a língua: ela é fluente em português.

Não pode faltar

Sociedade estamental

Da mesma forma que inúmeras sociedades ao longo da História eram, e são, estratificadas, a sociedade da Europa ocidental também. Assim, faz-se necessária, em primeiro lugar, uma definição mais precisa do que seja uma sociedade estratificada.



Estratificação social é a diferenciação das funções ao mesmo tempo hierarquizada e avaliada segundo critérios específicos de cada sociedade. Em toda a sociedade, seja ela escravista, de casta, de estados, de ordens ou de classes, verificam-se repartições desiguais de recursos. (BOUDON, 1990, p. 87)

Nota-se que a definição de Raymond Boudon aponta para a **historicidade na aplicação do conceito**, ou seja, a estratificação social deve ser analisada a partir dos critérios específicos de cada sociedade. Em comum a todas as estratificações sociais está o fato de que nelas existem “repartições desiguais de recursos”, o que deve ser entendido como **repartição desigual de bens materiais e de poder político**.

Ao longo da história da humanidade, podemos identificar várias formas de estratificação social. Em **sociedades escravistas**, por exemplo, a definição da relação social se dá em função de seres humanos serem escravos de outros seres humanos ou do Estado. A condição de escravos pode ser vitalícia ou não, dependendo da sociedade que está sendo analisada e os mecanismos para alcançar a liberdade também são variados.

Outro exemplo é a **sociedade de classes**, que pode ser definida como aquela na qual há uma clara divisão entre os grupos proprietários e os que não são proprietários dos meios de produção. Essa definição de classe social é classicamente aplicada à sociedade urbana e industrial surgida a partir da Revolução Industrial no século XVIII. Ao longo do desenvolvimento do capitalismo ocidental, entre os séculos XIX e XX, surgiram outras definições de classes sociais em função do aumento da complexidade da economia e dos grupos que se formaram em torno dessas economias. O crescimento das chamadas classes médias urbanas fez com que o conceito de classe social pudesse ser repensado a partir do rendimento monetário recebido por grupos de indivíduos. Teoricamente, uma sociedade de classes permite que os indivíduos alterem sua condição social, a partir de sua atividade profissional ou de outros mecanismos, pois não há limitação legal para tal. Considera-se possível, numa sociedade de classes, haver **mobilidade social**, ou seja, indivíduos de classes sociais com menor poder aquisitivo podem se mover para grupos sociais com maior poder aquisitivo, o que é definido como ascensão social.

A **sociedade estamental** possui características próprias. No caso da Europa ocidental, ela se originou na formação do feudalismo, após o fim do Império Romano do Ocidente, no século V, quando se consolidou um intenso processo de ruralização da população que habitava nos limites do Império Romano. Essa ruralização deu origem a sistemas de organização do trabalho no campo, nos quais os trabalhadores rurais passaram a pagar impostos aos proprietários rurais. Tais impostos eram, em sua maioria, pagos por meio do trabalho nos campos de cultivo ou de mercadorias produzidas no espaço rural, inclusive animais domésticos. Como forma de contrapartida, esses proprietários rurais tinham o dever de oferecer proteção militar a toda a população de suas terras. Seriam os atributos de coragem, bravura e honra que conferiam aos nobres o reconhecimento social por serem indivíduos virtuosos na luta pela defesa da população que habitava suas terras. Esse processo histórico deu origem à formação de dois grupos sociais: os proprietários rurais (nobres) e os camponeses (servos).

A partir do século V, formou-se na Europa ocidental o Reino Franco, um dos vários reinos bárbaros que surgiram em função das invasões bárbaras no Império Romano do Ocidente. Durante a

Tal estratificação social manteve-se relativamente inalterada até o século XI, quando novos grupos sociais se expandiram na Europa ocidental, em especial o grupo de mercadores (burguesia comercial). Note-se que, após a centralização do poder em Portugal, Espanha, França e Inglaterra, muitos burgueses (mercadores) passaram a adotar a prática de comprar títulos de nobreza com o objetivo de serem reconhecidos como indivíduos virtuosos perante a sociedade e perante os reis. Nota-se também que, apesar de alguns elementos comuns, a centralização do poder e a formação da burguesia comercial ocorreram de formas diferentes nas várias nações.

Entre os séculos XVI e XVIII, em termos de hierarquia social, a Europa, de forma geral, manteve grande parte da estratificação social herdada do período medieval. Embora se mantivesse aristocrática, a Europa contava com uma próspera burguesia comercial, industrial e financeira. A despeito de continuar sendo fundamentalmente rural, viu crescer suas cidades e suas atividades urbanas nesse mesmo período.

Assim, no **caso francês**, por exemplo, nação com poder centralizado em torno dos reis desde o século XIV, a sociedade estava dividida em três Estados:

- **Primeiro Estado**: formado pelo **clero**, esse estamento social era composto pelos membros da hierarquia da Igreja Católica. O **alto clero** era constituído por membros oriundos de famílias de nobres e possuía privilégios variados: eram bispos abades e cônegos, possuindo grande influência na sociedade. O **baixo clero** era composto por monges que cuidavam diretamente da vida da população, com menos privilégios e um padrão material de vida muito inferior ao do alto clero.
- **Segundo Estado**: formado pelos **nobres**, esse estamento social era composto por três grupos distintos. A **nobreza palaciana**, formada pelos nobres que faziam parte da corte, tinha grandes privilégios. Não pagava impostos e vivia com os recursos do Estado. A **nobreza provinciana** (ou provincial) habitava as áreas rurais no interior do país, era formada por proprietários de grandes áreas no campo e

vivia dos privilégios feudais. A **nobreza de toga** era formada por burgueses que ganharam ou compraram títulos nobiliárquicos, dedicando-se aos negócios administrativos ou judiciários.

- Tanto o Primeiro como o Segundo Estado eram isentos de pagamento da maioria dos impostos e monopolizavam algumas funções públicas, tais como postos na marinha e no exército.

- **Terceiro Estado:** formado pelo restante da população, por camponeses, burgueses e camadas populares das cidades, esse estamento social era o que produzia as riquezas materiais da França e pagava os impostos que sustentavam o poder dos reis.

A Sociedade de Corte e o Processo Civilizador

Uma das principais referências na análise da *Sociedade da Corte* no período que vai do século XVI ao século XVIII foi Norbert Elias. Em sua principal obra, *O Processo Civilizador*, buscou elaborar uma rica interpretação sobre a história dos costumes no Antigo Regime e as influências sobre o que denominamos civilização. Outras abordagens da sociedade da corte foram construídas, mas, pelo caráter clássico da obra de Elias, ele nos guiará nesse estudo.

Estamos, em nosso presente, acostumados com a ideia de que existem **formas adequadas e inadequadas de comportamento**, seja no espaço público ou no espaço privado. Estamos acostumados à ideia de que existem **formas civilizadas de comportamento** e que formas diferenciadas podem ser chamadas de bárbaras. Comportamentos “civilizados”, assim, parecem ter **validade universal** e serem próprios de alguns seres e/ou grupos humanos, restando aos outros grupos não civilizados a tarefa de evoluir em seus modos e comportamentos sociais.

A história das maneiras do comportamento individual tem estreita relação com as **regras do comportamento social** e abrange inúmeras questões, tais como a ética, a moral, os valores individuais e os aspectos externos das relações sociais cotidianas.

Um exemplo importante, entre outros, abordado por Norbert Elias, diz respeito ao sentimento de vergonha.

O sentimento de vergonha que cerca as relações sexuais humanas tem aumentado e mudado muito no processo de civilização. Isto se manifesta com especial clareza na dificuldade experimentada por adultos, nos estágios mais recentes de civilização, em falar com crianças sobre essas relações. Hoje, porém, esta dificuldade parece quase natural. Afigura-se que, por razões quase biológicas, a criança nada sabe sobre as relações entre os sexos e que é tarefa extremamente delicada e difícil esclarecer a meninas e meninos em crescimento o que está acontecendo com eles e o que acontece em volta. A extensão em que esta situação, muito longe de ser evidente por si mesma, constitui mais um resultado do processo civilizatório, só é entendida se observarmos o comportamento das pessoas em um estágio diferente de desenvolvimento. (ELIAS, 1994, p. 169-170)

Norbert Elias busca demonstrar como o **sentimento de vergonha é uma construção histórica ocorrida em função de relações sociais específicas que foram moldadas em determinado período**. Nesse caso, no que diz respeito às relações sexuais na sociedade aristocrática da corte, o autor aponta que:

Na sociedade aristocrática de corte, a vida sexual era por certo muito mais escondida do que na sociedade medieval. O que o observador de uma sociedade industrializada-burguesa amiúde interpreta como “frivolidade” da sociedade de corte nada mais é do que essa orientação rumo à privacidade. Não obstante, medidos pelo padrão de controle dos impulsos na própria sociedade burguesa, o ocultamento e a segregação da sexualidade na vida social, tanto quanto na consciência, foram relativamente sem importância nessa fase. Aqui, também, o julgamento de fases posteriores é com frequência induzido em erro porque os padrões, da pessoa que julga e da aristocracia de corte, são considerados como absolutos e não como opostos inseparáveis, e também porque o padrão próprio é utilizado como medida de todos os demais. (ELIAS, 1994, p. 178)

A busca do autor é pela **desconstrução da ideia de comportamentos naturais**, que, na verdade, são **naturalizados**

pelas culturas por meio da construção de padrões cujos agentes históricos acreditam ser naturais. Assim, **o processo civilizador não é neutro** e não possui uma direção inequívoca rumo a um progresso inexorável e previsível.

Tal **“processo civilizatório”** foi atuante na **Idade Moderna, entre os séculos XVI e XVIII, em especial nas cortes dos reis absolutistas europeus.** Esse processo já existia muito antes da centralização do poder que deu origem aos Estados nacionais modernos, mas foi durante esse período que ele se acelerou e passou a ter significados específicos.

As chamadas **“boas maneiras”**, normas de comportamentos sociais desejáveis nos dias de hoje e vistas como fundamentos da vida civilizada, são uma **construção da modernidade.** Colocar a comida sobre pratos individualizados, comer com talheres, assoar o nariz com lenços, não cuspir ou soltar gases em público, entre tantos outros costumes, fizeram parte da tarefa da nobreza europeia de **buscar, por um lado, o refinamento dos costumes na busca da aceitação pelos reis** e, por outro lado, **distinguir-se da grande massa da população.**

Tais comportamentos passaram a se justificar pelo desejo de polidez com o outro, mas também pela higienização dos hábitos particulares em relação ao social. Nesse processo:



À medida em que as maneiras se refinam, tornam-se distintivas de superioridade: não é por acaso que o exemplo parece sempre vir de cima e, logo, é retomado pelas classes médias da sociedade, desejosas de ascender socialmente. Essa imitação é um dos grandes vínculos da difusão das boas maneiras: é exibindo os gestos prestigiados que os burgueses conseguem estatuto nobre. (RIBEIRO, 1983, p. 19)

Nesse processo civilizatório, no qual um dos objetivos é a distinção social, a **moda** ocupa posição de destaque. O **luxo** constituiu-se como um fator de separação entre os grupos sociais. Mas a etiqueta de comportamentos também se transformou em **festa** e a vida na corte se tornou **espetáculo**, onde os **bailes de máscaras** tiveram destaque. A competição entre os indivíduos pela atenção do rei fazia parte do espetáculo.

A vida do rei também fazia parte do espetáculo da corte:

seu despertar de manhã, suas refeições, seu deitar são rituais acompanhados pela nobreza e pelo clero. Nas palavras de Renato Janine Ribeiro:

A corte toda assiste às refeições do rei: ele come só, ou com a família real, muito raramente convida alguém à sua mesa. Luís quer beber: o nobre que o serve proclama: “Bebida para o rei”. Faz uma reverência, vai ao bufê tomar de um cortesão a bandeja de ouro com o copo e as garrafas-d’água e vinho, retorna entre dois domésticos. Depois de nova reverência, os servidores provam as bebidas em taças de vidro (velho hábito, para ver se não há veneno); o fidalgo inclina-se, apresenta o copo e as garrafas. O próprio serve-se da bebida (Luís XIV nunca tomava puro o vinho). E o fidalgo, depois de curvar-se pela quarta vez, devolve a bandeja ao doméstico que a repõe no bufê. Este cerimonial leva uns dez minutos; comer e beber, de funções banais do dia a dia, se elevam a gestos espetaculares, que seduzem e se exibem. (RIBEIRO, 1983, p. 75)

O espetáculo do cotidiano do rei faz com que não haja distinção clara entre a vida pública e a vida privada. O rei, sendo o próprio Estado (O Estado sou eu), oferece sua vida cotidiana como espetáculo, mas não sem intenções. Etiquetas à mesa, o falar, o vestir-se de acordo com sua posição social e o comportar-se de forma comedida foram construções que buscaram a manutenção de uma determinada civilização. Renato Janine Ribeiro encontra nas memórias de Luis XIV essas intenções.

Luis XIV implantou conscientemente a etiqueta como instrumento de dominação. Em suas memórias diz: “Enganam-se muito os que imaginam que se trate apenas de questões de cerimônia. Os povos sobre os quais reinamos, não podendo penetrar o fundo das coisas, costumam regular seu juízo pela aparência que vêm, e o mais das vezes medem seu respeito e obediência segundo as precedências e as posições”. (RIBEIRO, 1983, p. 94)

As aparências, em oposição ao real, tema fundamental da filosofia e da ciência, garantiam o domínio do rei e de todos os que o cercavam sobre a massa de camponeses, a burguesia e as populações de trabalhadores urbanos.



Assimile

Estratificação social é a diferenciação das funções ao mesmo tempo hierarquizada e avaliada segundo critérios específicos de cada sociedade.

Sociedade estamental é uma sociedade em que a posição social dos indivíduos depende de sua origem, ou seja, de seu nascimento.

A sociedade no Antigo Regime (séculos XVI ao XVIII) estava dividida entre **Primeiro** (clero), **Segundo** (nobres) e **Terceiro** (burguesia, camponeses e populações urbanas) Estados.

As formas individuais de **comportamento**, aceitas como desejáveis tanto para o próprio indivíduo como para os grupos sociais dos quais participa, são **construções históricas**.

A **etiqueta foi uma das formas de garantir o domínio do rei** e dos grupos que o apoiavam sobre o restante da população.



Refleta



Mobilidade social: a expressão designa a circulação dos indivíduos entre as categorias ou classes sociais. Há dois tipos de mobilidade. A mobilidade intrageneracional é a passagem dos indivíduos de uma categoria para outra durante a mesma geração: compara-se neste caso a classe à qual pertence o indivíduo em fim de carreira, por exemplo, à classe à qual ele pertencia no início de carreira. A mobilidade intergeracional é a circulação de um indivíduo do grupo social a que pertence a sua família (pai e/ou mãe) para um outro grupo: comparamos a classe social à qual pertence o indivíduo à classe a que pertence a sua família. (BOUDON, 1990, p. 140-141)

Uma das características da sociedade capitalista, formada por classes sociais, é a possibilidade de um indivíduo, por seu esforço e mérito, transitar de uma classe social para outra, acima da qual ele nasceu. Você acredita nessa possibilidade, considerando a grande quantidade de indivíduos que nascem em situação de extrema pobreza em muitos países capitalistas? Você concorda que a "meritocracia" é um valor universal que pode ser aplicado em quaisquer circunstâncias históricas?



Figura 2.3 | O rei francês Luís XIV, de Hyacinthe Rigaud



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/Louis_XIV_de_France#/media/File:Louis_XIV_of_France.jpg>. Acesso em: 4 jun. 2017.

Em uma sociedade de aparências: a construção da imagem do rei era um de seus fundamentos. Luis XIV buscou na exposição da indumentária um instrumento de poder. A imagem transmite a ideia de onipotência, magnífico e orgulhoso.



ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Nessa obra, o autor analisa a sociedade da corte na Europa Ocidental, no Antigo Regime, a partir de uma perspectiva sociológica.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997. Essa obra busca explicar a sociedade francesa existente antes da Revolução de 1879, a partir de pesquisas empíricas. Trata-se de leitura importante por se tratar de um autor do século XIX.

Sem medo de errar

Entre os objetivos da atividade, devemos destacar:

- A busca pelo estranhamento, ou seja, a busca pela criação de situações nas quais os alunos convivam com uma pessoa de cultura muito diferente da sua.
- Entender como funciona, na tradição indiana, o sistema de castas e qual é a sua relação com a legalidade, visto que tal sistema foi declarado ilegal em 1950, e quais são as aderências e conflitos entre as políticas do Estado e a tradição.
- Como o tradicional sistema de castas manifesta-se nas relações cotidianas entre as pessoas nos ambientes escolar e de lazer dos jovens indianos.
- Buscar entender qual é o sentimento perceptível das pessoas sobre esse sistema cultural de divisão dos grupos sociais em função da origem familiar.
- Perceber a opinião das pessoas sobre outros tipos de sociedade, em especial aquelas que não condicionam a posição social dos indivíduos em função de sua origem familiar.
- Investigar se as transformações recentes pelas quais a Índia passou, desde 1947, são perceptíveis em todas as regiões da Índia ou apenas em determinadas áreas.
- Instigar os estudantes a pensar sobre as questões de gênero e como elas são vivenciadas em uma sociedade que orienta sua organização em função de castas.

Para organizar esse debate com a estudante indiana, é preciso que os estudantes se preparem para tal. Assim, como sugestão, segue um roteiro de atividades para o encaminhamento dos trabalhos.

1. Divida a sala em grupos para que os estudantes façam uma pesquisa sobre a Índia antes de receber a estudante para o debate entre os jovens estudantes.
2. Cada grupo deverá buscar pesquisar aspectos sociais,

econômicos, políticos e culturais da Índia, com o objetivo de formar um painel de informações sobre esse país.

3. Os alunos deverão ter especial atenção ao tema da diversidade, pois a Índia possui amplo território com grande diversidade geográfica, econômica e cultural.

4. Os alunos deverão buscar, de forma destacada, informações sobre as religiões indianas no presente, bem como sua transformação desde a Segunda Guerra Mundial.

5. A pesquisa dos alunos deverá ser exposta em algum espaço da escola para visitação de toda a comunidade escolar.

Além do painel, e baseados nos objetivos acima expostos, cada grupo de alunos deverá elaborar três questões para debater com a estudante indiana.

Para organizar o debate com a estudante indiana, deverá visitar o painel de informa es criado pelos estudantes da escola com a finalidade de entender qual   a percep o dos alunos sobre a  ndia.

O debate deverá ser conduzido pelo professor de forma a permitir que os objetivos sejam alcançados. O professor deverá interferir minimamente, deixando os jovens discutirem, mas sempre chamando a aten o para os objetivos da atividade.

Faça valer a pena

1. "O que se entende por Corte do antigo regime  , em primeiro lugar, a casa de habita o dos reis de França, de suas famílias, de todas as pessoas que, de perto ou de longe, dela fazem parte. As despesas da Corte, da imensa casa dos reis, são consignadas no registro das despesas do reino da França sob a rubrica significativa de Casas Reais". (ELIAS, 1987)

A partir do texto, indique a alternativa que melhor analisa o significado da "casa de habita o dos reis de França".

a) A localiza o da corte no palácio real (no caso da França, no palácio de Versalhes) reforça a ideia de poder dos reis, visto que seus membros dela participavam em fun o da vontade real.

- b) A corte real possuía um significado simbólico de poder, cujas origens são as cortes dos grandes reis das civilizações da Antiguidade Clássica.
- c) O projeto arquitetônico dos palácios reais era pensado em função de uma busca pela privacidade dos ambientes, o que está de acordo com as práticas de etiqueta do Antigo Regime.
- d) A dimensão do palácio dos reis da França, Versalhes, era diametralmente oposta ao poder dos nobres em relação ao poder dos reis e da burguesia.
- e) Em contraste com os outros palácios reais da Europa, o Palácio de Versalhes era financiado pelos impostos pagos pelo povo francês.

2. “Portanto, dentro do mecanismo da corte, a busca de *status* por parte de um indivíduo mantinha os outros em alerta. E depois que um determinado sistema de privilégios estava estabilizado em seu equilíbrio, nenhum dos privilegiados podia abandoná-lo sem tocar nesses privilégios, que constituíam a base de toda a sua existência pessoal e social”. (ELIAS, 2001, p. 105)

O texto aponta para uma prática comum nas cortes europeias do Antigo Regime. Assinale a alternativa que aponta para essa prática:

- a) A existência de uma rígida separação entre vida pública e privada.
- b) A existência pessoal e social determinava os hábitos da corte.
- c) A dificuldade de observar uma separação rígida entre vida pública e vida privada.
- d) O rei alterava os privilégios da nobreza com muita frequência para garantir que eles pudessem lutar entre si.
- e) O ideal de igualdade entre os nobres era uma estratégia para garantir obediência ao rei.

3. “Os privilegiados, envolvidos nas redes do cerimonial, mantinham-se mutuamente nessa situação, embora a suportassem a contragosto. A pressão dos que pertenciam a um nível inferior, ou dos relativamente menos privilegiados, obrigava os que usufruíam de mais direitos a conservar seus privilégios. E, pelo lado oposto, a pressão de cima forçava quem estava sujeito a ela a empenhar-se para escapar; em outras palavras, impelia-os também para a esfera da concorrência por *status*. Quem tinha o privilégio de participar da primeira *entrée*, ou de entregar a camisa ao rei, olhava com desprezo uma pessoa que só tinha direito à terceira *entrée* e não queria lhe ceder o lugar. O príncipe não queria ceder seu lugar ao duque, que não queria ceder o seu ao marquês, e todos eles juntos, constituindo

a *noblesse*, não queriam e nem podiam ceder seu lugar àqueles que não eram nobres e tinham de pagar impostos. Uma atitude alimentava a outra; assim, graças ao fenômeno da pressão e contrapressão, a engrenagem social se equilibrava, estabilizando-se em uma espécie de equilíbrio instável". (ELIAS, 2001, p. 105)

O texto aborda um dos aspectos das cortes europeias entre os séculos XVI e XVIII. Assinale a alternativa que aponta para essa prática:

- a) A nobreza disputava posições de status perante o rei usando meios violentos com grande frequência.
- b) O desequilíbrio político na corte era frequente, pois isso fazia parte da estratégia do rei para garantir apoio do clero.
- c) O clero ocupava posição de pouco destaque na corte, apesar de a religião ter sido um dos critérios para a concessão dos status.
- d) O ambiente da corte era marcado por disputas cotidianas e pela extrema competição entre seus membros.
- e) O rei nunca se importou com os rituais da corte, pois via neles perda de tempo que poderia ser usado em reuniões com ministros.

Referências

- ARIÈS, P.; CHARTIER, R. **História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. v. 3.
- BOUDON, Raymond et al. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- DEYON, Pierre. **O mercantilismo**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1.
- FALCON, Francisco. **Mercantilismo e transição**. São Paulo: Brasiliense, 1981. Coleção (Tudo é História. v. 2.)
- FREITAS, Gustavo de (Org.). **900 textos e documentos de História**. Lisboa: Plátano, 1976. v. 2 e 3.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/Hobbes_Leviathan_1909.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2017.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Tradução de Waltensir Dutra. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O estado monárquico: França 1460-1610**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MACHIAVELLI, Nicollo. **O Príncipe e Escritos Políticos**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.
- RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no Antigo Regime**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.) **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 1995. p. 51-77.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

A Europa em transformação na História Moderna

Convite ao estudo

Prezado estudante, parabéns por chegar até aqui! Essa é uma evidência da força de seu propósito de viabilizar seu projeto profissional.

Já passamos por temas importantes nas seções anteriores: vimos que a Europa se transformou desde a Baixa Idade Média, o comércio passou a ser cada vez mais importante como fonte de acumulação de riquezas da burguesia e do Estado, houve a centralização do poder político nas mãos dos reis, novas igrejas cristãs foram criadas e os europeus se aventuraram nas Grandes Navegações.

As transformações ocorridas na Baixa Idade Média marcaram o fim do feudalismo e o nascimento de uma sociedade baseada nas atividades comerciais, na conflituosa diversidade e em valores culturais burgueses, tais como o individualismo e a busca do lucro.

Nesta unidade, vamos iniciar os estudos dessas grandes transformações pelas quais a Europa passou a partir do século XVII no mundo das ideias e das formas de governo.

Na Seção 3.1, estudaremos as Revoluções inglesas do século XVII, eventos que marcaram o final do Absolutismo na Inglaterra.

Na Seção 3.2, estudaremos a Revolução científica, uma transformação radical na forma do pensamento que criou as bases das ciências contemporâneas.

Na Seção 3.3, estudaremos o Iluminismo, uma filosofia política que questionou o Absolutismo e que foi fundamental para a criação das instituições políticas atuais.

Bons estudos!

Seção 3.1

Revoluções inglesas

Diálogo aberto

Olá, prezado aluno! Nesta seção, estudaremos as Revoluções inglesas do século XVII. Trata-se de um processo histórico importante para entender a criação das bases políticas do mundo contemporâneo, pois foi o primeiro momento em que uma nação europeia enfrentou e venceu o Absolutismo. Após os eventos na Inglaterra no século XVII, outros movimentos revolucionários ocorreram com tendências políticas semelhantes, tais como a independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa.

Mas, para além do entendimento do processo histórico em si mesmo, é preciso pensar em sua aplicação prática na vida profissional. Como professor, será preciso trabalhar esse tema em sala de aula, no ensino médio.

Em sala de aula, você percebe que o conceito de revolução não está claro para seus alunos e decide elaborar uma estratégia para refletir sobre isso com seus alunos. Afinal, o que é revolução?

Para explorar o tema, decide comparar dois eventos recentes: o primeiro diz respeito às manifestações ocorridas no Brasil em 2013 e que foram reportadas em vários veículos de comunicação, tendo sido retratadas em uma série de vídeos e documentários disponíveis na internet.

Outro evento recente diz respeito à chamada Primavera Árabe, movimento de protestos contra governos autoritários nos países árabes, relatado no seguinte documentário da TV Cultura: <<https://www.youtube.com/watch?v=K0m-2Jhmbnl>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

A partir desses dois eventos, qual será a estratégia para que você encaminhe a discussão sobre o conceito de revolução? Como fará para encaminhar a discussão sobre temas como “mudanças políticas”, “revoluções políticas”, “revoltas”, “revoltas sociais”, “mudanças nos regimes de governo”, entre tantas outras possibilidades de enquadrar vários processos históricos que determinaram algum nível de

mudança nas formas de exercer o poder de Estado e nas formas de relacionamento entre Estado e sociedade?

Na Inglaterra do século XVII, ocorreu uma transformação significativa na forma de governo e o regime de governo mudou, com o poder de Estado deixando de ser exercido por um rei e passando a ser exercido pelo parlamento. Nos eventos recentes, já mencionados e trabalhados em sala de aula, ocorreram revoluções ou mudanças políticas superficiais? Todos os recursos podem ser usados. Bons estudos!

Não pode faltar

O conceito de revolução

Nesta seção, a primeira reflexão importante a ser feita é sobre o conceito de revolução política.



A Revolução é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica. (PASQUINO apud BOBBIO, 1998, p. 1.121, grifos nossos)

Tal definição está restrita às **revoluções políticas**, ou seja, às revoluções que têm por objetivo transformações que alcancem o **poder de Estado** e que produzam alterações significativas na sociedade ou sejam delas consequências.

Claro que podemos nos referir a outras formas de revolução, tais como culturais, artísticas ou nas mentalidades. Por exemplo, podemos afirmar que, no período do Renascimento Cultural, houve uma revolução na mentalidade europeia a respeito de como interpretar o homem e sua relação com o conhecimento.

Porém, para nossos objetivos nesta seção, entenderemos como plausível e legítima, portanto válida, a mensagem central de Gianfranco Pasquino: trata-se de uma **mudança drástica** que tem causas e consequências fincadas na sociedade, na economia, no ordenamento jurídico e no poder de Estado. Nessa definição, sempre

que ocorre uma revolução, um grupo social é derrubado do poder e outro grupo social assume o poder de Estado. Note-se que o conceito de revolução não é entendido de forma idêntica pelos historiadores e existe uma grande discussão sobre o tema, mas neste livro vamos assumir o conceito de Pasquino.

Antecedentes

A Inglaterra, no início do século XVII, vivia um momento de prosperidade econômica. Diferentemente do que sucedia na maioria dos reinos da Europa continental, uma parcela dos proprietários rurais dedicava-se a atividades comerciais. Esses proprietários ficaram conhecidos como *gentry*, que obtinham benefícios dos arrendamentos de suas terras e do processo de *cercamentos*, no qual milhares de camponeses foram expulsos de suas terras, que passaram a servir para criação de ovelhas. Além da *gentry*, a Inglaterra continha uma rica classe de comerciantes que se beneficiavam da concessão de monopólios reais, por meio de medidas protecionistas da coroa.

Do ponto de vista religioso, a Inglaterra vivia as consequências da Reforma Religiosa com o estabelecimento do anglicanismo e o crescimento do calvinismo (que na Inglaterra recebeu o nome de puritanismo), o que a tornou uma nação predominantemente protestante. Os conflitos do século XVII tiveram uma forte dimensão religiosa. Nas palavras do historiador inglês Edward P. Thompson (1924-1993):

A Revolução inglesa foi disputada em termos religiosos não porque seus participantes estavam confusos com relação aos seus interesses reais, mas porque a religião importava. As guerras giraram, em boa medida em torno da autoridade religiosa. Um direito de propriedade do homem sobre sua própria consciência e lealdades religiosas tornara-se tão real quanto [...] direitos de propriedade econômica. (THOMPSON, 2001, p. 119)

Além disso, havia na Inglaterra uma produção ideológica de uma economia política capitalista “altamente estruturada” e sistematizada que foi assim concebida pelas restrições da política mercantilista às ações dos “mais avançados agricultores bem como alguns dos fabricantes” (THOMPSON, 2001, p. 127).

Esse contexto histórico resultou em duas grandes rupturas com a monarquia absolutista inglesa, em 1649 e 1688, como veremos.

A Inglaterra no século XVII

No início do **século XVII**, a Inglaterra era governada por Elizabeth I, falecida em 1603. Sua morte marcou o fim da dinastia Tudor. A burguesia era próspera em função do comércio de lã e manufaturas, além das intensas atividades de pirataria com o apoio do governo inglês.

O **poder da monarquia inglesa** derivava, desde o século XVI, principalmente, do **apoio da Igreja Anglicana** (da qual o rei era o chefe supremo), da **nobreza católica** (que detinha direitos típicos do feudalismo) e dos **grandes comerciantes**.

A parcela mais influente e com maior capacidade econômica dos **comerciantes** tinha relações estreitas com a corte dos reis, pois desfrutavam dos **privilégios reais nas concessões de monopólios comerciais**. Dessa forma, eles apoiavam de forma incondicional a monarquia e as práticas mercantilistas.

Parte da nobreza inglesa ainda detinha privilégios feudais sobre a exploração das terras, beneficiando-se da exploração sobre o trabalho dos camponeses e sobre as práticas dos cercamentos.

Cercamentos (*enclosures*): Nos séculos XVI e XVII, ocorreram processos de expulsão dos camponeses das áreas rurais que ocupavam, ocupação essa oriunda das antigas relações feudais. Esse processo teve o apoio do governo inglês. Tais áreas foram transformadas em pastos para a criação de ovelhas com o objetivo de fornecer lã para a crescente manufatura inglesa.

O Absolutismo na Inglaterra teve uma especificidade: a existência de um **parlamento** que se manteve em funcionamento desde o século XIII, quando o rei *João Sem Terra* foi obrigado a aceitar um conjunto de restrições ao seu poder por imposição de um Conselho de Nobres descontentes com seu reinado.

Esse conjunto de restrições ao poder real ficou conhecido como **Carta Magna (1215)** e, apesar de alterações feitas ao longo dos reinados, continuou vigorando no Direito Consuetudinário. Um artigo fundamental da Carta Magna **impedia o rei de criar ou aumentar os impostos sem autorização do Conselho de Nobres** (que deu origem ao Parlamento). Isso explica a continuidade da existência do Parlamento na Inglaterra, mesmo no auge do Absolutismo.

A dinastia Tudor garantiu o controle do parlamento por meio do apoio dos grupos sociais citados. Esse período – dinastia Tudor, entre 1451 e 1603 – marcou o auge do Absolutismo na Inglaterra.

Mudanças sociais e econômicas na Inglaterra do século XVII

Ao longo dos séculos XVI e principalmente no século XVII, a Inglaterra vivenciou importantes transformações em sua estrutura social e econômica. Por exemplo, houve um crescimento significativo da classe de comerciantes, inclusive em termos numéricos. As práticas mercantilistas, que garantiam privilégios a grupos de mercadores, já não conseguiam contemplar todos os setores desse grupo social que crescia em importância econômica, política e social.

Assim, **os comerciantes que não eram contemplados** pelos privilégios reais nos grandes negócios gerados pelas atividades comerciais começaram a ficar insatisfeitos com as práticas dos absolutistas.

Esses comerciantes, gradativamente, passaram a investir seus capitais na produção de mercadorias. Mas isso ocorreu de uma forma muito específica, pois a produção de mercadorias também era monopolizada pelas **Corporações de Ofício**.

Corporações de Ofício eram organizações de artesãos surgidas na Baixa Idade Média (séculos XI ao XIV), no contexto de crescimento urbano daquele período. Tratava-se de organizações que monopolizavam a produção de mercadorias e zelavam pela qualidade e pelo delas.

Assim, os comerciantes que não eram contemplados pelos benefícios dos monopólios reais buscaram uma solução para contornar o problema: passaram a investir na produção doméstica de mercadorias, indo para o interior do território. Tal estratégia foi facilitada pelo fato de que a produção artesanal nas corporações de ofício, urbanas, não conseguia produzir em escala suficiente para atender um mercado comercial em plena expansão.

No **sistema doméstico de produção**, o comerciante entregava a matéria-prima e as ferramentas na casa do trabalhador, na área rural. Após um determinado período, retornava e retirava os produtos já manufaturados e pagava o trabalhador pela produção entregue. Esse sistema de produção vigorou na Inglaterra do século XVII até o início da Revolução Industrial, em 1760.

Tal sistema de produção foi possível porque no interior do território não havia as mesmas restrições das corporações de ofício urbanas. Essa forma de produção de mercadorias permitiu uma expansão significativa da produção de mercadorias e grande fortalecimento econômico dessa fração dos comerciantes ingleses. Note-se que, para essa parcela dos comerciantes, não interessava a manutenção do sistema de monopólios, típico do mercantilismo. Esse grupo social foi fundamental na derrubada do absolutismo inglês ao longo do século XVII, como veremos.

Classes sociais e religião

As várias Igrejas cristãs inglesas existentes no século XVII foram também fatores determinantes nos rumos da política e decisivas na derrocada do Absolutismo. Entre essas religiões, devemos destacar:

Anglicanos: os membros da hierarquia da Igreja anglicana apoiavam o Absolutismo; ela era formada pela elite da nobreza e setores próximos ao trono. A maioria da burguesia beneficiária do sistema de monopólios comerciais aderiu ao anglicanismo.

Católicos: grande parte dos católicos era formada pela nobreza que possuía privilégios feudais e não estava disposta a perdê-los. Mesmo fazendo críticas aos reis anglicanos, tendiam a defender a monarquia absolutista para não perder seus privilégios.

Calvinistas: os calvinistas estavam divididos entre **puritanos** e **presbiterianos**. Os calvinistas, opositores do regime absolutista, tinham a maioria dos representantes na Câmara dos Comuns e eram, em sua maior parte, representantes dos comerciantes. Os presbiterianos, com forte presença na Escócia, tinham uma posição moderada, desejando uma monarquia constitucional. Já os puritanos, movidos pelo desprezo e ódio ao anglicanismo, lutavam pela instauração da república.

A crise do Absolutismo

O século XVII foi bastante tumultuado na Inglaterra, do ponto de vista político. A morte de Elizabeth I, em 1603, fez ascender ao poder **Jaime I**, primo de Elizabeth I e rei da Escócia. Jaime I se tornou o rei da Inglaterra, Escócia e Irlanda, formando o Reino Unido da Grã-Bretanha.

Seu governo foi marcado pelo autoritarismo, perseguindo católicos e calvinistas, visando fortalecer o anglicanismo, criando novos impostos e aumentando os que já existiam. O parlamento reagiu, lembrando a Carta de 1215. **Jaime I dissolveu o Parlamento em 1614**. O conflito político entre o parlamento e o rei estava declarado.

Jaime I era um homem de grande erudição, mas com rigorosa ausência de habilidade política em relação aos grupos sociais que sustentavam a monarquia, bem como seus opositores. Henrique IV, rei da França, disse a respeito de Jaime I: *“é o imbecil mais sábio de toda a cristandade”*.

Após a morte de Jaime I, em 1625, assumiu o trono o seu filho **Carlos I**, que governou a Inglaterra entre 1625 e 1649. Apesar de um início de reinado pacífico, foi no seu governo que o conflito político com o parlamento se agravou.

Em 1628, ele foi instado a assinar juramento à **Carta de Direitos**, segundo a qual nenhum imposto poderia ser cobrado sem autorização do Parlamento. Além disso, a Carta de Direitos garantia que os indivíduos não fossem presos ou mortos de forma arbitrária. Inicialmente, ele aceitou o juramento, mas traiu sua palavra enviando tropas para **fechar o Parlamento**.

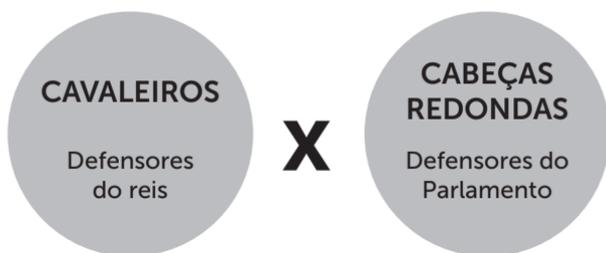
Em sua ação religiosa, em 1637, tentou intervir na Igreja presbiteriana da Escócia, causando grande violência entre os dois grupos, com os escoceses invadindo o norte da Inglaterra. O rei buscou o auxílio da população que exigiu a convocação do Parlamento, que negou seu apoio, sendo novamente fechado. Em 1640, novamente o parlamento foi convocado e, quando Carlos I tentou dissolvê-lo em **1642**, teve início uma **guerra civil entre os defensores do rei e seus opositores**.

Católicos e anglicanos lutaram ao lado do rei, enquanto presbiterianos e puritanos lutaram a favor do Parlamento. Em 1649, as forças militares do Parlamento venceram o exército do rei, que foi executado. A monarquia foi abolida e instaurada a **República**, ou *Commonwealth of England*.



Assimile

Figura 3.1 | Guerra Civil: 1642-1649



Fonte: elaborado pelo autor.

Os defensores do rei, denominados cavaleiros, foram apoiados pelos católicos e anglicanos, enquanto os cabeças redondas, assim denominados por conta do tipo de capacetes que usavam, eram apoiados pelos presbiterianos e puritanos.

República puritana

A República surgida na Inglaterra teve um caráter fundamentalmente burguês e forte conteúdo puritano. **O líder máximo foi Oliver Cromwell**, convertido ao calvinismo puritano e com grande ardor religioso. Ele teve grande destaque militar na derrota das forças leais ao rei, durante a guerra civil.

Atuou com **violência contra seus opositores**, em especial contra os católicos da Irlanda, justificando sua ação em função de sua religiosidade. Rompeu com os presbiterianos durante a guerra civil, e expropriou as terras dos católicos na Irlanda, entregando-as aos protestantes, além de esmagar militarmente revoltas realistas na Escócia.



Exemplificando

Proibi que poupassem aqueles que estivessem armados na praça. Mais ou menos dois mil homens foram passados esta noite a fio de espada. Todos os padres e monges foram mortos indistintamente. [...] Estou persuadido de que é um justo castigo de Deus contra estes bárbaros que molharam sua mão em tanto sangue inocente. Isto evitará, acredito, o derramamento de sangue no futuro. São motivos para tais ações que, de outro modo, só poderiam inspirar remorso e arrependimento (CROMWELL, 1649, [s.p.]

O texto faz parte da carta que Cromwell enviou para o Conselho de Estado em 1649, após debelar uma revolta dos católicos na Irlanda. Nela, além do autoritarismo, são perceptíveis seu fervor religioso e a legitimação divina de suas ações.

Dentre as ações da República Puritana de Cromwell, uma se destaca no campo econômico: a assinatura dos **Atos de Navegação, em 1651**, que determinava a exclusividade para a frota naval inglesa operar em portos ingleses, tanto nas importações como nas exportações. Essa medida consolidou a **supremacia inglesa nos mares**, mas resultou em uma guerra com a Holanda, prejudicada em seus interesses. Em 1654, as forças militares holandesas sucumbiram à hegemonia inglesa.

Em 1653, Cromwell dissolveu o Parlamento com o apoio do Exército e instaurou uma **ditadura** que se estendeu até a sua morte, em 1658. Tornou-se nesse período Lorde Protetor da Inglaterra. Sua morte provocou disputas dentro do exército, causando a restauração da monarquia em 1658.

Restauração da monarquia

O **restabelecimento da monarquia** ocorreu por decisão da maioria anglicana no Parlamento, reunido em 1660. Assumiu o trono **Carlos II**, filho de Carlos I, que reinou até 1685. Seu reinado foi marcado por desavenças com o Parlamento, pois buscou uma política de aproximação com a França. A maioria anglicana do Parlamento reagiu aprovando a exclusão de todos os católicos de cargos públicos (Atos de Exclusão) e o *Habeas Corpus*, em 1679.

As iniciativas do Parlamento fizeram com que Carlos II dissolvesse o Parlamento em 1683. A monarquia inglesa continuava em crise, apesar do grande poder econômico e militar da Inglaterra.



Refleta

O *habeas corpus* é um tipo de processo que só serve para proteger o direito de ir e vir das pessoas sempre que esse direito tenha sido ferido ilegalmente (ou com abuso de poder) ou esteja ameaçado de sê-lo. Ele existe para isso.

O *habeas corpus* é o mais básico dos processos porque ele protege o mais básico dos direitos: a liberdade pessoal. Ninguém pode exercer os outros direitos se seu direito de ir e vir está sendo ameaçado ilegalmente ou com abuso de poder.

Disponível em: <<http://direito.folha.uol.com.br/blog/habeas-corpus-o-que-e-para-que-serve>>. Acesso em: 17 jun. 2017

O *habeas corpus*, criado na Inglaterra em 1679, tem importância fundamental na democracia, pois ele é um instrumento jurídico para proteção da vida dos indivíduos contra prisões ilegais.

Após a morte de Carlos II, em 1685, assumiu o trono o católico Jaime II. Seu governo foi marcado pelas tentativas de restabelecer o catolicismo na Inglaterra. Jaime II tinha interesse na justificação de seu poder absoluto pela religião, algo que o catolicismo poderia lhe oferecer.

Revolução Gloriosa

Em 1688, o Parlamento inglês decidiu oferecer a coroa para Guilherme de Orange, pois, com o nascimento do sucessor de Jaime

II, o “perigo católico” parecia se prolongar. Guilherme de Orange, de origem germânica, era casado com a filha mais velha de Jaime II. O novo rei recebeu a coroa com o compromisso de manter o anglicanismo e a liberdade do Parlamento com todas as prerrogativas descritas na Carta de Direitos. Finalmente, a monarquia absolutista foi substituída por uma monarquia parlamentar quando Guilherme de Orange foi coroado, em 1688 – em acordo com o ideário político liberal que se consolidava nas ideias de John Locke.

Esse evento pacífico ficou conhecido como Revolução Gloriosa e instituiu de forma perene na Inglaterra o direito do Parlamento de aprovar ou rejeitar impostos, garantia da liberdade individual e da propriedade privada. Estabeleceu, também, o princípio da divisão de poderes (legislativo, executivo e judiciário).

A partir de 1714, tem início a dinastia que perdura até os nossos dias, a dos Hannover, com a coroação de Jorge I. Hoje, a dinastia tem outro nome – Windsor – em função do conflito entre Inglaterra e Alemanha na Segunda Guerra Mundial.

A Revolução Gloriosa pode ser considerada uma revolução burguesa em seu sentido marxista clássico, pois a partir dela a burguesia inglesa hegemonizou a política e instaurou suas instituições liberais de forma permanente. O poder político foi deslocado para o Parlamento e os reis, na prática, passaram a ser figuras decorativas no jogo político, apesar de seu grande valor simbólico para os ingleses e britânicos.

John Locke foi o primeiro grande pensador do liberalismo político e participou ativamente da Revolução Gloriosa, em 1688. Sobre a relação entre governos e sociedade, escreveu:

É claro que a monarquia absoluta, considerada por alguns como único governo no mundo, é de fato incompatível com a sociedade civil e que ela não pode mesmo, por consequência, constituir uma forma de poder civil. [...] O grande fim para o qual os homens entram em sociedade é gozar dos seus bens na paz e na segurança. Ora, estabelecer leis nesta sociedade constitui o melhor meio para realizar esse fim. Portanto, em todos os Estados, a primeira e fundamental lei positiva é aquela que estabelece o poder legislativo; do mesmo modo que a primeira e fundamental lei natural que

”

deve reger o próprio poder legislativo é a salvaguarda da sociedade e (enquanto seja compatível com o bem público) a de cada um de seus membros. Este poder legislativo constitui não somente o poder supremo do Estado, mas permanece sagrado e imutável nas mãos daqueles a quem a comunidade uma vez o entregou. E nenhum edito, seja qual for a sua forma, ou o poder que o apoie, tem a força obrigatória de uma lei, se não for aprovado pelo poder legislativo, escolhido e designado pelo povo. Sem isso, a lei não comportaria aquilo que é necessário para constituir uma lei: o consentimento da sociedade. Com efeito, ninguém tem o poder de impor leis à sociedade sem o seu próprio consentimento e sem ter recebido dela a investidura. (LOCKE, 1688 FREITAS, 1976, p. 222-3)

Locke buscou legitimar a ideia de um Estado que se submete à vontade da maioria da sociedade, representada no Parlamento. Note-se que, no século XVII, com a Revolução Gloriosa, instituiu-se na Inglaterra um Estado representativo, contudo sem a anuência da maioria da população, já que o direito ao voto não foi estendido a todos os habitantes da nação. Apesar de combater o absolutismo, ele propunha uma forma de governo em que somente os proprietários poderiam ser cidadãos e exercer influência sobre os rumos do poder de Estado. Assim, o voto censitário para a composição do parlamento foi estabelecido como regra a partir da Revolução.



Assimile

- A **revolução** é a tentativa, por vezes acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes.
- No início do século XVII, o Absolutismo na Inglaterra era apoiado pela **Igreja anglicana, nobreza católica e alta burguesia comercial**.
- No século XVII, a Inglaterra vivenciou **mudanças**, quando parte da burguesia passou a investir seus capitais na produção de mercadorias (sistema de produção doméstica). Essa fração da burguesia não tinha os mesmos privilégios da que detinha os monopólios reais.
- Do ponto de vista religioso, a Inglaterra era constituída por **anglicanos, católicos e calvinistas**.

- No início do século XVII, tem início um **enfrentamento político entre os desejos absolutistas dos reis e o Parlamento**.
- Em 1642, tem início uma **guerra civil** entre os defensores da monarquia e os defensores do Parlamento, vencida pelas tropas militares do Parlamento.
- Entre 1649 e 1658, a Inglaterra foi governada por um **regime republicano**, apoiado pelo Parlamento e pelos calvinistas. Foi a chamada **Revolução Puritana**. O regime evoluiu para uma ditadura pessoal de Oliver Cromwell, calvinista convicto.
- A monarquia foi restaurada em 1658, mas em 1685 o Parlamento impôs o seu poder num evento conhecido como **Revolução Gloriosa**.



Pesquise mais

ARRUDA, José Jobson. **A Revolução Inglesa**. São Paulo: Brasiliense, 1999. Nessa obra, o autor realiza uma análise das Revoluções Inglesas no século XVII de forma concisa e didática.

HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-Cabeça**. São Paulo: Cia das Letras, 1987. Nessa obra, o renomado historiador inglês busca recuperar, para além das lutas entre as frações da burguesia inglesa, a participação e os projetos alternativos das classes populares. Por exemplo, investiga a ação dos *levellers*, grupo político que reivindicava igualdade de direitos políticos e da propriedade privada.

Sem medo de errar

Em primeiro lugar, exponha os documentários sobre as manifestações de 2013 no Brasil e sobre a Primavera Árabe para todos os alunos. Depois, ofereça alguns minutos para que eles possam comentar livremente.

A partir das discussões em sala de aula sobre os vídeos, busque identificar os conceitos de revolução anunciados pelos alunos, visto que eles já possuem um vocabulário histórico apreendido ao longo dos anos do ensino básico e de suas próprias experiências sociais. Lembre-se de que a construção de um conceito, em qualquer área do conhecimento, pressupõe um processo cognitivo pessoal.

Anote na lousa as principais descrições feitas pelos alunos e comente cada uma delas. Saliente que os conceitos em História, assim como em outras ciências, podem ser discutidos e reformulados. Não transmita a ideia de que existem conceitos certos ou errados, mas lembre-se de que existe uma comunidade acadêmica internacional que delimita tais conceitos em função da longa tradição intelectual ocidental. Assim, não é qualquer conceituação de revolução que pode ser considerada. Mas permita que as experiências individuais dos estudantes possam ser explanadas.

A partir daí, construa um quadro na lousa com as palavras seguintes para que os alunos possam continuar pensando no tema:

- Revolução
- Rebelião
- Golpe de Estado
- Guerra civil
- Outras que desejar e que tenham alguma relação com o tema

Identifique palavras-chaves genéricas que podem ser associadas a esses processos históricos, quais sejam:

- Revolução: mudanças profundas no poder político, na sociedade e na cultura.
- Rebelião: movimentos de grupos sociais contra a ordem estabelecida ou contra uma situação específica.
- Golpe de Estado: tomar o poder pela força da violência por um grupo social ou militar.
- Violência: ação agressiva, física ou psicológica, de um indivíduo ou de um grupo social contra o outro.

Novamente, deixe os jovens se manifestarem.

Ao final desse processo, busque retomar as falas iniciais dos alunos, produzindo:

1. Articulação entre as falas dos estudantes e os vídeos assistidos.
2. Comente o quadro construído na lousa com os conceitos de revolução, rebelião, golpe de Estado e violência.

3. À luz de suas posições historiográficas, exponha e justifique sua avaliação sobre os eventos de 2013 no Brasil e sobre a Primavera Árabe. A exposição e a justificativa devem ser baseadas em posições teóricas fundamentadas.

No fechamento desse trabalho, busque descartar noções superficiais sobre o conceito de revolução e valorizar as ideias que podem ser levadas em consideração como possíveis de serem válidas perante as ciências humanas. Destaque que, apesar de aberta ao debate, a interpretação histórica possui métodos e não pode ser reduzida a simples opinião pessoal.

Faça valer a pena

1.

Durante os poucos anos de ampla liberdade de imprensa na Inglaterra, os excêntricos devem ter encontrado maiores facilidades do que em qualquer época anterior ou posterior para conseguir imprimir os seus textos. Antes de 1641, e de novo após 1660, prevaleceu uma censura estrita. Mas, nos anos de liberdade, uma prensa era equipamento relativamente barato e portátil. A imprensa ainda não se desenvolvera a ponto de tornar-se uma indústria capitalista. A falecida Iris Morley enfatizou a harmonia natural que existia entre os escritores *levellers*, os seus impressores e os ambulantes que vendiam seus panfletos, numa época em que imprimir era uma ocupação de homens simples. Impressores como George Calvert se dispunham a correr riscos consideráveis para publicarem obras de teor radical. (HILL, 1987, p. 34)

O texto aponta para um dos fundamentos de organização dos grupos sociais, qual seja:

- a) A capacidade de organização militar.
- b) A capacidade de difundir ideias.
- c) A possibilidade de difundir suas religiões.
- d) A necessidade de produzir ideologias revolucionárias.
- e) A possibilidade de produzir ideias.

2. A Declaração de Direitos (*Bill of Rights*) da Inglaterra de 1689, a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América de 1776 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 da França são documentos que expressam um processo revolucionário abrangente.

Tal processo pode ser caracterizado como:

- a) Declínio da aristocracia feudal, fim do poder monárquico e redemocratização dos Estados.
- b) Ascensão política da burguesia, queda do poder absolutista e fortalecimento do liberalismo.
- c) Igualdade de direitos para todos, fim das monarquias e difusão das ideias iluministas.
- d) Fim dos privilégios da nobreza, organização de repúblicas e difusão do positivismo.
- e) Ampliação dos direitos da burguesia, estabelecimento de democracias e declínio do liberalismo.

3.



A natureza exata entre a burguesia e as revoluções científicas na Inglaterra está aberta. Entretanto, ambas eram claramente algo além de apenas amigas. [...] A casuística de Bacon de primeira e segunda causas [...] dissociou claramente fenômenos manifestos [...] de causas ideológicas ulteriores. E isso combina muito bem com o estado de espírito daqueles intelectuais do século XVIII que, achando-se pouco incomodados pela autoridade teológica, estavam bem satisfeitos em ignorá-la e em prosseguir com a investigação da natureza. (THOMPSON, 2001, p. 123)

A partir do texto de Thompson, podemos afirmar que:

- a) Houve uma clara influência do racionalismo nas Revoluções Inglesas do século XVII.
- b) Nunca houve censura às investigações científicas na Inglaterra durante a vigência do regime absolutista.
- c) A Revolução científica influenciou, de forma ainda não muito bem definida, a mentalidade da burguesia inglesa, no contexto de sua formação histórica.
- d) O autor do texto relata a relação estreita entre o racionalismo de Bacon e a decadência da religião na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII.
- e) Francis Bacon, participante ativo da Revolução Gloriosa, criou as bases racionalistas do puritanismo inglês.

Seção 3.2

Revolução científica

Diálogo aberto

Olá, estudante! Esperamos que esteja aproveitando os estudos de forma a encaminhar seu sucesso profissional e sua formação intelectual.

Você já percebeu que estudar História não é somente estudar o passado e que muitos processos históricos podem produzir grandes reflexões sobre os problemas de nosso presente. O tema desta seção é primoroso sob esse ponto de vista: a Revolução científica do século XVII. Vivemos atualmente em um mundo onde a tecnologia, que nada mais é do que ciência aplicada, está presente em nosso cotidiano em todos os momentos. A educação a distância (EaD), por exemplo, é apenas um exemplo disso, entre centenas de outros. Contudo, diferentemente do que muitos acreditaram no passado, a religiosidade dos indivíduos continua sendo um dos pilares da vida social, no Brasil e no mundo. A ciência não substituiu a religião! Em sala de aula, é preciso tratar desse tema com delicadeza e sabedoria.

Você é professor do ensino fundamental II e intenciona abordar a Revolução científica do século XVII. Para tanto, você encontrou a seguinte notícia na internet: <<http://uolesporte.blogosfera.uol.com.br/2017/02/18/jogador-do-nba-diz-ter-conviccao-que-terra-e-plana-e-causa-furor/>>. Acesso em: 1 mar. 2017. Em seguida, descobriu que há, até mesmo, um grupo grande de pessoas que se consideram “terroplanistas” (inclusive no Brasil), ou seja, são partidárias também da ideia de que a Terra é plana. De qual maneira você trabalharia com seus alunos a relação entre crença e ciência? De qual forma você buscaria deixar claro aos seus alunos a legitimidade das crenças religiosas e, ao mesmo tempo, a legitimidade do método científico? Qual seria a atividade interdisciplinar com o professor de Ciências para que o método científico fosse internalizado pelos seus alunos? Qual seria o produto final que seus alunos deveriam entregar para a exposição na Mostra de Ciências daquele ano em sua escola? De qual forma a Revolução científica do século XVII estaria presente nessa exposição e nesse produto final?

Os antecedentes da Revolução científica

Quando Guilherme de Ockham (1285-1347) defendeu a tese de que o Papa João XXII estava cometendo uma heresia a respeito da questão da pobreza dos indivíduos evangelizados, foi excomungado pela Igreja católica e obrigado a fugir para Munique, onde continuou a produzir sérias críticas à Igreja, em especial contra as posições do Papa. Estava, no século XIII, questionado o princípio do "*Roma locuta, causa finita*" ("Roma fala, a questão está encerrada").

Isso ocorreu no ambiente acadêmico das universidades medievais, majoritariamente ligadas à Igreja católica. Tais universidades, durante a Baixa Idade Média, a despeito de seguirem majoritariamente as orientações do Papa, formaram um ambiente propício para a abertura de novas concepções de mundo e novas investigações sobre a natureza.

Mas foi no período do Renascimento Cultural, entre os séculos XIV e XVI, que novas concepções de mundo e de entendimento da natureza se transformaram de forma radical, em especial com o surgimento do *Humanismo*. Para muitos autores, o (res)surgimento do Humanismo foi uma luta "contra a esclerose da filosofia escolástica, aproveitando-se de um melhor conhecimento da civilização greco-latina" (JAPIASSU; MARCONDES, 1990. p. 84).

O impulso criativo e a inspiração gerada pela leitura dos pensadores clássicos geraram avanços significativos em várias áreas das ciências no período do Renascimento. Assim, devemos destacar algumas áreas do conhecimento que tiveram significativo impulso nesse período.

As ciências médicas ganharam impulso após o surgimento das universidades medievais, em especial com o início dos estudos de anatomia. André Vesálio (1514-1564) foi o principal pesquisador da Renascença nessa área e trabalhou na Escola de Medicina de Pádua.

A química teve avanços importantes em função das experiências dos alquimistas, em especial as de Paracelso (1493-1541), desenvolvendo experiências que auxiliaram no desenvolvimento da metalurgia e mineração.

Entre todas as ciências, a Matemática foi a que se desenvolveu com maior vigor na Renascença. A influência de Euclides, matemático

da Grécia Antiga, ofereceu respostas a muitos problemas enfrentados pelos engenheiros que se dedicaram às grandes construções e pelos geógrafos que se debruçaram sobre os desafios das Grandes Navegações. Vários matemáticos destacaram-se no período, entre eles Filippo Brunelleschi (1377-1446) e Regnier Gemma Frisius (1508-1555).

Antes de Copérnico, a astronomia contabilizava avanços com o alemão Nicolau de Cusa (1401-1464), que já afirmava que a Terra não era o único lugar do universo onde havia vida.

Uma figura central no Renascimento Cultural, com profunda influência sobre os rumos do conhecimento objetivo sobre a natureza, foi Leonardo Da Vinci (1452-1519). Como já estudamos, além de pintor, engenheiro, arquiteto, escultor, Da Vinci estudou as leis da óptica, detalhes da anatomia humana e produziu diversos estudos e esboços que seriam recuperados mais tarde.

A invenção da imprensa

Entre todas as invenções do período renascentista, a criação da imprensa foi a mais importante para a difusão das novas ideias que moviam os pensadores e pesquisadores. Antes da invenção da imprensa, as cópias dos livros eram feitas pelos monges copistas nos mosteiros medievais.

O papel já era conhecido pelos chineses mil anos antes de chegar à Europa por meio dos muçulmanos. A China também já conhecia a técnica de produção de livros impressos desde o século VIII, mas na Europa isso só foi possível com a invenção da prensa de tipos móveis pelo alemão Johann Gutemberg (1398-1468).

A possibilidade de impressão de livros em larga escala possibilitou a circulação do pensamento por todo o continente europeu, potencializando a troca de experiências e conhecimentos entre os pesquisadores.

De Copérnico a Newton

No século XVII, foram lançadas as bases do pensamento científico. Tal processo está associado às transformações pelas quais a Europa passou desde o final da Idade Média, tais como o Renascimento Cultural, as Grandes Navegações, a Reforma Religiosa, a ampliação

dos mercados comerciais, a ascensão da burguesia e a invenção da imprensa.

Foram séculos de transformações que resultaram em maior liberdade de pensamento e sérios questionamentos às explicações religiosas sobre a natureza humana, sobre a Terra e sua relação com o universo. O mundo europeu ocidental, guiado pelos interesses de uma burguesia comercial em expansão, influenciava a criação de uma forma de pensamento racionalista. Tal movimento histórico não ocorreu de forma linear e sem contradições e não foram todos os autores contemporâneos desse processo histórico que corroboraram com a ideia de que o uso de uma razão supostamente neutra poderia legitimar o “progresso” da humanidade.

Vários pensadores foram importantes na produção científica do período, mas é possível destacar alguns cujas formulações geraram maiores impactos no nascimento do que hoje chamamos de ciência: **Rene Descartes (1596-1650), Nicolau Copérnico (1473-1543), Giordano Bruno (1548-1600), Tycho Brahe (1546-1601), Johannes Kepler (1571-1630), Galileu Galilei (1564-1642), Francis Bacon (1561-1626) e Isaac Newton (1642-1727).**

Descartes é um dos fundadores da Filosofia Moderna e sua obra mais importante é *O Discurso do Método*, de 1637. Nele, lançou os fundamentos do racionalismo moderno. Físico e matemático, ele defendeu o postulado de que era necessário partir de verdades indiscutíveis para atingir verdades mais amplas. Tais verdades seriam fruto da aplicação do método dedutivo e do método matemático. O conhecimento verdadeiro sobre a natureza só poderia ser alcançado com o uso da razão e todos os conhecimentos baseados apenas na tradição deveriam ser desprezados.

As verdades indiscutíveis eram chamadas de axiomas e só poderiam ser alcançadas com o uso de um método da dúvida sistemática.



Se da máxima incerteza desponta uma primeira certeza – ‘se duvido, penso’ – esta é ainda, contudo, uma certeza a respeito da própria subjetividade (penso). Nada fica até aí garantido a respeito de qualquer realidade exterior ao pensamento. Todavia, já é um primeiro elo na cadeia de razões – e basta uma primeira certeza plena para que a ‘ordem natural’ faça jorrar luz sobre o que até então

permanecia desconhecido. A dinâmica inerente às séries de termos dispostos racionalmente (como as progressões matemáticas) leva à inevitável explicitação do que está contido no 'se duvido, penso'. Leva a 'penso, logo existo' (Cogito ergo sum). (GRANGER, 1973, p. XVI, grifos do autor)

Descartes também afirmou que o mundo material poderia ser entendido como um mecanismo que deveria ser definido em função da extensão e do movimento.

Copérnico, estudante de Direito canônico e cônego da Catedral de Frauenburg, retomando os estudos de Aristarco de Samos (pensador da Grécia Antiga), estudou os movimentos dos astros em seu precário observatório na Cracóvia e propôs em seu livro *Da revolução de esferas celestes* que a Terra girava em torno do sol. Também propôs que a Terra girava em torno de seu próprio eixo. Sua teoria foi recebida com ceticismo, inclusive por não poder evidenciá-la com observações astronômicas consistentes. Mais tarde, outros autores aperfeiçoaram sua teoria e comprovaram sua tese.

Nota-se que o universo coperniciano é apresentado como finito e o seu limite seriam as estrelas fixas, que constituiriam a "moldura do universo". Sua extensa obra tem por base seus estudos de trigonometria, a catalogação das estrelas e os estudos dos movimentos das diferentes esferas.

Sua obra gerou grande polêmica entre religiosos, filósofos e cientistas. Ela foi proibida de ser lida pela Igreja católica e integrou o *Index* de livros proibidos de serem lidos pelos católicos. Na interpretação da Igreja católica, sendo a Terra e o homem as principais criações divinas, era inconcebível a tese de que a Terra não fosse o centro do universo.

Não foi somente a Igreja católica que condenou a obra de Copérnico. Ela contou também com a desaprovação de Martinho Lutero, fundador da Igreja Luterana na região onde hoje é a Alemanha. afirmou Lutero: "Esse louco

vai virar toda a ciência da astronomia de cabeça pra baixo. Mas, como declara o livro sagrado, foi o sol e não a Terra que Josué mandou parar” (LUTERO apud CHASSOT, 2004, p. 142).

Alguns estudiosos contemporâneos de Copérnico foram importantes para as investigações iniciadas por ele, notadamente Giordano Bruno, Tycho Brahe e Johannes Kepler.

Bruno, nascido em Nola na península itálica, abandonou a Ordem dos Dominicanos aos 27 anos de idade e, mesmo não sendo físico ou matemático, passou a defender a ideia do universo infinito. Foi perseguido pela Igreja católica e pelos calvinistas, acabando por ser processado pelo Tribunal do Santo Ofício e condenado a morrer na fogueira. Seu processo se arrastou por oito anos e ele se negou a produzir uma retratação sobre suas ideias.



Exemplificando



Primeiro, a inconstância dos sentidos demonstra que eles não são princípio de certeza e não a determinam senão por certa comparação e conferência de um objeto sensível com outro e de uma sensação com outra. Daí se infere que a verdade é relativa nos diversos sujeitos.

Segundo, inicia-se a demonstrar a infinidade do universo e se apresenta o primeiro argumento, tirado do fato de não saberem onde termina o mundo aqueles que por obra da fantasia querem lhe fabricar muralhas. (BRUNO, 1983, p. 14)

Nesse trecho da obra de Giordano Bruno, ele explicita o entendimento de que os sentidos não conseguem, por si apenas, entender a natureza. Além disso, defende a ideia de um universo infinito.

Brahe, nascido em terras onde hoje se situa a Suécia, construiu aparelhos para observatórios astronômicos e propôs que o universo era infinito. Faleceu em Praga até sua morte e em seu enterro estava presente um ex-aluno: Johannes Kepler.

Kepler era um estudioso de teologia da Igreja Luterana, mas passou a estudar astronomia e aderiu à teoria de Copérnico. Sobre sua concepção de universo, escreveu:

Eu pensava que a causa motriz dos planetas fosse a alma. [...] O escopo que me proponho é afirmar que a máquina do universo não é semelhante a um ser divino animado, mas semelhante a um relógio [...] e nela todos os movimentos dependem de uma simples força ativa material, assim como todos os movimentos do relógio são devidos ao simples pêndulo. (KEPLER apud CHASSOT, 2004, p. 144)

Galileu, nascido em Piza na península itálica, recebeu educação que valorizava as artes e sempre foi extremamente curioso, em especial em relação ao movimento dos corpos. Conta-se que ele observava as oscilações do candelabro durante as missas, buscando uma relação com os batimentos de seu pulso, acabando por estabelecer as leis do pêndulo.

Ele foi o primeiro a fazer uso do telescópio com o objetivo de investigar o universo e tal instrumento de observação passou a ser usado também nas embarcações marítimas. Descobriu, assim, as crateras da lua e os satélites de Júpiter, reafirmando a teoria heliocêntrica de Copérnico. Sua interpretação dos movimentos da Terra foi condenada pela Igreja católica. Sobre a relação entre a religião e a ciência, escreveu:

Em lugar da revelação através da palavra de Deus, entra a revelação através da obra de Deus, a qual só pode ser corretamente entendida e interpretada se for estudada com os novíssimos métodos objetivos. (GALILEU apud CHASSOT, 2004, p. 148)

Observe-se que esses pensadores, filósofos, astrônomos e matemáticos sempre entenderam a ciência, o conhecimento objetivo como uma forma de investigar a natureza e o universo como obra divina.

Bacon nunca aceitou a teoria heliocêntrica de Copérnico, mas se destacou por ser um dos criadores do método experimental. Para

ele, estudar a natureza teria como necessidade a observação dos fatos, as suas classificações e as determinações de suas causas.

Newton aprofundou as teses de Copérnico, Kepler e Galileu e, inspirando-se nas obras de Descartes, propôs a ideia de um universo em movimento constante, regido por leis físicas invariáveis que os homens poderiam entender por meio da investigação racional.

Newton descobriu um dos mais importantes fundamentos da física moderna, a Lei da Gravidade: matéria atrai matéria na razão direta das massas e na razão inversa do quadrado das distâncias. Newton negava a ideia de que o universo funcionasse com base na intervenção divina e defendeu a ideia de que era possível descobrir, por meio da investigação racional, leis que regiam a natureza e seus movimentos.



Pesquise mais

DESCARTES, René. **Discurso do Método; Meditações; Objetos e Respostas; As Paixões da Alma; Cartas**. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção os Pensadores, v. XV).

Nesse livro existe uma importante contribuição de Gilles-Gaston Granger sobre a obra de Descartes na parte introdutória.

BRUNO, Giordano. *Sobre o Infinito, o universo e os mundos*. In: **Os Pensadores – Bruno, Galileu, Campanella**. v. XII. Tradução de Helda Barraco, Nestor Deola e Aristides Lobo. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Nas introduções dessa obra, autores de alta qualidade acadêmica comentam as obras dos pensadores Bruno, Galileu e Campanella.

Alguns debates sobre a ciência

As tensões entre discursos religiosos e discursos que buscaram analisar o mundo de forma objetiva sempre estiveram presentes na história da civilização ocidental cristã, mas foi no século XIX, quando o discurso científico consolidou-se como um discurso hegemônico na civilização ocidental, que muitos pensadores propuseram o abandono das explicações religiosas, pois tal postura seria uma evidência de maturidade do espírito humano,

que passava a interpretar o mundo de forma objetiva, podendo medir e controlar seu conhecimento por meio da teoria e da experimentação. Esse debate estende-se até hoje no mundo ocidental, sendo tema de reflexão de pensadores de várias áreas do conhecimento, especialmente dos filósofos. Por exemplo, na reflexão de Maria Lúcia Aranha, essa oposição entre ciência e religião, aqui entendida como parte das mitologias criadas pelos seres humanos, deve ser relativizada:

Essa posição opõe radicalmente o mito à razão, ao mesmo tempo em que inferioriza o mito como uma tentativa fracassada de explicação da realidade. [...] A Ciência é necessária, mas não é a única interpretação válida do real, nem é suficiente. Quando assim exaltada, faz nascer o mito da cientificidade: a crença na ciência como única forma de saber possível é geradora de outros mitos também prejudiciais, como **o mito do progresso**, cujo fruto mais amargo é a tecnocracia, assim como os mitos da objetividade e neutralidade científicas.

[...] Precisamos dar ao mito, ainda hoje, um lugar de importância como forma fundamental de todo viver humano. Ele é a **primeira leitura do mundo**, e o advento de outras abordagens do real não expulsa do homem aquilo que constitui a raiz da sua inteligibilidade, isto é, o mito é o ponto de partida para a compreensão do ser. (ARANHA, 1987, p. 27, grifos nossos)

Assim, na avaliação da autora, o fato de a ciência ser necessária não a torna a única forma válida de interpretação do real, pois, além de desprezar uma dimensão fundamental, o mito, busca legitimar a ideia de que a ciência é totalmente objetiva e neutra. Além disso, a pretensão da ciência de ser a única forma de conhecer o mundo leva a um mito extremamente perigoso: o mito do progresso.

Seria a ciência totalmente objetiva e neutra? Essa é uma discussão sem resposta definitiva, mas existem autores que problematizam essa pretensa objetividade e neutralidade da ciência. Destacamos aqui Michel Löwi, que afirma:



Em nossa opinião, este modelo que tem por ideal epistemológico uma ciência livre de ideologias, julgamentos de valor ou pressuposições políticas, isto é, uma ciência axiologicamente neutra corresponde, até certo ponto, à realidade das ciências da natureza de nossa época. Até certo ponto somente porque, se é verdade que as ciências ditas exatas foram “neutralizadas” e que as ideologias têm relativamente pouca influência sobre seu valor cognitivo, não é menos verdade que as condições sociais e as opções partidárias determinam, em ampla medida, tudo o que se encontra antes e depois da pesquisa propriamente dita. Realmente, tanto a seleção do objeto da pesquisa como a aplicação técnica das descobertas científicas depende dos interesses e concepções de classes e de grupos sociais que financiam, controlam e orientam a produção científico-natural, assim como da ideologia ou visão social de mundo dos próprios pesquisadores. (2000, p. 198-199)

Löwi reconhece, até certo ponto, a neutralidade da produção científica, pois as várias ciências construíram seus próprios modelos teóricos e, principalmente, seus próprios métodos de abordagem do real. Mas salienta que a seleção dos objetos de pesquisa e a aplicação técnica de seus resultados possuem uma dimensão social que fazem dessa produção científica instrumento de poder dos grupos humanos, em especial nas conflituosas relações políticas da sociedade capitalista-industrial.



Refleta

Em agosto de 1942, o presidente dos Estados Unidos da América ordenou o início do projeto Manhattan, que deu origem à construção da primeira bomba atômica. O primeiro teste da nova arma ocorreu em julho de 1945, no Novo México. Sobre a história de sua construção houve um grande esforço científico.



Nos três anos anteriores, centenas de milhares de americanos tiveram que ser mobilizados, de engenheiros a trabalhadores da construção civil. Acima de tudo, exigiu-se a colaboração disciplinada

de dezenas de físicos, químicos e matemáticos. Um time de cérebros que contava com dez ganhadores do Prêmio Nobel. (CHIARETTI; DIEGUEZ, 1995, [s.p.]

A partir da leitura do texto, reflita: a ciência é neutra? O que é neutralidade científica?



Assimile

- A criação das universidades medievais foi o primeiro movimento para que novas concepções de mundo (homem e natureza) pudessem surgir.
- O Renascimento Cultural foi o momento histórico de criação de novas abordagens e métodos sobre a natureza e o homem, além das que foram produzidas pela Igreja católica no período medieval.
- No Renascimento Cultural, ocorreram descobertas importantes na química, anatomia e matemática.
- A invenção da imprensa na Europa ocidental, bem como o uso do papel, foi de fundamental importância para que as novas interpretações de mundo pudessem circular pela Europa.
- No século XVII, foram lançadas as bases da chamada ciência moderna, com a contribuição de vários autores, entre eles:
 - o **Descartes** lançou os fundamentos do racionalismo moderno. Físico e matemático, ele defendeu o postulado de que o conhecimento verdadeiro sobre a natureza só poderia ser alcançado com o uso da razão e todos os conhecimentos baseados apenas na tradição deveriam ser desprezados.
 - o **Copérnico** propôs que a Terra girava em torno do sol e que girava também em torno de seu próprio eixo.
 - o **Bruno** defendeu a ideia do universo infinito e pregou a validade da tese de Copérnico, sendo perseguido e executado pela Igreja católica.
 - o **Brahe** construiu aparelhos para observatórios astronômicos e propôs que o universo era infinito.

o **Kepler** foi um astrônomo que aderiu à teoria de Copérnico.

o **Galileu** descobriu as crateras da lua e os satélites de Júpiter, reafirmando a teoria heliocêntrica de Copérnico.

o **Newton** aprofundou as teses de Copérnico, Kepler e Galileu e propôs a ideia de um universo em movimento constante, regido por leis físicas invariáveis que os homens poderiam entender por meio da investigação racional. Ele também descobriu uma das leis mais importantes da física moderna: a Lei da Gravidade.

- As ciências, com seus métodos e formas de comprovação, possuem, até certo ponto, lógicas internas e relativa neutralidade. Mas as condições sociais, históricas e políticas determinam muitas de suas opções.
- Alguns autores contestam a hegemonia do discurso científico em detrimento de outras formas de explicação do mundo. Notadamente, as críticas são dirigidas aos que defendem a ideia de que a ciência é essencialmente positiva e traz apenas progresso para a humanidade.

Sem medo de errar

Pressupostos

Perceber o mundo que está em nosso entorno como objeto e fonte de construção do conhecimento é tarefa importante para todos os níveis de ensino, em especial no ensino fundamental, momento em que crianças e adolescentes constroem os pilares fundamentais não somente do conhecimento em si mesmo, mas das suas várias formas de construção nas várias áreas do conhecimento.

Quando abordamos as várias mitologias e crenças que foram criadas pelos grupos humanos ao longo da história da humanidade, o fazemos, corretamente, como parte do universo cultural desses grupos.

No 7º ano do ensino fundamental, os alunos são apresentados a várias sociedades com seus variados valores culturais, tais como "bárbaros", romanos, árabes, cristãos católicos e cristãos protestantes. A abordagem dos temas é feita por meio de um

discurso científico, transportado dos centros de pesquisa para a sala de aula com o uso de materiais didáticos.

Ao mesmo tempo que abordamos esse delicado tema de forma científica, as várias religiosidades já internalizadas nas crianças e adolescentes se manifestam. Trata-se de provocar nos alunos uma reflexão sobre a contemporaneidade da discussão e das eventuais relações entre ciência e religião.

Atividades

É dentro desse contexto didático e pedagógico que a atividade deverá se desenvolver: entendendo as manifestações religiosas como partes importantes da cultura imaterial das sociedades. É dentro desse contexto que os alunos serão instados a participar.

Os professores de Ciências e Geografia deverão ser convidados a participar do projeto usando seus conhecimentos. Articulado com esses professores, as atividades terão as seguintes fases:

- a) Como primeira atividade prática, peça aos alunos para trazerem livremente o debate à sala de aula, por meio de uma pesquisa livre, feita na casa de cada um deles, sobre a relação entre ciência e religião. Todos os alunos deverão trazer suas contribuições de forma oral em uma aula determinada. Organize um debate em sala de aula sobre o tema. Deixe os alunos falarem, mediando-os.
- b) Após o debate, opere a divisão em grupos de alunos.
- c) Metade dos grupos produzirá miniaturas do sistema solar tal como a astronomia científica o entende. A outra metade vai produzir miniaturas da Terra plana, tal como os terraplanistas a entendem ou tal como as imaginações das crianças possam entender. O professor de Geografia conduzirá esse trabalho.
- d) O professor de Ciências organizará uma noite de observação astronômica, que poderá ser na escola ou em um observatório astronômico. O relatório da noite de observação será compartilhado com todos os professores participantes do projeto.
- e) Em evento organizado pela escola, alunos e professores envolvidos no projeto participarão de um debate escolar,

no qual o professor de História contribuirá com a leitura de um curto texto de Copérnico. O texto será distribuído aos alunos e professores.

f) A partir dos relatórios da noite de observação astronômica, das miniaturas feitas pelos alunos, da leitura e reflexão do texto de Copérnico e das discussões realizadas ao longo do projeto, os alunos construirão frases sobre o tema que serão impressas e coladas em cartolinas.

g) Os materiais produzidos (todos) serão expostos na Mostra Cultural e Científica do ano letivo na unidade escolar.

Ao final, o professor reunirá os estudantes para refletir a respeito do funcionamento da noção de *método e verdade científica* como uma atividade de fechamento. Os demais professores envolvidos também devem participar para evidenciar como o conhecimento baseado no método científico se articula a partir de determinados princípios em todas as áreas do saber.

Faça valer a pena

1. Texto de Leonardo Da Vinci:



Aqueles que se entregam à prática sem ciência são como o navegador que embarca em um navio sem leme nem bússola. Sempre a prática deve fundamentar-se em boa teoria. Antes de fazer de um caso uma regra geral, experimente-o duas ou três vezes e verifique se as experiências produzem os mesmos efeitos. Nenhuma investigação humana pode se considerar verdadeira ciência se não passa por demonstrações matemáticas. (DA VINCI apud PINTO, [s.d.], [s.p.]

O texto aponta para um componente importante do racionalismo que surgiu a partir do século XVII e que marcou a Revolução científica, qual seja:

a) A Bíblia continuou a ser a fonte de inspiração dos pensadores racionalistas, pois seus métodos não poderiam contrariar os dogmas da Igreja.

b) A atitude dos pensadores racionalistas foi marcada pela negação dos dogmas da Igreja católica, pois todos os princípios religiosos foram refutados.

- c) Os novos pensadores sempre tiveram uma visão crítica dos dogmas da Igreja católica, mas nunca tiveram receios de publicar suas teses.
- d) Os pensadores passaram a observar e produzir experimentações para produzir suas teses.
- e) Apesar de terem uma visão inovadora sobre a interpretação do mundo e do universo, os pensadores do período citado sempre basearam seus argumentos na tradição e no princípio da autoridade.

2.

A obra de Galileu Galilei está indissoluvelmente ligada à revolução científica do século XVII, a qual implicou uma ‘mutação’ intelectual radical, cujo produto e expressão mais genuína foi o desenvolvimento da ciência moderna no pensamento ocidental. Neste sentido, destacam-se dois traços entrelaçados que caracterizam esta revolução inauguradora da modernidade científica: a dissolução da ideia greco-medieval do Cosmos e a geometrização do espaço e do movimento. (KOYRÉ, 1982, p. 152-154)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre as características que marcam a Revolução científica no pensamento de Galileu Galilei, assinale a alternativa correta:

- a) A dissolução do Cosmos representa a ruptura com a ideia do Universo como sistema imutável, heterogêneo, hierarquicamente ordenado.
- b) A crença na existência do Cosmos se situa na concepção de um Universo aberto, indefinido e até infinito, unificado e governado pelas mesmas leis universais.
- c) Contrária à concepção tradicional de ciência de orientação aristotélica, a física galilaica distingue e opõe os dois mundos do Céu e da Terra e suas respectivas leis.
- d) A geometrização do espaço e do movimento, na física galilaica, aprimora a concepção matemática do Universo cósmico qualitativamente diferenciado e concreto do universo de Ptolomeu.
- e) A física galilaica identifica o movimento a partir da concepção de uma totalidade cósmica, em cuja ordem cada coisa possui um lugar próprio conforme sua natureza.

3.



Giordano Bruno vê o Universo como um sistema em permanente transformação, no qual, como já afirmava Heráclito de Efeso, todas as coisas são e não são ao mesmo tempo. O mundo não é, como pretendia o aristotelismo – filosofia que simboliza, segundo Bruno, tudo que é morto e seco no universo –, uma estrutura hierarquizada na qual o movimento (atualização de uma potência) seria comandado, em última instância, pelo estático (o ato puro do imóvel primeiro motor). Ao contrário, o Universo seria um todo no qual nada é imóvel, nem mesmo a Terra, como afirma a antiga religião dos egípcios e Copérnico viera confirmar com seu heliocentrismo (PESSANHA, 1983, [s.p.]

O conteúdo do texto de Galileu, no contexto da produção do conhecimento no século XVII, aponta para:

- a) A perfeita sintonia entre religião e ciência, em especial em relação à tradição escolástica.
- b) O conflito entre a astronomia experimental e a tradição escolástica de origem árabe.
- c) O conflito entre a física moderna e os princípios da filosofia de São Tomás de Aquino.
- d) O acordo com as teses da Igreja católica, em especial em seu relativo apoio às investigações dos novos cientistas.
- e) O rompimento definitivo entre ciência e religião em todo o mundo ocidental.

Seção 3.3

Iluminismo

Diálogo aberto

Caro estudante, seja bem vindo a mais uma seção de seus estudos em História.

Nesta seção, vamos conhecer uma filosofia política que foi fundamental para construir algumas mudanças importantes na História do mundo ocidental: o iluminismo. Tal importância não se circunscreve apenas ao século XVIII, pois essa filosofia política tem profunda influência até hoje em todo o planeta.

É rigorosamente impossível pensar nossa atualidade sem lembrar determinados princípios iluministas, tais como os da liberdade individual, os dos direitos individuais e coletivos ou os da separação dos poderes de Estado. Se, por um lado, o Iluminismo não foi uma filosofia política que pregou a democracia na Europa ocidental cristã, por outro, ele lançou as bases teóricas para que a democracia e para que suas várias interpretações e práticas pudessem surgir a partir do século XVIII.

Esse é um tema fundamental para debate em sala de aula com seus alunos, em especial quando questões como a da liberdade, da justiça e do Estado representativo são discutidas com os alunos.

Assim você inicia os estudos sobre Iluminismo em uma turma do ensino médio afirmando que ele influenciou profundamente a Constituição dos EUA. Um aluno começa uma discussão afirmando que o presidente Donald Trump é um ditador e que a democracia americana é um “engodo”, pois consiste apenas em uma aparência democrática. Você aceita a “provocação” e decide introduzir a seguinte reportagem na discussão em sala: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/congresso-dos-eua-vota-reforma-de-saude-o-primeiro-obstaculo-de-trump.ghtml>>. Acesso em: 29 mar. 2017. A partir da reportagem, que retrata as dificuldades de Trump para cumprir suas promessas de campanha, qual seria uma boa estratégia para discutir a divisão dos poderes no contexto proposto por Locke e Montesquieu? Como demonstraria os limites do poder do presidente em um país onde a sociedade se organiza e exige que seus representantes no

parlamento (poder legislativo) votem de acordo com os seus interesses e não de acordo com os interesses do presidente? Por outro lado, quais são os limites práticos de tal divisão? De fato, é possível que os poderes sejam independentes? No caso dos EUA e do Brasil, a divisão de poderes permite, em função das divisões entre as classes sociais proprietárias e não proprietárias, que o Estado represente a sociedade ou a sua maioria?

Não pode faltar

Introdução

No século XVIII, pensadores da Europa ocidental, ingleses e franceses principalmente, instrumentalizaram os métodos do discurso científico para analisar a vida em sociedade e a relação da sociedade com o Estado.

Os pensadores iluministas produziram uma profunda crítica ao Absolutismo e às velhas instituições da Europa do Antigo Regime, em especial as da França. Também se opuseram à influência da Igreja católica na sociedade e no poder de Estado.

Esses pensadores foram profundamente influenciados pela Revolução científica, em especial às formulações de René Descartes e Isaac Newton. Duas ideias centrais de Descartes e Newton foram comuns aos pensadores iluministas:

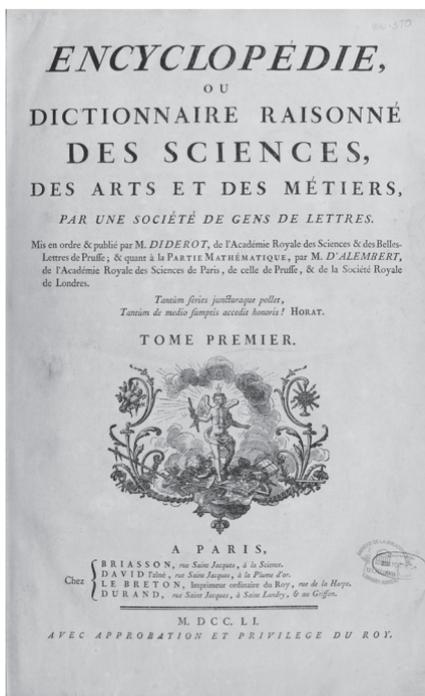
- O conhecimento humano sobre a natureza só pode ser alcançado por meio do uso da razão.
- Leis físicas governam o universo, podendo ser pesquisadas pelos homens. Eles não eram ateus, porém concordavam com a ideia de que não há interferência divina na condução do universo, da história humana ou da vida política de um povo ou nação.

Muitos pensadores iluministas pensaram que tais ideias deveriam circular por toda a Europa, em especial na França. Para cumprir tal objetivo, criaram várias publicações contendo suas proposições. A principal publicação foi a Enciclopédia, que contava com mais

de 300 colaboradores de várias academias científicas da Europa, pretendendo reunir todos os conhecimentos filosóficos e científicos conhecidos pela civilização ocidental. **Denis Diderot** (1713-1784) e **Jean D'Alembert** (1717-1783) foram seus principais diretores e redatores.

Diderot acreditava que a ciência levaria a um progresso contínuo da humanidade, pois fornecia a possibilidade de compreender o mundo de forma racional. Para ele, a religião era uma necessidade apenas para que os homens pudessem ter algum regramento na vida social. D'Alembert era matemático, físico e filósofo. Ele foi responsável pela revisão dos artigos de matemática e física da Enciclopédia. Além desses, outros dois pensadores se destacaram nas contribuições à Enciclopédia: **Claude Adrien Helvétius** (1715-1771) e **Paul-Henri Thiry, o Barão d'Holbach**, (1723-1789).

Figura 3.2 | Primeira página da Enciclopédia, a principal publicação que buscou "espalhar" as ideias iluministas na França



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2b/Encyclopedie_de_D%27Alembert_et_Diderot_-_Premiere_Page_-_ENC_1-NA5.jpg>. Acesso em: 1 jul. 2017.



Nenhum homem recebeu da natureza o direito de comandar os outros. A liberdade é um presente do céu, e cada indivíduo da mesma espécie tem o direito de gozar dela logo que goze da razão. Toda autoridade vem de uma outra origem, que não é da natureza. Examinando-a bem, sempre se fará remontar a uma destas duas fontes: ou a força e a violência daquele que sempre dela se apoderou; ou o consentimento daqueles que lhe são submetidos, por um contrato celebrado ou suposto entre eles e a quem deferiram a autoridade. O poder que se adquire pela violência não é mais que uma usurpação e não dura senão pelo tempo por que a força daquele que comanda prevalece sobre a daqueles que obedecem. O poder que vem do consentimento dos povos supõe necessariamente condições que tornem o seu uso legítimo útil à sociedade, vantajoso para a república, e que a fixam e restringem entre limites. (DIDEROT apud FREITAS, 1997, p. 22-23)

Uma das estratégias dos iluministas para deslegitimar o poder dos reis absolutistas foi buscar afirmar o direito dos homens à liberdade e criticar o poder exercido com uso da violência. Tal afirmação sobre o direito à liberdade e o de ser governado a partir do consentimento dos que são governados tinha como fundamento a razão.

A obra de John Locke (1632-1704)

John Locke, filósofo inglês, é considerado o pai do liberalismo político. Ele escreveu algumas das mais importantes obras do liberalismo político, *Ensaio Acerca do Entendimento Humano* e *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*.

Em *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*, Locke vai se preocupar fundamentalmente em criticar a doutrina das ideias inatas. Proporá que os homens não nascem com ideias já formadas, tese defendida por Descartes. Para tal, vai usar o método da observação empírica: as ideias inatas deveriam estar presentes em todos os indivíduos como aspectos constantes e universais, o que a observação não evidenciava.

O conhecimento, assim, seria resultado da experiência sensível. Para Locke, a experiência precede o conhecimento que se constitui de duas fontes: a sensação e a percepção da mente.

Da mesma forma que não existem, para Locke, ideias inatas, também não existem formas de poder que possam ser consideradas inatas ou de origem divina, como defendiam os teóricos do Absolutismo.

Na obra *Segundo Tratado do Governo Civil*, desenvolveu sua tese sobre a relação entre sociedade e Estado. Para Locke, os homens possuem direitos naturais, tais como à vida, à liberdade e à propriedade. O trabalho dos indivíduos seria a fonte legitimadora da propriedade.

Assim, o Estado surgiria como forma de garantir aos indivíduos proprietários os direitos à propriedade, à vida e à liberdade. Assim, os indivíduos que compõem a sociedade cedem ao Estado o direito de estabelecer a justiça, inclusive por meio da coerção, sem renunciar aos seus direitos naturais em favor do poder dos governantes. A relação entre Estado e sociedade, dessa forma, deveria ser formulada entre homens igualmente livres com a definição de um pacto, um contrato.



Exemplificando

Se o homem no estado de natureza é tão livre [...], se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, porque abrirá ele mão dessa liberdade, porque abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a fruição do mesmo é muito incerta e está constantemente exposta à invasão de terceiros porque, sendo todos reis tanto quanto ele, todo homem igual a ele, e na maior parte pouco observadores da equidade e da justiça, a fruição da propriedade que possui nesse estado é muito insegura, muito arriscada. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da propriedade e dos bens a que chamo de 'propriedade'. (LOCKE, 2013, p. 88)



Esse trecho da obra de Locke é ilustrativo de suas posições sobre o Estado, a liberdade e a propriedade. Nota-se uma proposição direta sobre a função do Estado: garantir a liberdade dos proprietários. Se no Estado da natureza a garantia da liberdade e da propriedade é incerta, por meio do pacto dos indivíduos proprietários com o Estado tal prerrogativa está garantida. A liberdade, para Locke, é a liberdade dos proprietários.

O Iluminismo francês

François Marie Arouet, conhecido como **Voltaire** (1694-1778), foi um defensor ferrenho das liberdades individuais e o grande representante do Iluminismo francês. Ele criticou de forma vigorosa o exercício tirânico do poder monárquico por meio de sátiras.

No entanto, defendia a monarquia como forma de governo, desde que o monarca reconhecesse os direitos de propriedade dos indivíduos. O filósofo atacou impiedosamente a Igreja católica e os membros do clero. Ele foi o principal inspirador do Despotismo Esclarecido.



Exemplificando



Se existem ateus, a quem devemos culpar senão os tiranos mercenários das almas que, provocando em nós a nossa revolta, contra as suas velhacarias e hipocrisias, levam alguns espíritos fracos a negarem o Deus que esses monstros desonram? Quantas e quantas vezes essas sanguessugas do povo não levaram os cidadãos oprimidos a se revoltarem contra o seu próprio rei? (VOLTAIRE, 2002, p. 344)

Esse trecho da obra de Voltaire demonstra suas críticas às práticas da Igreja católica, de quem era fervoroso opositor.

Charles-Louis de Secondat, barão de **Montesquieu** (1689-1755), tem em *O espírito das leis* sua principal obra. Influenciado por John Locke, desenvolveu de forma detalhada uma proposta de Locke: a separação dos poderes em executivo, legislativo e judiciário. Teoricamente, os poderes deveriam ser independentes, agindo no

sentido da busca do equilíbrio entre eles. Nas palavras de Renato Janine Ribeiro:

A divisão dos poderes em três espécies não era novidade. Desde os gregos e romanos costumava-se fazê-la. Mas de modo geral ela se efetuava em função do número de governos: um (na monarquia), todos ou muitos (na democracia ou na república), vários ou alguns (na aristocracia). Os nomes poderiam mudar, mas o princípio numérico era o mesmo. [...]. [A novidade de Montesquieu está no fato de ele definir os poderes em função de sua] estrutura e funcionamento. (MONTESQUIEU, 1996, p. XXXI-XXXIII)

Se não era novidade a divisão dos poderes, Montesquieu, membro da nobreza europeia, atualiza esse princípio no contexto da Europa ocidental do século XVIII e da luta contra o Absolutismo.

Entre todos os pensadores que criticaram o Absolutismo e propuseram novas formas de organização do Estado, **Jean-Jacques Rousseau** (1712-1778) notabilizou-se por produzir, além das críticas aos regimes tirânicos de governo, uma crítica severa contra os grandes proprietários. Rousseau afirmou:

O primeiro que concebeu a ideia de cercar uma parcela de terra e de dizer isto é meu, e que encontrou gente suficientemente ingênua que lhe desse crédito, este foi o autêntico fundador da sociedade civil. De quantos delitos, guerras, assassinios, desgraças e horrores teria livrado o gênero humano aquele que, arrancando as estacas e enchendo os sulcos divisórios, gritasse: cuidado, não dai crédito a esse trapaceiro, perecereis se esqueceres que a terra pertence a todos. (ROUSSEAU, 2015, p. 73)

Apesar de criticar a grande propriedade, Rousseau acreditava que ela era inevitável, mas era preciso limitá-la para que houvesse equilíbrio social. "Para melhorar o estado social, é preciso que todos tenham o suficiente e que ninguém tenha demasiado." (ROUSSEAU, 2015, p. 67). Sua teoria teve grande aceitação entre artesãos e trabalhadores urbanos.

Immanuel Kant (1724-1804)

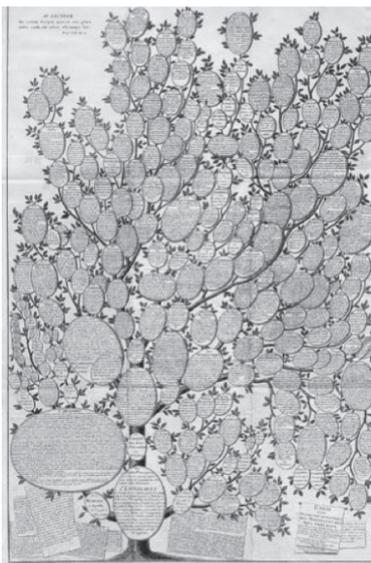
Outro pensador fundamental para o pensamento do século XVIII foi Immanuel Kant. Em sua principal obra, *Crítica da Razão Pura*, o filósofo prussiano trata de vários temas, mas um se destaca: o conhecimento. Kant foi o pensador que sintetizou de forma consistente o racionalismo e o empirismo. Para ele, existem duas formas de conhecer: o empírico e o puro. O conhecimento empírico diz respeito às experiências sensíveis, enquanto o conhecimento puro é oriundo da necessidade de um conhecimento universal, ou seja, que tenha validade em qualquer lugar do universo.

O conhecimento não se encontra na experiência, mas sim na forma de entendimento da experiência. A busca do conhecimento (*aufklärung*) é a “saída do homem de sua menoridade”. A menoridade é a incapacidade de pensar e entender o mundo racionalmente e de forma independente. O *Aufklärung* – muitas vezes traduzido como *ilustração* – é ter a coragem de fazer uso de seu próprio entendimento.



Refleta

Figura 3.3 | Visualização do mapa do sistema de conhecimento humano de Diderot, publicado na primeira edição de A Enciclopédia



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Encyclop%C3%A9die_-_Diderot%27s_Tree_of_Knowledge.tif?uselang=pt-br>. Acesso em: 15 ago., 2017.

A *Árvore do Conhecimento* publicada na *Enciclopédia* de Diderot e D'Alembert foi baseada na obra do filósofo Francis Bacon. Você constata alguma relação entre a *Árvore do Conhecimento* dos iluministas e a árvore do fruto proibido narrado na Bíblia?



Exemplificando

Se indagarmos em que consiste precisamente o maior bem de todos, que deve ser o fim de todo o sistema de legislação, achar-se-á que se reduz a estes dois objetivos principais: liberdade e igualdade. A liberdade, porque toda a dependência particular é outro tanto de força tirada ao corpo do Estado; a igualdade, porque a liberdade não pode existir sem ela. Já disse o que é a liberdade civil; a respeito da igualdade [...] que nenhum cidadão seja bastante opulento para poder comprar a outro, e nenhum tão paupérrimo para necessitar vender-se, o que supõe. Por parte dos grandes, moderação de bens e de crédito; dos pequenos, moderação de ânsia e cobiça. Mas os fins gerais de toda instituição devem modificar-se em cada país pelas circunstâncias que nascem, tanto da situação local, como a do caráter dos habitantes. E considerando estas circunstâncias, deve dar-se a cada povo um sistema de instituição, que seja o melhor, embora não por si, mas para o Estado a que se destina. (ROUSSEAU, 2010, p. 50-51)

Esse trecho é uma evidência do desejo de equilíbrio social proposto por Rousseau. Os temas da liberdade e da igualdade, presentes na sua obra, aparecem como os maiores objetivos da vida social e da sua relação com o Estado.

O pensamento liberal na economia

Do mesmo modo que a forma de organização do Estado foi questionada por pensadores europeus no século XVIII, as práticas econômicas que deram sustentação ao Absolutismo também o foram.

Dentre os primeiros pensadores que questionaram as práticas mercantilistas, estão os **fisiocratas**, tais como **François Quesnay** (1694-1774) e **Anne Robert Jacques Turgot** (1727-1781). A palavra fisiocracia tem origem no governo e pode ser entendida como governo da natureza (physio = natureza e kratos = governo). Defendiam a prática da liberdade comercial, em oposição às práticas de concessão de monopólios do Absolutismo. Acreditavam que o comércio era uma atividade que não criava valor, mas apenas o fazia circular. Defendiam a ideia de que o trabalho na agricultura era a fonte geradora de valor.

Porém, o mais importante pensador do liberalismo político foi **Adam Smith** (1723-1790). Em sua principal obra, **A Riqueza das Nações**, lançou as bases de uma interpretação da sociedade, da economia e da política que influencia os debates até hoje. Em sua obra, defende a ideia de que a economia funciona por si mesma e que os interesses particulares dos empreendedores seriam a fonte de aceleração das atividades econômicas de uma nação. Contrariamente aos fisiocratas, defendeu a tese de que o trabalho humano sobre os elementos da natureza era a fonte de criação do valor das mercadorias e não somente o trabalho na agricultura. Duas concepções revolucionárias aparecem em sua obra:



A primeira é a análise dos fenômenos econômicos como manifestações de uma ordem natural a eles subjacente, governada por leis objetivas e inteligíveis através de um sistema coordenado de relações causais. [...] A segunda é a doutrina segundo a qual essa ordem natural requer, para sua operação eficiente, a maior liberdade individual possível na esfera das relações econômicas, doutrina cujos fundamentos racionais são derivados de seu sistema teórico, já que o interesse individual é visto por ele como a motivação fundamental da divisão social do trabalho e da acumulação de capital, causas últimas do crescimento do bem-estar coletivo. (CANNAN apud SMITH, 1996, p. 15)

De acordo com o autor, Smith teve posições revolucionárias ao submeter a análise da economia a leis objetivas analisadas em função de causas e consequências. Além disso, sua defesa da liberdade individual dos empresários estava alicerçada a partir de um

sistema teórico, algo inédito para a economia até aquele momento da história.

Despotismo Esclarecido

A força das ideias iluministas na esfera política e do liberalismo na esfera econômica foi suficientemente forte para influenciar governos europeus, mesmo governos de tradição absolutista. Isso ocorreu principalmente em nações nas quais havia baixos índices de urbanização e economias fortemente agrárias, tais como Prússia, Áustria, Rússia, Áustria, Portugal e Espanha. Tratou-se do **Despotismo Esclarecido**, uma forma de manutenção dos regimes monárquicos com **medidas de modernização inspiradas no iluminismo**.

Alguns déspotas esclarecidos foram D. José II (1780-1790) da Áustria, Catarina II (1762-1796) da Rússia, Marquês de Pombal, ministro de D. José I (1750-1777), de Portugal, e Frederico II (1712-1786) da Prússia (atualmente, uma região da Alemanha).

Entre todos, Frederico II da **Prússia** foi o mais célebre, com grande prestígio junto aos pensadores iluministas de seu tempo, angariando elogios de pensadores como D'Alambert e Kant. Frederico II incentivou e protegeu as artes, participou de debates teóricos e foi amigo de Voltaire. Do ponto de vista de seu governo, buscou modernizar a economia nas regiões rurais da Prússia e fez de Berlim uma grande cidade. Na **Áustria**, D. José II, católico fervoroso, buscou introduzir a prática da tolerância religiosa. **Catarina II**, na Rússia, buscou modernizar a economia, criando parques industriais ligados às minas de metalurgia de ferro e cobre.

Claro, havia uma aparente grande contradição no Despotismo Esclarecido, visto que a obra dos iluministas, tomando-a em sua generalidade, tinha como fundamento a luta contra o Absolutismo.



Refleta

Mas teria ainda a Ilustração forças para influenciar o nosso presente? Seu legado ainda existe, mas está em crise. Sua bandeira mais alta, a da razão, está sendo contestada. Sua fé na ciência é denunciada como uma ingenuidade perigosa, que estimulou a destrutividade



humana e criou novas formas de dominação, em vez de promover a felicidade universal. A crença no progresso expôs o homem a todas as regressões. Seu individualismo estimulou o advento do sujeito egoísta, preocupado unicamente com o ganho e a acumulação. A crença na mudança das relações sociais como forma de implantar o paraíso na Terra levou a uma utopia concentracionária, e resultou na criação de todos os gulags. Sua cruzada desmistificadora solapou as bases de todos os valores, deixando o homem solitário, sob um céu deserto, num mundo privado de sentido. (ROUANET, 1987, p. 26-27)

Nesse texto, o autor relata uma suposta crise no pensamento iluminista e em suas bases racionalistas, apontando consequências nefastas para a humanidade, supostamente influenciadas pelos ideais de progresso gerados pelo pensamento liberal/iluminista e sua base racionalista.

E você: como entende o problema? Como criar instituições democráticas que garantam as liberdades individuais, impeçam o surgimento de regimes despóticos e, ao mesmo tempo, garantam justiça social e incentivo à solidariedade entre os homens?



Assimile

- O **Iluminismo** é uma filosofia política dominante no século XVIII europeu que buscou suas bases no racionalismo do século XVII, pregando contra o poder despótico dos reis.
- A **Enciclopédia** foi o mais importante veículo de circulação das ideias iluministas, dirigida por Diderot e D'Alembert.
- **John Locke** é considerado o precursor do pensamento iluminista e, em sua obra, defendeu a ideia de um Estado representativo da sociedade que defendesse os direitos fundamentais dos homens: a vida, a propriedade e a liberdade.
- **Voltaire** foi um defensor ferrenho das liberdades individuais e um crítico mordaz da Igreja católica.
- **Montesquieu** propôs a divisão dos poderes em três: executivo, judiciário e legislativo.

- **Rousseau** foi o pensador que, além de criticar o Absolutismo, criticou também a desigualdade social originada da concentração da propriedade.
- No campo da economia, **Smith** foi o defensor da liberdade individual e defensor da ideia de que os interesses individuais são a fonte do crescimento econômico das nações.
- O **Despotismo Esclarecido** foi uma forma de governo absolutista em que os reis adotaram parte dos ideais pensados pelos filósofos iluministas.



Pesquise mais

DIDEROT, Denis; D'ALEBERT, Jean Le Rond, **Enciclopédia – Discurso Preliminar e Outros Textos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2015. v. I.

Trata-se de uma evidência dos propósitos dos enciclopedistas franceses em tratar o mundo de forma racional, produzindo e discutindo uma divisão entre os ramos do conhecimento humano e da ciência.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. **O iluminismo e os reis filósofos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Nessa obra, temos uma interessante síntese sobre o tema Iluminismo. O autor discute as ideias de seus pensadores e suas relações com as revoluções liberais que ocorreram na Europa entre o final do século XVII e o século XIX.

Sem medo de errar

Em primeiro lugar, o professor deve se colocar como um mediador e curador dos debates, pois haverá, certamente, uma quantidade significativa de opiniões baseadas em percepções do senso comum e, muitas vezes, baseadas também em análises mais elaboradas. É preciso tratar todas as falas com respeito.

Debater esse tema em sala de aula é sempre complexo e já deixe claro desde o início que não haverá a busca por verdades ao seu final. Essa é uma posição central para que não haja disputas políticas estéreis.

Elabore um método de abordagem do tema, destacando que todas as formas de abordagem devem ter argumentos legítimos, mesmo que esses argumentos sejam religiosos, por exemplo.

Deixe claro, explicando, que democracias e sistemas eleitorais são conceitos e práticas diferentes, apesar de, eventualmente, complementares.

Divida a sala em grupos e destaque temas que deverão ser pesquisados. Indique *sites* confiáveis para tais pesquisas:

1. Quais são as várias interpretações da democracia?
2. Quais são as bases filosóficas dessas várias interpretações da democracia?
3. Como funciona a democracia norte-americana e como funciona seu sistema eleitoral?
4. De qual forma o poder executivo se submete ao poder legislativo e judiciário nos Estados Unidos da América?
5. Como funciona a democracia no Brasil e como funciona seu sistema eleitoral?
6. De qual forma o poder executivo se submete ao poder legislativo e judiciário no Brasil?

Em função da história recente do Brasil, deixe claro que será inóspito um debate partidário, pois isso inviabiliza a pesquisa e a discussão séria do tema. Enfatize isso, independentemente da sua posição partidária.

Todos os grupos deverão apresentar:

1. Trabalho escrito com as conclusões de suas pesquisas.
2. Exposição dos temas por meio de seminários.

Questões que o professor poderá inserir, curar ou instigar nos momentos de apresentação dos seminários, complementando os temas que os alunos pesquisaram:

1. Como cada estudante interpreta a democracia?
2. Como deve se comportar um estado que se identifica como um Estado representativo?
3. Como uma democracia pode existir numa sociedade baseada na cultura de massa, mediada por veículos de comunicação que buscam a audiência para vender mercadorias?

4. Como uma democracia pode existir sem que haja educação de qualidade para todos?

5. Como uma democracia pode existir em uma sociedade com milhões de desempregados e marginais sociais?

Outras questões podem ser levantadas pelo professor, tendo em vista sua experiência e as questões que os alunos vão trazer.

Lembre-se: a questão central é instigar os alunos a desenvolver a capacidade de argumentação baseada em pesquisas empíricas ou em fundamentos filosóficos.

Fuja do senso comum.

Faça valer a pena

1.

Desde que surgiu no mundo uma geração pronta a lisonjear os príncipes formulando a opinião de que estes são investidos de um direito divino de exercer o poder absoluto, sem levar em conta leis destinadas a reger a instituição de seu cargo e o exercício de seu governo, ou condições para que eles iniciem suas funções, ou ainda o compromisso de respeitá-las, fosse este ratificado por juramentos ou promessas da maior solenidade, estas pessoas negaram à humanidade seu direito à liberdade natural: assim fazendo, não somente expuseram todos os indivíduos à pior miséria da tirania e da opressão, tanto quanto puderam, mas ainda os títulos dos príncipes tornaram-se duvidosos e seus tronos abalados [...], como se eles quisessem entrar em uma guerra contra todo o governo e inverter as próprias bases da sociedade humana. (LOCKE, 2013, [s.p.]

Assinale a alternativa que evidencia a característica da obra de Locke presente no trecho.

- a) O argumento persistente a favor do uso da razão religiosa na esfera política.
- b) A hipótese de que reis com poder justificado por Deus poderiam ser justos, desde que respeitassem os compromissos assumidos.
- c) A sociedade deve estar em permanente guerra contra o Estado.
- d) A luta contra o poder tirânico dos reis.
- e) A sociedade humana é o conjunto de indivíduos que devem se submeter à vontade dos reis para preservar sua propriedade.

2.



Por isso, todas as vezes que um número qualquer de homens se unir em uma sociedade, ainda que cada um renuncie ao seu poder executivo da lei da natureza e o confie ao público, lá, e somente lá, existe uma sociedade política ou civil. E isso acontece todas as vezes que homens que estão no estado de natureza, em qualquer número, entram em sociedade para fazerem de um mesmo povo um corpo político único, sob um único governo supremo; ou todas as vezes que um indivíduo se une e se incorpora a qualquer governo já estabelecido. (LOCKE, 2013, [s.p.])

Nesse trecho da obra de Locke, o autor discute:

- a) A oposição entre o Estado da natureza e o Estado civilizado.
- b) A preponderância da sociedade civil sobre o Estado, que deve derivar seu poder dela.
- c) A preponderância do Estado sobre a sociedade civil, que depende dele para manter sua liberdade e propriedade.
- d) A natural propensão do homem em se reunir em sociedade e entregar o poder a um soberano que represente o ideal religioso da maioria.
- e) A reiteração do poder dos indivíduos de buscar proteger sua propriedade de forma violenta quando necessário.

3.



O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais, não deixa de ser mais escravo do que eles [...] A ordem social é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. Tal direito, no entanto, não se origina da natureza: funda-se, portanto, em convenções. (ROUSSEAU, 2010, [s.p.])

A respeito do trecho da obra de Rousseau, é correto afirmar:

- a) Aproxima-se do pensamento absolutista, que atribuía aos príncipes o direito de manter a ordem estabelecida.
- b) Aproxima-se do pensamento cristão, por atribuir a todos os homens uma condição de igualdade perante Deus.
- c) Filia-se ao pensamento libertário, pela denúncia da escravidão a que estavam submetidos os camponeses europeus.
- d) Aproxima-se do pensamento marxista, que estabelece que o Estado deve ser tomado pelas classes sociais subalternas.
- e) Filia-se ao pensamento iluminista, a despeito das diferenças entre o autor e os outros pensadores, em especial no que diz respeito à origem dos direitos.

Referências

- ARANHA, M. Lucia de Arruda; MARTINS, M. Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 1987.
- ARRUDA, José Jobson. **A Revolução Inglesa**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de João Ferreira. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHASSOT, Attico. **A ciência através dos tempos**. São Paulo: Moderna, 2004.
- DESCARTES, René. **Discurso do Método; Meditações; Objetos e Respostas; As Paixões da Alma; Cartas**. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores, v. XV).
- DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean Le Rond. **Enciclopédia – Discurso Preliminar e Outros Textos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2015. v. I.
- FORTES, Luiz Roberto Salinas. **O iluminismo e os reis filósofos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FRANCE Presse. Congresso dos EUA vota reforma de saúde, o primeiro obstáculo de Trump. **G1**, 24 mar. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/congresso-dos-eua-vota-reforma-de-saude-o-primeiro-obstaculo-de-trump.ghtml>>. Acesso em: 29 mar. 2017.
- FREITAS, Gustavo de. **900 textos e documentos de história**. Lisboa: Plátano, 1997. v. III.
- FREITAS, Gustavo de. **900 textos e documentos de história**. Lisboa: Plátano, 1976. v. II.
- HABEAS corpus: o que é e para que serve? Uol, 25 maio 2017. Disponível em: <<http://direito.folha.uol.com.br/blog/habeas-corpus-o-que-e-para-que-serve>>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-Cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- JAGUARETÉ, o encontro. Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR. Curitiba: Editora UFPR, 2013.
- JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Jorge Zahar, 1990.
- JOGADOR do NBA diz ter convicção que Terra é plana. E causa furor. **Uol**, 18 fev. 2017. Disponível em: <<https://uol.esporte.blogosfera.uol.com.br/2017/02/18/jogador-do-nba-diz-ter-conviccao-que-terra-e-plana-e-causa-furor/>>. Acesso em: 1 mar. 2017.
- KOYRÉ, A. **Estudos Galilaicos**. Lisboa: Dom Quixote, 1986.
- KOYRÉ, A. **Estudos de História do Pensamento Científico**. Brasília: Editora UnB, 1982.
- LOCKE, John. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. São Paulo: Edipro, 2013.

LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Cortez, 2000.

MONTESQUIEU. **O Espírito da Leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Os Pensadores – Bruno, Galileu, Campanella. Traduções de Helda Barraco, Nestor Deola e Aristides Lôbo. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PINTO, Tales. **A genialidade de Leonardo da Vinci**. Disponível em: <<http://alunosonline.uol.com.br/historia/a-genialidadeleonardo-vinci.html>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As Razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Da origem da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Edipro, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas, v. 1).

THOMPSON, Edward. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. v. I.

THOMPSON, Edward. **A Peculiaridade dos Ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TV Cultura Digital. **Especial TV Cultura: Primavera Árabe**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K0m-2Jhmbnl>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

VOLTAIRE. **Dicionário Filosófico**. São Paulo: Martin-Claret, 2002.

Cultura popular e revoluções

Convite ao estudo

Prezado estudante, seja bem-vindo. Parabéns! Chegamos à última unidade da disciplina de História moderna.

Esta unidade possui grande importância para a formação do profissional de História, tanto em sua atuação como professor como na pesquisa histórica. Nela, trataremos de processos históricos importantes para a formação do mundo contemporâneo, que influenciaram de maneira decisiva as formas pelas quais o mundo se organizou desde o século XVIII até hoje.

Na Seção 4.1, estudaremos a Cultura popular na Idade Moderna, tema importante para os historiadores da atualidade, que revelará nuances sobre o cotidiano das camadas populares e as formas de relacionamento entre seus membros e com as elites proprietárias.

Na Seção 4.2, estudaremos a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em 1760, processo histórico que transformou de forma profunda a economia, a sociedade e a cultura do mundo contemporâneo. A Revolução Industrial é um dos eventos mais importantes da história da humanidade, tão importante quanto a invenção do fogo ou a revolução agrícola no Neolítico. Tal importância fica evidente em nosso cotidiano repleto de máquinas e indústrias.

Na Seção 4.3, estudaremos a Revolução Francesa, ocorrida entre 1789 e 1799. Do ponto de vista político, ela influenciou de forma decisiva toda a história do mundo ocidental e continua a fazê-lo até hoje. A luta de cidadãos pela existência de um Estado que os represente tem profunda influência nos acontecimentos de 1789. Por ser tão importante, acabou sendo um dos temas mais pesquisados pelos historiadores contemporâneos, como veremos.

Portanto, a aprendizagem nessa seção é importante para a sua boa formação profissional.

Bons estudos!

Seção 4.1

Cultura popular na Idade Moderna

Diálogo aberto

Olá, estudante! Seja bem-vindo a esta nova seção de nossos estudos sobre a História. Nela, iremos mergulhar em um tema instigante: a cultura popular na Idade Moderna. Trata-se de trabalhar com os novos temas com os quais os historiadores passaram a se preocupar desde algumas décadas atrás.

Esse tema não trata da “Grande História”, dos grandes eventos políticos, das grandes revoluções ou dos grandes líderes. Ele trata de pessoas comuns que vivem seu cotidiano entre o trabalho e a família, com esposas, maridos, filhos, vizinhos e patrões. Trata do camponês que lavrava a terra e colhia os alimentos, de mestres e aprendizes que produziam mercadorias antes da propagação das novas técnicas e das máquinas na Revolução Industrial. Trata das formas pelas quais essas pessoas comuns se relacionavam com seus patrões em relações que alternavam resistência à opressão e acomodação diante da realidade.

Um dos temas estudados por esses historiadores sociais da cultura é o carnaval. No caso do Brasil, é tema importante, visto que ocorre grande mobilização popular no período das festas carnavalescas. Sabemos que ocorreu uma tentativa de “captura” do carnaval pela indústria cultural e pelos meios de comunicação de massa. Você, estudante, realizará uma atividade que articula o carnaval em sua localidade.

A escola de samba do bairro em que você mora está organizando preparativos para o desfile de carnaval na cidade e você, como historiador, resolveu ajudar na pesquisa para dar as diretrizes ao carnavalesco responsável. O tema escolhido para o ano em questão é a história do Carnaval, suas origens e as características de sua história no Brasil. Quais seriam as orientações históricas que você levaria para o carnavalesco? Pense nos seguintes temas: na Europa e no Brasil, de qual forma o Carnaval foi um instrumento de resistência popular contra o domínio de grupos sociais sobre outros? De qual maneira os temas da liberdade, do riso, da comédia, da transgressão, da desigualdade e da oposição aos poderes instituídos estarão presentes

em suas orientações ao carnavalesco? No caso do Brasil, de qual maneira você vai descrever e/ou narrar a repressão ao Carnaval até 1930 e sua posterior cooptação pelo Estado Novo?

Não pode faltar

Introdução

As formas de investigação da História sofreram grandes transformações ao longo dos últimos dois séculos. Sem pretender fazer aqui uma discussão aprofundada sobre o tema, é importante salientar que os europeus do século XIX se preocupavam com a história nacional, enquanto abordagens históricas com recortes econômicos se expandiram ao longo do século XX. Permaneceu, inclusive até a atualidade, uma forma tradicional de abordagem da História que enfatiza as preocupações nas realizações dos “Grandes Homens”. Assim, buscou-se entender o Império Helenístico de *Alexandre*, a França de *Napoleão*, a Alemanha de *Bismark* e o Brasil de *Vargas*, por exemplo.

Buscando novos objetos de pesquisa, investigações e interpretações dos processos históricos, surgiram outras formas de narração do passado humano. Por exemplo, podemos citar a *Nova História*, movimento que, nas palavras de Peter Burke (1992, p. 10.), se reuniu “como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional” que hegemonizou a escrita da História até algumas décadas atrás. Esse “paradigma tradicional” estava centrado no entendimento de que os movimentos de permanências ou rupturas históricas deveriam centrar suas investigações na história política, da ação dos Estados Nacionais, de seus líderes, dos “Grandes Homens” (BURKE, 1992, p. 10).

Surgiram, em especial após os anos 40 do século XX, outras formas de investigação histórica cuja preocupação foi entender outras dimensões das atividades humanas, tais como as ideias de indivíduos ou de grupos sociais, seus costumes, seus cotidianos, suas culturas.

Ganharam força movimentos de historiadores interessados em “todas as atividades humanas”, pois todas elas poderiam ter uma história: a infância, a morte, a loucura, os gestos, a feminilidade, a leitura. Uma parte desses historiadores estaria circunscrita aos trabalhos do que podemos denominar de *História Cultural* – sobretudo na historiografia francesa e em autores como Roger Chartier – e *História*

Social da Cultura – em especial na historiografia inglesa, no caso de autores como E. P. Thompson. Na presente seção, buscamos oferecer um pequeno panorama de algumas contribuições desses historiadores a respeito do período que denominamos História moderna.

Uma primeira aproximação para a discussão sobre a cultura popular na Idade Moderna deve salientar, mesmo que de forma genérica, a discussão sobre o conceito de **cultura**. Inúmeros pensadores se debruçaram sobre esse tema, mas para nossos objetivos tomemos como referência as reflexões de um autor clássico: Clifford Geertz, integrante de uma das correntes da Antropologia Social contemporânea, o culturalismo americano.

Para Geertz (2008), em síntese, a cultura é um conjunto ordenado de sistemas de símbolos significantes, sendo o símbolo tudo aquilo que carrega em si um significado. São esses símbolos que orientam, coordenam e dão sentido às ações humanas. Para além das determinações biológicas, a cultura é um elemento central para a própria definição de humanidade.

Tal contextualização teórica do conceito de cultura, mesmo feita de forma sumária, é importante para que possamos alcançar outra discussão central: o que é cultura popular? Também nesse tema, existem inúmeros autores cujas reflexões são relevantes, mas aqui tomaremos como referência o trabalho do historiador Peter Burke. Burke (1989, p. 15) admite a dificuldade de definir cultura, mas aceita uma conceituação que lhe parece adequada: "sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas em que eles são expressos ou encarnados" (BURKE, 1989, p. 15).

Sobre o conceito de **cultura popular**, opta-se pela definição negativa: seria a **cultura não oficial**, a cultura da não elite, das classes subalternas. Essas classes subalternas, na Idade Moderna, seriam os camponeses e artesãos, incluindo mulheres, crianças, pastores, marinheiros, mendigos, entre outros grupos populares. Note-se que, no século XVIII, a Europa é essencialmente rural e que a esmagadora maioria da população é composta por camponeses. Na França, às vésperas da Revolução Francesa, essas classes populares somavam 24 milhões para uma população de 25 milhões de pessoas.

Burke (1989) aponta para a necessidade de que a cultura popular seja pesquisada, explicada e compreendida além das preocupações que buscaram o caráter dito folclórico de suas manifestações.

Trata-se de, na perspectiva dos historiadores sociais, buscar uma forma de investigação histórica que procure entender as manifestações dos grupos populares *a partir de seus próprios termos*. Claro que tal objeto de estudo pressupõe uma vastidão de temas e abordagens, em função das especificidades dos variados grupos sociais, das questões regionais, linguísticas, entre outros.

A busca dos historiadores pelo “popular” é parte integrante de vários questionamentos de interpretações da História que sempre privilegiaram as formas de pensar e agir das elites como fatores preponderantes para explicar as transformações das sociedades e nações. Trata-se de investigar as formas pelas quais os grupos sociais subalternos influenciaram os processos históricos, buscando entender as suas formas de participar da política, as características dos relacionamentos entre homens e mulheres, a sua forma própria de entender o universo religioso, entre tantos outros aspectos (BURKE, 1992).



Exemplificando



Contrastando com a excepcional hierarquização do regime feudal, com sua extrema compartimentação em estados e corporações na vida diária, esse contato livre e familiar era vivido intensamente e constituía uma parte essencial da visão carnavalesca do mundo. O indivíduo parecia dotado de uma segunda vida que lhe permitia estabelecer relações novas, verdadeiramente humanas, com os seus semelhantes. A alienação desaparecia provisoriamente. O homem tornava a si mesmo e sentia-se um ser humano entre seus semelhantes. O autêntico humanismo que caracterizava essas relações não era em absoluto fruto da imaginação ou do pensamento abstrato, mas experimentava-se concretamente nesse contato vivo, material e sensível. O ideal utópico e o real baseavam-se provisoriamente na percepção carnavalesca do mundo, única no gênero. (BAHTIM, 1987, p. 9)

Mikhail Bakhtim investigou as práticas do carnaval na Europa do Renascimento a partir da obra de François Rabelais. Sua tese central é a de que o carnaval era o momento no qual as classes sociais subalternas conseguiam, com suas estratégias festivas, criar um mundo sem hierarquias sociais, sem distinção de classes.

Transformações e resistências

Entre as preocupações dos historiadores sociais da cultura, destaca-se a busca por entender os costumes que formavam a identidade dos grupos sociais subalternos. Edward P. Thompson é o mais famoso entre esses historiadores: o cofundador da *New Left Review* investigou as formações culturais populares que estavam presentes na Inglaterra antes da Revolução Industrial.

Em uma de suas obras mais importantes, *Costumes em Comum*, Thompson (1998) investiga um conjunto variado de temas, mas com destaque para a permanência de valores tradicionais das camadas populares no século XVIII, quando as mudanças na sociedade e na economia transformavam a Inglaterra, gradativamente, em uma nação composta por uma elite proprietária de mentalidade capitalista, norteada pela ação em busca da acumulação de riquezas.

Tratou-se, para o autor, de compreender as ações de artesãos e camponeses que eram mediadas por costumes que colidiam com a hegemonia dos grupos sociais dominantes. A investigação buscou eventuais protagonismos desses atores no processo histórico que formou a sociedade capitalista inglesa.

Uma das abordagens diz respeito às formas de relacionamento entre a *gentry* e a plebe. A Inglaterra do século XVIII seria uma nação onde a busca pela riqueza não foi mediada por estratégias sutis de acumulação, mas sim por um processo predatório ocorrido no comércio e na exploração da terra. Com a legitimação e o apoio do poder de Estado, por vezes em nome do rei, os proprietários rurais lutavam por despojos tais como dízimos, reivindicações de florestas e terras comunais. Um dos desdobramentos da ação dos proprietários rurais foram os *cercamentos*.

No contexto de transição de uma sociedade rural tradicionalmente marcada pelos controles paternalistas, característica do período anterior na Inglaterra, para outra cada vez mais mediada pelo uso do dinheiro e do assalariamento, as antigas formas de *disciplinarização* dos trabalhadores entravam em crise e se transformavam.

Foi nesse contexto que camponeses e artesãos promoveram variados meios de contestação ao poder político e econômico. Entre essas formas de contestação e resistência estava o recurso ao poder dos juízes locais (Tribunais Senhoriais), no qual camponeses e trabalhadores buscavam reivindicar seus direitos. Tais demandas judiciais ocorriam no

contexto da tradição jurídica inglesa, que privilegiava a observação do direito costumeiro em detrimento da lei positivada pelo Estado. Buscar a mediação do poder judiciário era uma forma de reivindicar seus direitos costumeiros.

Além disso, entre as características das ações de resistência dos trabalhadores, chama a atenção o seu caráter anônimo: "o mesmo homem que faz uma reverência a um fidalgo de dia pode à noite matar suas ovelhas, roubar os seus faisões ou envenenar os seus cães." (THOMPSON, 1998, p. 201-202).

Tais ações de resistência por parte das camadas populares englobavam a produção de músicas de contestação (*músicas rudes*, em tradução literal de "*rough music*"), por vezes satíricas, movimentos de multidões em protestos contra situações que consideravam injustas, além de confrontos físicos contra autoridades locais. Nota-se que o autor busca no cotidiano de camponeses e trabalhadores ações que evidenciam sua condição de insubordinação, inclusive buscando amparo na justiça para reparar aquilo que considerava injusto. Assim, as ações das camadas populares podem ser interpretadas como uma forma de resistência aos padrões de poder econômico estabelecidos pelas elites. Alguns historiadores buscaram entender a racionalidade dessas manifestações, no contexto dos costumes desses grupos sociais.

Como já escrevemos, as pesquisas realizadas na área de História Social da Cultura são feitas por historiadores de várias matrizes teóricas, mas seus objetos possuem similaridades, destacando-se os movimentos cotidianos de rebeldia e acomodação em relação aos conflitos com os grupos sociais hegemônicos.

Robert Darnton, em sua obra *O Grande Massacre dos Gatos e outros escritos da história cultural francesa*, buscou se aproximar da cultura popular a partir de variados registros de ações e tradições que foram recolhidas por diversos autores a partir da tradição oral dos camponeses franceses do século XVIII. Nesse livro, o mais notável relato diz respeito a eventos que levaram trabalhadores de uma gráfica de Paris, em 1730, a exterminar dezenas de gatos, julgando e condenando os sobreviventes à força.

O que explica a erupção de tamanha violência contra os gatos, com direito aos rituais de julgamento dos mesmos? A explicação oferecida pelo autor gira em torno dos componentes da cultura popular francesa

do período, bem como da situação social e econômica dos trabalhadores franceses.

Aprendizes de artesãos e trabalhadores em geral viviam em situação de precariedade material em relação à habitação e alimentação. Moravam em quartos escuros e úmidos, alimentando-se, por vezes, de restos deixados pelos empregadores e mesmo de restos de animais de estimação. Com horários reduzidos para dormir, esses aprendizes ainda eram incomodados pelo miar dos gatos no telhado durante a noite... Após a permissão do patrão, gatos começam a ser assassinados e um clima de histeria toma conta da ação dos aprendizes. Lembremos que na cultura popular europeia das Idades Média e Moderna, os gatos tinham sua imagem ligada às atividades de bruxaria. Portanto, simbolicamente, os aprendizes que assassinavam os gatos poderiam estar dando continuidade a uma tradição de repulsa às bruxas, cuja imagem estava ligada ao mal. O massacre de gatos poderia representar, de modo simbólico, o desejo de exterminar patrões que os exploravam de forma extrema.

A abordagem de Darnton (1986) remete a várias reflexões, entre elas a busca de certos padrões ritualísticos para entender as manifestações de violência das classes subalternas. Tais padrões podem apontar para questões que estão imersas nas relações sociais de produção e na cultura popular.

Vida privada: mulheres na História

Como já foi mencionado, a *Nova História* proporcionou a abertura de um grande leque de possibilidades para novos objetos de investigação dos historiadores. Um desses novos objetos diz respeito às condições das mulheres na História. Inúmeros autores pesquisaram e continuam trabalhando sobre essa temática, mas vamos aqui expor dois trabalhos que consideramos importantes para o que chamamos de História Social da Cultura.

Um deles é o já citado E. P. Thompson, que investigou um costume que chocou os folcloristas no início do século XX: a prática da *venda de esposas em praça pública*. O autor (1998) busca demonstrar que tais rituais possuíam um significado profundo na cultura popular inglesa, visto que, sendo um ritual público, parecia ser algo feito em comum acordo entre o casal e

aceito pela comunidade. Tal acordo poderia girar em torno do final de um casamento, sendo uma forma de selar um divórcio que não era possível aos pobres.

Eventualmente, poderia ser uma forma de ritualizar o início de um novo relacionamento em público, já que muitos compradores de mulheres já eram seus amantes. Evidentemente, tais rituais demonstravam a existência de uma cultura autônoma em relação à cultura das elites e a demonstração de um grande desprezo pelas percepções religiosas do casamento. Assim, as mulheres são interpretadas em sua condição de sujeitos de suas histórias e não como objetos de manipulação masculina.

Outra obra de investigação importante para o estudo da cultura popular na Idade Moderna é *O Retorno de Martin Guerre*, da historiadora Natalie Zemon Davis. Na primeira metade do século XVI, em Languedoc, no sul da França, um camponês bem estabelecido abandonou sua mulher, Bertrande de Rols, filhos e propriedades. Ele retorna, mas após alguns anos de casamento, ele é denunciado para a justiça sendo acusado de impostor. O julgamento é levado à cabo. O verdadeiro Martin Guerre aparece quando os juízes estão quase absolvendo o farsante, tamanha a sua capacidade de provar que era o verdadeiro Martin Guerre.

A autora (1987) utiliza documentos históricos cartoriais, inventários, cartas pessoais e, inclusive, um livro do magistrado que julgou o caso. A narrativa é escrita a partir da documentação e de uma 'certa' imaginação da autora, com aspectos ficcionais que buscaram explorar possibilidades de interpretação das estratégias de vida cotidiana dos personagens. Para oferecer maior força à sua narrativa, a autora preenche algumas lacunas da documentação com alguns complementos ficcionais, o que não reduz em nada o caráter objetivo de sua investigação.

Sobre a narrativa do episódio em si, surgiram uma série de questões. As principais delas giram em torno do papel da esposa de Martin Guerre, Bertrande de Rols. Afinal, ela conviveu com o verdadeiro Martin Guerre por anos e também por anos com o farsante. A história da vida particular de Bertrande de Rols evidencia um comportamento dirigido por valores divergentes dos padrões morais e culturais hegemônicos do período.

Bertrande de Rols aparece como articuladora de suas próprias

estratégias de sobrevivência e com grande capacidade de manipulação de seu presente a partir do ambiente cultural em que viveu. Como o farsante conseguiu convencer boa parte da comunidade de que era o verdadeiro Martin Guerre, narrando com riquezas de detalhes episódios do passado com riquezas de detalhes que quase convenceram os próprios juizes? Teria contado com o auxílio de Bertrande de Rols? De qualquer forma, sua caracterização e a teia de acontecimentos não evidenciam uma esposa passiva e submissa perante os homens, mesmo que sua identidade local tenha sido construída a partir dos padrões de “mulher honesta” e religiosa.

O livro de Davis suscita outras questões, tais como a da construção da identidade no século XVI, a relativização dos dogmas religiosos na vida cotidiana dos indivíduos e grupos sociais, o entendimento do casamento para as camadas populares, entre outras. Mas levanta como questão central o papel feminino no imbricado contexto de relações sociais do cotidiano dominado por homens, evidenciando a necessidade de outras abordagens sobre a suposta submissão das mulheres na história.



Refleta

A fim de prevenir demandas de onde se originam despesas, ódios e inimizades achava justo que cada uma das partes apoentes entregasse a ele juiz todos os documentos em que estribam suas respectivas pretensões para que mandando o mesmo juiz à Corte do Rio de Janeiro examiná-los por dois doutores de conceito daquela Corte e estes depois de pesarem as razões de uma e de outra parte decidirão enfim se os libertandos são na realidade forros ou se escravos do suplicado... (BRASIL, 1828, [s.p.]

Esse é um trecho de um processo judicial transcorrido em Campinas, datado de 1828. Nele, fica evidente que africanos escravizados buscavam a Justiça para discutir situações nas quais consideravam injusta a sua condição de escravizados. Africanos escravizados lutaram

pela sua liberdade, usando os códigos legais de seus proprietários e muitos conseguiram assim suas liberdades. Muitos escravos buscaram a justiça para reivindicar a liberdade, com esse mesmo argumento: eram vítimas de uma escravidão injusta? Poderíamos afirmar que esses escravos poderiam considerar algum tipo de escravidão justa? Ou esse argumento era apenas uma estratégia de resistência para legitimar a busca pela liberdade?

Literatura popular e o Iluminismo

Outro tema importante investigado por esses historiadores da cultura popular diz respeito a como os camponeses, artesãos e trabalhadores em geral, homens e mulheres, tiveram acesso, leram e interpretaram as obras da cultura letrada na Idade Moderna, em especial no século XVIII. Mais especialmente, como esses grupos sociais leram e interpretaram o iluminismo.

Ainda no âmbito da busca pela cultura popular como fator determinante para a explicação dos processos históricos mais amplos, devemos lembrar a obra de Roger Chartier, *A História Cultural: entre práticas e representações*.

Em uma das investigações do autor sobre o universo cultural francês do século XVII, ele buscou entender a complexidade das relações entre o livro e a cultura popular, notadamente a cultura camponesa. Existe um conjunto amplo de problemas teóricos sobre o tema, notadamente sobre as práticas culturais envolvidas na produção literária. Essas práticas envolvem questões autorais, editoriais, de suporte, gêneros literários, entre outros. Ademais, quais são os fatores condicionantes que determinam as formas de apreensão das *representações* contidas em um livro que podem ou não determinar novas *práticas* culturais? Não entraremos aqui nos pormenores dessas discussões, mas as apontamos com o objetivo de clarificar a aridez do debate.

Especificamente sobre as leituras camponesas sobre o iluminismo, o caminho também é árido, visto que a documentação remete a uma aproximação ao tema por vias indiretas: são documentos, em sua maioria, produzidos não pelos camponeses, mas por pessoas letradas que “falam” em seu nome. Mesmo assim, Chartier (2002) aponta para a crescente importância e interesse dos camponeses pela leitura ao longo do século XVIII.

Para os iluministas, a leitura dos camponeses seria uma leitura “perdida”. O diagnóstico sobre a quantidade de livros, de suas “espécies” e os relatos de épocas dos agentes que controlavam as bibliotecas aponta para uma visão negativa sobre a qualidade dessas leituras. No entanto, desde a Renascença, textos escritos se multiplicaram das mais variadas formas (livros e panfletos) e o interesse pela leitura aumentou em todos os segmentos da sociedade. Na França do século XVIII, a leitura foi um elemento fundamental para a propagação dos ideais iluministas.

No entanto, a literatura de cordel, que os iluministas e a cultura “oficial” adjetivaram como inferior e grosseira, teve início na produção literária erudita e a sua popularização ocorreu muito em função dos interesses dos editores. O processo histórico que originou a Revolução Francesa teria tido como uma das causas, sendo ao mesmo tempo consequência, a politização das camadas populares. Tal processo estaria inserido no contexto de aumento dos índices de alfabetização dessas camadas sociais.

Conclusão

A História Social da Cultura permitiu que novos objetos de estudo viessem à luz da pesquisa histórica, bem como antigos objetos de pesquisa fossem reinterpretados. Ademais, esses estudos demonstraram o protagonismo de atores históricos que sempre foram interpretados como passivos e liderados por “Grandes Homens” ou grandes nações. Inúmeros outros autores poderiam ser citados e descritos, porém, para os limites desse texto, convém apenas despertar a curiosidade do estudante para que ele possa aprofundar seus estudos e pesquisas nessa rica perspectiva historiográfica.



Assimile

- As formas de investigação da História sofreram grandes transformações ao longo dos últimos dois séculos. Surgiu o que podemos chamar de Nova História, com novos objetos de estudo.
- Entre esses novos objetos, podemos citar a história da criança, das ideias, da cultura popular, entre outros.
- Clifford Geertz (2008, p. 28-31) é o autor de referência para conceituar

cultura: "sistemas de símbolos significantes, sendo o símbolo tudo aquilo que carrega em si um significado. São esses símbolos que orientam, coordenam e dão sentido às ações humanas".

- Podemos entender cultura popular como define Peter Burke (1989, p.15): "a cultura não oficial, a cultura da não elite, das classes subalternas".
- Entre os recortes possíveis sobre os estudos de cultura popular, podemos destacar:

- A cultura popular operando como formas de resistências a movimentos de mudanças estruturais na economia e na política. Edward P. Thompson buscou evidências da existência de uma cultura popular na Inglaterra do século XVIII que, ao seu modo e de acordo com seus costumes e experiências, confrontou o domínio das elites agrárias. Darnton buscou evidências da existência de rituais culturais na França do século XVIII que demonstram formas de resistência à exploração dos mestres sobre os aprendizes nas oficinas artesanais.

- Edward P. Thompson e Natalie Zemon Davis buscaram, em suas pesquisas, relativizar a suposta passividade feminina nos cotidianos de suas vidas na Inglaterra e na França no século XVIII.

- Roger Chartier buscou demonstrar a importância da leitura popular que os camponeses faziam da cultura erudita e como isso pode ter sido um dos elementos propulsores da Revolução Francesa.



Pesquise mais

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Primeiros Passos).

Nesta obra, o autor faz um panorama historicamente datado das discussões sobre cultura popular.

Filme: **Le retour de Martin Guerre**. Direção de Daniel Vigne. TFI Vídeos. França. 1982. O filme é uma adaptação para o cinema do livro homônimo de Natalie Zemon Davis e contou com a sua colaboração na escrita do roteiro original.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

Sem medo de errar

O que precisa ficar claro para o carnavalesco para que ele possa montar o roteiro do desfile?

O Carnaval era uma festa pagã de povos germânicos cujo objetivo era comemorar a entrada da primavera. A Igreja Católica incorporou essa festa popular para "cooptá-la" para seus propósitos. Assim, o Carnaval passou a ser o momento no qual alguns exageros de comportamento eram permitidos antes de um período de penitência até a Páscoa.

Sobre a Europa, será importante que o carnavalesco entenda a tese de Mikhail Bakhtin para que ele possa explorá-la no desfile, no enredo e na música. O Carnaval, assim, seria uma manifestação da cultura popular na qual as classes sociais subalternas conseguiam, com suas estratégias festivas, criar um mundo sem hierarquias sociais, sem distinção de classes. Nesse sentido, o anonimato resultante do uso de fantasias e máscaras, bem como as trocas de papéis entre homens e mulheres, acentuavam o caráter contestatário da ordem vigente. Em algum sentido, condutas morais e sociais desaprovadas pela cultura oficial são relativizadas e contestadas pelo Carnaval e por outras manifestações populares.

No caso do Brasil, o *entrudo* era uma prática de festa popular comum no Brasil do século XIX. O entrudo era uma manifestação festiva bastante violenta, marcada pelo arremesso de bolas de cera com água em direção aos participantes. Charles Darwin, em 1832, foi testemunha ocular dessas manifestações no Rio de Janeiro.

Quando Vargas toma o poder em 1930, no contexto dos projetos nacionalistas dos anos 30 e de sua prática populista e autoritária, reconhece o Carnaval como manifestação popular legítima, mas passa a controlá-lo por meio da organização oficial dos desfiles.

Tais festas e manifestações da cultura popular sempre foram, enquanto não puderam ser controladas pelo Estado, perseguidas pelos governos das elites proprietárias. Isso ocorreu com o Carnaval e com a capoeira até os anos 20 do século XX. Isso está ocorrendo atualmente com o funk. Projeto de lei que tramita no Parlamento brasileiro sugere a criminalização do funk. Por exemplo, ver <<http://f5.folha.uol.com.br/colunistas/tonygoes/2017/06/proposta-de-proibicao-do-funk-e-absurda-autoritaria-e-inconstitucional.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2017.

O carnavalesco poderia traçar paralelos entre a cultura popular do funk atual com a do carnaval no período anterior a 1930.

Faça valer a pena

1.



Ao contrário da festa oficial, o carnaval era o fundo de uma espécie de libertação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus. Era a autêntica festa do tempo, a do futuro, das alternâncias e renovações. (BAKHTIN, 2008, p. 8-9)

O trecho de texto de Mikhail Bakhtin aponta para uma determinada interpretação das manifestações populares, em especial o Carnaval, qual seja:

- a) O Carnaval seria um momento no qual as classes dominantes aceitavam de forma espontânea as manifestações de rebeldia das classes populares.
- b) As classes subalternas projetavam o Carnaval de forma consciente com o objetivo de contestar o poder de classe dos dominantes e promover revoluções sociais.
- c) O Carnaval seria uma festa popular que, no contexto cultural de sua época, as classes populares utilizavam também para contestar o domínio das classes dominantes pelo tempo em que transcorriam as festas.
- d) Na perspectiva de Bakhtin, o Carnaval seria um “momento cultural” no qual os papéis sociais se invertiam de forma grotesca com o objetivo de anular as tensões entre as classes.
- e) A hierarquia era atacada, de forma simbólica, pelo Carnaval popular, tendo como pano de fundo cultural a crítica à nobreza e ao clero protestante.

2.



No curto prazo, parece provável que os motins e o ato de fixar os preços anulavam seus próprios objetivos. Os fazendeiros ficavam às vezes tão intimidados que mais tarde se recusavam, durante várias semanas, a levar as mercadorias ao mercado. A interdição do deslocamento dos grãos pelo país provavelmente só agravava a escassez em outras regiões. Embora seja possível encontrar exemplos em que os protestos parecem ter como resultado a queda dos preços, bem como seu oposto, e, mais ainda, encontrar exemplos em que parece haver pouca diferença no movimento

dos preços em mercados atingidos por motins ou não, nenhum desses casos — por mais que se perfaça o total ou se tire a média — revela necessariamente o efeito que a expectativa de motins tinha sobre a situação total do mercado. (THOMPSON, 1998, p. 187)

Sobre a interpretação de Thompson da cultura popular na Inglaterra no século XVIII, no contexto do texto anterior recortado, podemos afirmar:

- a) O autor elaborou a tese de que havia uma cultura popular de resistência espalhada em várias de suas manifestações.
- b) Thompson demonstra que os motins populares se caracterizaram por uma primitiva consciência de classe.
- c) O autor afirma que havia uma disputa pela hegemonia entre duas concepções políticas na Inglaterra: uma capitalista, definida pelo poder das elites, e outra popular, definida por noções democráticas de participação.
- d) A luta entre as classes sociais na Inglaterra do século XVIII tinha como elemento principal a consciência de classe da gentry contra a ausência de consciência dos trabalhadores.
- e) O autor afirma que havia uma disputa pela hegemonia entre duas concepções de economia na Inglaterra: uma capitalista, definida pela busca do lucro, e outra popular, definida por noções de moralidade no que diz respeito ao direito de acesso aos alimentos.

3.

Portanto, essa era uma cultura de formas conservadoras, que recorria aos costumes tradicionais e procurava reforçá-los. As formas são também não racionais; não apelam para a "razão" por meio do panfleto, do sermão ou do palanque do orador. Elas impõem uma variedade de sanções pela força, o ridículo, a vergonha, a intimidação. Mas o conteúdo ou os significados dessa cultura não podem ser qualificados facilmente de conservadores, porque na realidade social o trabalho se libera cada vez mais, década após década, dos controles senhoriais, paternais, da paróquia e da corporação, distanciando-se da dependência direta em que ficavam a princípio os clientes da gentry. Em consequência, temos uma cultura costumeira que não está sujeita, em seu funcionamento cotidiano, ao domínio ideológico dos governantes. A hegemonia suprema da gentry pode definir os limites dentro dos quais a cultura plebeia tem liberdade para atuar e crescer; mas como essa hegemonia é laica, e não religiosa ou mágica, pouco pode fazer para determinar o caráter dessa cultura plebeia. (THOMPSON, 1998, p. 19)

Sobre o conceito de cultura popular, presente no texto, podemos afirmar:

- a) A cultura popular nunca é conservadora, pois sempre busca contestar o poder das classes dominantes.
- b) O autor relativiza a noção de que interpreta a cultura popular como algo irracional.
- c) A cultura popular é povoada de crenças mágicas e superstições que facilitam o domínio de classe da gentry.
- d) A cultura popular nunca está subordinada à cultura das elites.
- e) O autor busca entender a racionalidade da cultura popular.

Seção 4.2

Revolução Industrial

Diálogo aberto

Prezado estudante, seja bem-vindo a mais um importante tema da disciplina de História moderna. Nesta seção, examinaremos um tema fundamental para a história da humanidade, qual seja, a Revolução Industrial.

Tratou-se de processo complexo e definidor de nossa contemporaneidade. Do ponto de vista tecnológico, ela foi a gênese de mudanças na produção de mercadorias que definem o nosso presente. Seria impossível imaginar nosso cotidiano sem, por exemplo, os automóveis, a energia elétrica e os computadores. Essa realidade do presente não existiria sem que tivesse ocorrido o nascimento das fábricas na Inglaterra no século XVIII.

Uma parte significativa dos conflitos sociais vivenciados nos centros urbanos europeus nos séculos XIX e XX estiveram ligados, direta ou indiretamente, às atividades fabris e a de seus principais agentes: o operariado urbano.

Ademais, os grandes conflitos militares dos séculos XIX e XX na Europa, na América, na Ásia e na África tiveram grande influência dos interesses da nova classe social hegemônica que surgiu durante a Revolução Industrial, a burguesia industrial.

Em sua atividade como profissional da educação e pesquisador, surgiu uma oportunidade interessante de pesquisa. Em sua cidade, existe uma fábrica que está completando 100 anos de fundação e pretende realizar um trabalho de preservação de sua própria memória. Para isso, ela contrata os seus serviços para organizar uma exposição sobre sua história. Você tem à disposição toda a documentação da empresa, incluindo antigos equipamentos e um rico acervo de fotografias. Que propostas você poderia fazer à empresa sobre a maneira como a exposição poderia ser organizada? Como trabalhar com a memória da empresa? Pense em como você poderia conectar a exposição com os seus conhecimentos sobre a Revolução Industrial.

Entre as várias possibilidades de exploração de pesquisa, uma delas diz respeito às percepções da passagem do tempo e como ele é vivenciado. Os registros da fábrica apontam para vários ex-funcionários já aposentados que estão disponíveis para entrevistas. Como você construiria um acervo de História Oral? Quais seriam os questionamentos a serem feitos aos entrevistados para compreender as transformações nas percepções da passagem do tempo e nas formas com que ele é vivido no passado e no presente?

Não pode faltar

Introdução

A expressão Revolução Industrial foi difundida a partir de 1845 para definir um grande conjunto de transformações tecnológicas, econômicas, sociais e de processos produtivos que ocorreram na Europa, primeiramente na Inglaterra, a partir de 1760. Tais transformações foram impactantes na forma de produção das mercadorias que antes eram resultados da produção artesanal ou da manufatureira. Nesse processo, houve o crescimento do uso da energia das máquinas em detrimento do trabalho manual e da fábrica em relação à manufatura. Tais transformações criaram as condições para que houvesse um grande aumento na produção de mercadorias. Nas palavras de um historiador:



O que significa a frase ‘a revolução industrial explodiu’? Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. (HOBSBAWN, 1991, p. 20)

Tal processo foi revolucionário do ponto de vista tecnológico, em função da utilização de máquinas inventadas por empreendedores que passaram a ocupar a centralidade material no mundo da produção industrial. O aumento exponencial da produção de mercadorias resultou no crescimento do comércio

internacional. Além disso, houve um crescimento urbano significativo em função do adensamento populacional em torno das fábricas e o surgimento de uma massa de trabalhadores fabris denominados operários. Nas fábricas, tiveram início novas formas de gerenciamento do processo produtivo e passou a ocorrer, progressivamente, a divisão manufatureira do trabalho.

Fatores causais do pioneirismo inglês na Revolução Industrial

A Revolução Industrial teve origem na Inglaterra e alguns fatores contribuíram para esse pioneirismo, todos eles interligados entre si.

1. A Inglaterra foi a nação que mais **acumulou capitais** durante o período de crescimento do comércio internacional, entre os séculos XVI e XVIII. Várias foram as causas para essa grande acumulação. Entre elas, podemos citar a relação comercial que a Inglaterra possuía com Portugal. Pelo **Tratado de Methuen**, também conhecido como Tratado de Panos e Vinhos, Portugal passou a exportar sua produção de vinhos para a Inglaterra com baixos impostos e a produção de tecidos ingleses passou a ter o mesmo tratamento no país ibérico. Com isso, Portugal passou a acumular um grande déficit comercial que foi pago com metais preciosos explorados na colônia brasileira, em especial o ouro, que era extraído da região das Minas Gerais. Assim, Londres se transformou no grande centro financeiro da Europa com grande disponibilidade de capitais para investimentos. A Inglaterra teve a **supremacia naval** em grande parte do planeta, em especial a partir dos Atos de Navegação de 1651. Isso permitiu que ela dominasse o comércio internacional e pudesse construir um imenso império colonial que servia de fornecedor de matéria-prima para suas manufaturas e indústrias, além de consumirem suas mercadorias.

2. A **Revolução Gloriosa de 1689** instaurou um regime político liberal, baseado no apoio da burguesia inglesa. Os governos ingleses passaram a impulsionar o capitalismo industrial na Inglaterra.

3. O **triunfo da ideologia liberal** foi marcante na Inglaterra com John Locke (1632-1704) e Adam Smith (1723-1790). Se no plano político o triunfo do ideário de Locke auxiliou na hegemonia

burguesa no parlamento, a formulação liberal de Smith auxiliou na legitimação do capitalismo liberal, criando um ambiente para a propagação da livre concorrência e na prática da liberdade comercial.

4. No século XVIII havia **disponibilidade de mão de obra barata** nos grandes centros urbanos ingleses, como Londres, Manchester, entre outras. Isso ocorreu em função dos cercamentos (*enclosures*), processo pelo qual grande parte dos camponeses ingleses foram expulsos de suas terras comunais pela nobreza inglesa com apoio dos governos absolutistas dos séculos XVI e XVIII. Essas terras deixaram de produzir alimentos para servir de pasto para ovelhas, cuja lã era usada nas manufaturas de tecido. Tais cercamentos proporcionaram um grande êxodo rural, disponibilizando mão de obra excedente para as nascentes fábricas.

5. Na Inglaterra, surgiu um conjunto significativo de **inventores** que passaram a criar máquinas que revolucionaram as técnicas de produção das mercadorias. Além disso, havia recursos naturais em abundância, tais como **ferro e carvão**, que serviram de matérias-primas fundamentais para o início da Revolução Industrial.

Primeira Revolução Industrial (1760-1860)

Os processos de inovação tecnológica na produção de mercadorias na Inglaterra tiveram início na produção de tecidos. Antes de 1760 existia na Inglaterra o sistema doméstico de produção, pelo qual o comerciante entregava a matéria-prima e ferramentas na casa do trabalhador, na área rural. Após um determinado período, ele retornava e retirava os produtos já manufaturados, pagando o trabalhador pelos produtos entregues.

Essa forma de produzir as mercadorias permitiu uma expansão significativa da produção, mas havia alguns fatores limitadores para o aumento da produtividade: o capitalista não controlava nem o tempo nem o ritmo de trabalho dos artesãos. Assim, houve uma tendência de criação de galpões onde os artesãos passaram a trabalhar sob a supervisão do capitalista e a receber salários.

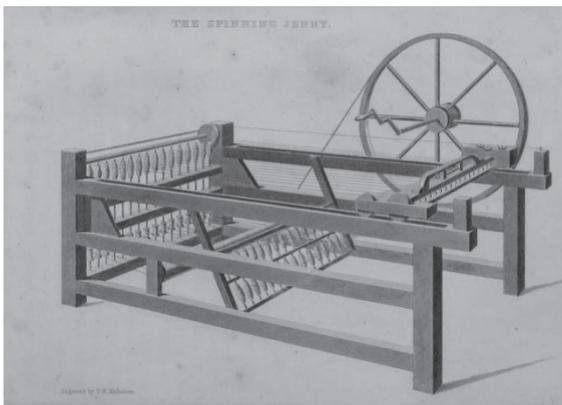
Foi nesse processo que surgiram as primeiras inovações tecnológicas na Inglaterra, com destaque para:

- **Máquina de fiar:** inventada por James Hargreaves, em 1767.
- **Bastidor hidráulico:** produzido por Richard Arkwright, em 1769.
- **Tear mecânico:** patenteado por Edmund Cartwright em 1785.
- **Máquina a vapor:** aperfeiçoada por James Watt em 1769.
- **Barco a vapor:** criado por Robert Fulton (norte-americano) em 1807.
- **Locomotiva:** inventada por George Stephenson em 1825.
- **Telégrafo:** inventado por Samuel Morse em 1844.



Exemplificando

Figura 4.1 | A máquina de fiar



A máquina de fiar foi patenteada por James Hargreaves em 1770. Recebeu o nome de "Spinning Jenny".

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Zeichnung_Spinning_jenny.jpg?uselang=pt-br>. Acesso em: 16 jul. 2017.

A invenção da máquina de fiar, por Hargreaves, revolucionou a produção de tecidos, pois aumentou de forma significativa a produção de fios, que anteriormente era feita pelos artesãos.

A exportação de tecidos ingleses para outras nações foi de fundamental importância para a manutenção de um comércio internacional superavitário. Essas exportações foram garantidas por vários tratados comerciais, por exemplo o Tratado de Methuen, com Portugal. Salienta-se também o tratado assinado com a França, em 1786 (Tratado de Eden-Rayneval), pelo qual os produtos manufaturados ingleses, em especial os tecidos, tiveram seus impostos reduzidos nas exportações para a França.

Os avanços tecnológicos da indústria inglesa, associados ao domínio militar e comercial da Inglaterra sobre grande parte do planeta e ao extraordinário acúmulo de capitais, propiciaram as condições para a utilização intensiva da ciência no aperfeiçoamento dos processos produtivos. Assim, várias outras inovações surgiram, dando início ao que costumemente denominamos Segunda Revolução Industrial.



Assimile

- Revolução Industrial foi um conjunto de transformações tecnológicas, econômicas, sociais e de processos produtivos que ocorreram na Europa, primeiramente na Inglaterra, a partir de 1760.
- Causas da industrialização na Inglaterra:
 - Acúmulo de capitais em função de uma vitoriosa política econômica mercantilista.
 - A supremacia naval que garantiu mercados fornecedores de matérias-primas e consumidoras de produtos industrializados.
 - A existência de governos liberais que incentivaram o crescimento fabril das mais variadas formas.
 - Disponibilidade de mão de obra barata em função do êxodo rural provocado pelos cercamentos.
 - A existência de empreendedores que inventaram máquinas.
 - A disponibilidade de ferro e carvão em abundância em seu território.
- Entre as invenções importantes da Primeira Revolução Industrial, devemos destacar a máquina de fiar, o tear mecânico, a máquina a vapor, a locomotiva e o telégrafo.

Segunda Revolução Industrial (1860)

A partir de 1860 outras inovações tecnológicas importantes foram incorporadas aos processos industriais da Inglaterra, tais como:

- **Produção de aço:** o aço é uma liga que mistura ferro e carbono, sendo muito mais maleável e resistente do que o

ferro puro. Ele já era conhecido muito antes da Revolução Industrial, mas foi Henry Bessemer quem aperfeiçoou o seu processo de fabricação. Esse novo componente das indústrias tornou as máquinas mais resistentes e passou a ser o elemento fundamental da produção industrial.

- **Eletricidade:** a invenção do dínamo permitiu o uso da eletricidade como força motriz das máquinas nas fábricas, substituindo gradativamente o uso de energia gerada da queima do carvão.

- **Motor à combustão interna:** essa invenção permitiu o uso em larga escala da energia gerada pelo petróleo. Permitindo as condições ideais para o surgimento do automóvel.

Expansão da Revolução Industrial

O processo de crescimento das indústrias se expandiu por toda a Europa, chegando à América e Ásia.

- **França:** após a Revolução Francesa de 1789 houve, por várias razões, um crescimento do mercado interno e um relativo crescimento industrial. A partir de 1830 esse crescimento foi acelerado em função do governo de Luis Felipe, que apoiou os investimentos em indústrias.

- **Alemanha:** a região da Prússia, parte da Alemanha atual, foi a pioneira no processo de crescimento industrial e liderou a unificação alemã ocorrida em 1871. No final do século XIX, em função da própria unificação e da tomada da região da Alsácia-Lorena, rica em recursos minerais, a Alemanha se tornou a maior produtora de aço da Europa.

- **Itália:** a industrialização na Itália teve grande impulso com a unificação política em 1871, mas ficou restrita à região norte do país, onde se desenvolveu às margens do Rio Pó.

- **Estados Unidos da América:** nesse país, o crescimento industrial foi potencializado após a vitória do norte urbano e industrial sobre o sul agrário e escravista, na chamada Guerra de Secessão entre 1861-1865.

- **Japão:** nesse país oriental o crescimento industrial ocorreu

após a centralização do poder em torno do rei, na chamada Era Meiji, em 1867.

- **Rússia:** a industrialização na Rússia ocorreu, de forma muito tênue, no final do século XIX apenas em algumas poucas regiões do seu território ocidental, mas continuou a ser fundamentalmente um país agrário.



Reflita

O Vale do Silício é uma região localizada na Califórnia, nos Estados Unidos da América. É a região onde estão localizadas as principais empresas de tecnologia do planeta, tais como Hitachi, Oracle, Google, Facebook e Apple.

Nessa região, por meios dessas centenas de empresas, surgiram inúmeras inovações tecnológicas, entre elas o sistema de compartilhamento de automóveis, denominado Uber.

As inovações tecnológicas sempre trazem perdas e ganhos para a humanidade sob todos os pontos de vista. Como você avalia a relação entre tecnologia e qualidade de vida das pessoas?

Artesanato, manufatura e trabalho fabril

Podemos diferenciar, mesmo que de forma superficial, algumas práticas produtivas:

1. Trabalho artesanal: relação de trabalho do homem com a natureza na qual um artesão tem a propriedade da matéria-prima e das ferramentas de produção, conhecendo todo o processo de produção. O artesão produz e vende sua produção diretamente para o usuário final da mercadoria. Um exemplo desse tipo de trabalho foram as oficinas artesanais que surgiram na Baixa Idade Média europeia e que se organizaram junto às Corporações de Ofício.

2. Trabalho manufatureiro: relação de trabalho na qual os artesãos são reunidos em um mesmo galpão e executam suas tarefas de forma muito parecida com o que faziam nas Oficinas artesanais, mas agora sob a vigilância de um capitalista que supervisiona suas atividades e lhes paga um salário em função das horas trabalhadas.

3. Trabalho fabril: forma de relação de trabalho na qual há parcelamento dos processos implicados na feitura de um produto em numerosas operações executadas por diferentes trabalhadores, já com a existência e o uso de máquinas. Com a evolução do sistema fabril, houve o crescimento desse parcelamento e a instituição do que denominamos *divisão manufatureira do trabalho*. O trabalhador recebe um salário em função das horas trabalhadas.

A forma de administrar do capitalista industrial era historicamente nova. Desde o início da Revolução Industrial os capitalistas aperfeiçoaram seus métodos de vigilância sobre os trabalhadores fabris (operários), porém foi na segunda metade do século XIX que tais métodos passaram a sofrer grande influência do cientificismo reinante do período. Dentre os pensadores que estudaram o ambiente fabril e propuseram formas aprimoradas para esse controle, destaca-se Frederick Winslow Taylor (1856-1915).

Toda a obra de Taylor caminhou no sentido de demonstrar que a necessidade absoluta da *gerência científica* é impor ao trabalhador uma maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado. O trabalhador não pode ter nenhuma decisão sobre seu trabalho. O gerente deve efetuar o controle do modo concreto de execução de toda atividade no trabalho, desde a mais simples à mais complicada. A gerência deve reunir todo o conhecimento tradicional que no passado foi possuído pelos trabalhadores e classificá-los, tabulá-los, reduzindo esse conhecimento às regras, leis e fórmulas. Todo trabalho cerebral deve ser banido do local da produção e centrado no departamento de planejamento ou projeto.

O propósito do estudo do trabalho nunca deve ser robustecer a capacidade do trabalhador, concentrar nele maior capacidade científica ou elevá-lo ao nível das técnicas empreendidas na produção, mas sim baratear o do custo trabalhador ao diminuir seu preparo e aumentar sua produção. Como já escrevi antes:

A gerência científica implica em preparar as tarefas e sua execução, especificando não só o que deve ser feito, mas também como deve ser feito. Se o primeiro princípio é o



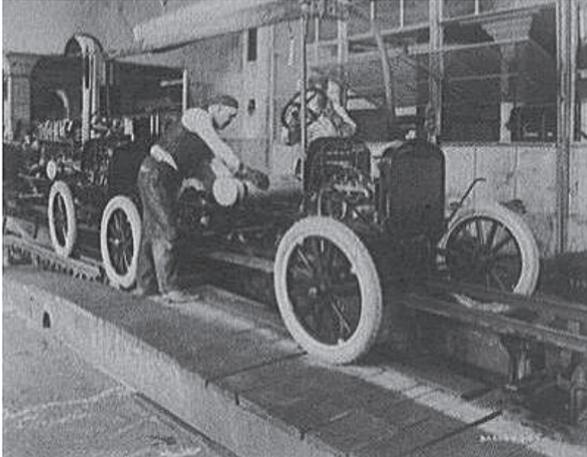
recolhimento do conhecimento entre os trabalhadores sobre as formas de produção, o terceiro é a utilização deste monopólio de conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de produção.

As consequências da aplicação da *gerência científica* sobre os trabalhadores são várias. A separação de trabalho mental e manual reduz a necessidade de trabalhadores diretamente na produção, já que o trabalho mental passa para outros funcionários da empresa. A consequência inexorável da separação entre concepção e execução é que o processo de trabalho é dividido em locais distintos e em distintos grupos de trabalhadores. Num local, um grupo de trabalhadores executa os processos físicos da produção e em outro local outro grupo de trabalhadores concebe previamente as atividades antes de elas serem postas em movimento. Todo o trabalho de planejamento, que antes era feito pelo próprio artesão, é agora feito por um setor de planejamento ou processos. Ambos continuam sendo necessários à produção. Assim, o processo de trabalho retém sua unidade. Os trabalhadores que se especializam no planejamento e processos continuam sob a vigilância do capitalista, através de uma hierarquia de poder no interior da empresa. A tendência é de proletarianização dos trabalhadores em planejamento e processos e dos trabalhadores em escritórios em geral, na medida em que suas próprias tarefas cotidianas também são objeto do *gerenciamento científico*, transformando a própria tarefa de planejar e controlar a produção como destituídos do vínculo entre trabalho e conhecimento. O trabalhador, enfim, se vê destituído do conhecimento que era característico do artesão típico da pré-revolução industrial. (DAMASIO, 1998, p. 127-128)

Karl Marx, ao descrever esse processo, o denominou de **estranhamento** (*Entfremdung*). O taylorismo alcançou seu auge no sistema de produção criado por Henry Ford (1863-1947) nos Estados Unidos da América, responsável pela criação das linhas de produção composta por esteiras rolantes nas quais as operações fabris eram feitas. Como as esteiras rolantes tinham velocidade constante, elas ditavam o ritmo de produção, fazendo com que os operários tivessem seu ritmo de trabalho determinado pelas máquinas. Tal método foi fundamental para a criação da indústria automobilística.



Figura 4.2 | Trabalho na linha de montagem fordista



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ford_fertigung_1923.jpg?uselang=pt-br>. Acesso em: 24 jul. 2017.

A imagem retrata uma linha de montagem de automóveis em seus primórdios, apontando para aquilo que Marx denominou de estranhamento ou alienação do trabalhador, ou seja, a existência de um modelo de produção que separa drasticamente o planejamento da produção e a produção em si.

Algumas consequências da Revolução Industrial

Várias foram as consequências da Revolução Industrial na Europa ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Vamos nos ater a algumas delas.

1. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que ocorreu o aparecimento de uma **nova classe social** fundamental nas lutas políticas que se seguiram na Europa: o operariado urbano, trabalhadores fabris que viveram em condições sociais e de vida aviltantes com extensas jornadas de trabalho, baixíssimos salários e com a exploração sem limites do trabalho feminino e infantil.

2. Esse operariado fabril e urbano demonstrou sua insatisfação de várias formas ao longo do século XIX, criando alguns **movimentos de contestação**. Um deles foi o **ludismo**,

nome criado a partir do personagem Ned Ludd, cuja estratégia foi quebrar máquinas que eram vistas como as causadoras de suas péssimas condições sociais e de trabalho. Outro movimento importante ocorrido na Inglaterra foi o dos **cartistas**, movimento de trabalhadores que enviavam cartas ao parlamento inglês exigindo sufrágio universal para a representação no parlamento, entre outras reivindicações.

3. Outra transformação também importante diz respeito à **noção do tempo** e de como ele passou a ser vivenciado em função das necessidades da produção fabril, cada vez mais dependente do relógio, instrumento de medição do tempo que se tornou popular no século XIX. Com o crescimento do ritmo das máquinas não há mais tempo a ser desperdiçado e o ócio passou a ser combatido como um mal, até mesmo como pecado diante da divindade. As transformações pelas quais a Europa passou a partir da Revolução Industrial levou a um processo de disciplinarização das massas urbanas. Nas palavras de Edward P. Thompson (1998, p. 300-301):



As evidências são abundantes e nos lembram, pelo método do contraste, até que ponto nos habituamos a diferentes disciplinas. Sociedades industriais maduras de todos os tipos são marcadas pela administração do tempo e por uma clara demarcação entre o 'trabalho' e a 'vida'. [...] O que precisa ser dito não é que um modo de vida seja melhor do que o outro, mas que esse é um ponto de conflito de enorme alcance, que o registro histórico não acusa simplesmente uma mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também a exploração e a resistência à exploração, e que os valores resistem a ser perdidos bem como a ser ganhos.

O autor ressalta a necessidade de perceber as alterações de percepções do tempo como um processo que não é consensual, mas sim produto e resultado de conflitos entre as classes sociais.



Assimile

- Entre as invenções mais importantes da Segunda Revolução Industrial, devemos destacar o novo processo de produção de aço,

o uso da eletricidade como energia para as máquinas e o motor a combustão interna.

- Durante a Revolução Industrial foi criada a gerência científica (taylorismo), que teve como consequência o aumento da divisão manufatureira do trabalho.
- O taylorismo foi aperfeiçoado por Henry Ford, que criou as linhas de produção da indústria automobilística.
- Entre as consequências da Revolução Industrial, destacam-se:
 - O surgimento da classe operária, como nova classe social urbana.
 - O aparecimento de movimentos de contestação à hegemonia fabril e burguesa, tais como o ludismo e o cartismo.
 - Nesse processo, houve um movimento de disciplinarização dos trabalhadores para garantir a satisfação das necessidades das novas fábricas e de seus proprietários.
- A Revolução industrial se expandiu para vários países ainda no século XIX, tais como França, Itália, Alemanha, Japão, Estados Unidos da América e Rússia.



Pesquise mais

Tempos Modernos. Direção: Charles Chaplin. United Artists, 1936. 113 min.

Nesta obra-prima de Charles Chaplin, ele produz, por meio do humor, uma crítica severa ao fordismo e à alienação dos trabalhadores de fábricas com linha de produção.

DECCA, Edgard Salvadori de. **O nascimento das fábricas.** São Paulo: Brasiliense, 1996. (Tudo é História, nº 51).

Nesta obra, o autor busca investigar e entender o ambiente fabril como uma construção social e não apenas como um fenômeno tecnológico.

Sem medo de errar

Sugestão de encaminhamento para o trabalho proposto pela indústria em seu centenário:

1. Em primeiro lugar, o pesquisador deverá levantar e ler quatro tipos de bibliografias:

- a) Bibliografia sobre a industrialização do Brasil.
- b) Bibliografia sobre a história da cidade ou região onde está localizada a fábrica.
- c) Bibliografia sobre História Oral, em especial o livro de BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- d) Bibliografia sobre a relação entre produção histórica e imagens, por exemplo: BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**: imagem e história. Bauru: EDUSC, 2004.

2. A partir das leituras e da análise das fontes históricas disponíveis, será possível escrever um projeto de pesquisa que inclua as seguintes preocupações:

- a) O projeto em si deve apontar um método de pesquisa que leve em consideração a documentação disponível.
- b) Recorte um objeto de pesquisa em função da leitura das bibliografias e do material disponível para pesquisa.
- c) Não se iluda em desejar “pesquisar tudo” e abarcar todos os objetos possíveis de serem investigados, pois isso seria um trabalho de décadas, mesmo que não o fizesse sozinho.
- d) Estabeleça um prazo de pesquisa em função do dimensionamento das atividades de leitura, pesquisa empírica e produção dos resultados.
- e) Se necessário, dimensione a equipe de auxiliares que você necessitará para realizar os trabalhos, tais como estagiários, por exemplo.

f) Dimensione os materiais e equipamentos que usará, tais como filmadoras e gravadores.

3. Sobre o objeto de pesquisa em si, uma sugestão é caminhar nos rumos da recuperação da memória dos funcionários da empresa que estejam vivos e de suas percepções sobre o mundo do trabalho com a seguinte sugestão de questionamentos:

a) As primeiras perguntas devem ser soltas e sem grandes intenções; deve ser um bate-papo para buscar a confiança do interlocutor.

b) Informações gerais sobre nascimento, infância, família, educação formal e atividades profissionais vivenciadas.

c) As perguntas devem ser genéricas, pois a memória será seletiva e impressões gerais e escolhidas pelo interlocutor serão oferecidas. O interlocutor decide, na prática, quais são os temas sobre os quais gosta de falar.

d) Busque informações sobre a relação entre o mundo do trabalho e a família, relações entre elas.

e) Busque informações sobre quais eram os sentimentos ou quais são os sentimentos ligados ao trabalho.

f) Sobre a questão do tempo, pergunte como era a divisão do tempo de trabalho dos pais em sua infância e como era a sua. Havia diferenças entre elas?

4. No projeto, você deve indicar os produtos finais que serão entregues à empresa, entre eles:

a) Produção escrita sob a forma de uma obra literária (livro).

b) Exposição do material iconográfico.

c) Produção de um *site* para exposição virtual de toda a pesquisa.

d) No *site* criado, é possível inserir o banco de entrevistas feitas ao longo do projeto.

Faça valer a pena

1.



A máquina a vapor, tornando possível o uso da energia em todos os artifícios mecânicos, em quantidades maiores do que qualquer outra coisa conseguiria realizar no passado, foi a chave para tudo o que ocorreu em seguida, sob o nome de Revolução Industrial. A face do mundo mudou mais drasticamente (e mais rapidamente) do que em qualquer outra época desde a invenção da agricultura, cerca de 10 mil anos antes. (ASIMOV, 1993, p. 395)

Sobre os efeitos da invenção da máquina a vapor no século XIX, podemos afirmar:

- A invenção da máquina a vapor possibilitou o aumento da produção artesanal.
- A máquina a vapor foi determinante para o progresso da indústria química.
- Não há relação entre a invenção da máquina a vapor e outros inventos da Revolução Industrial.
- Ela foi determinante também para novas invenções no setor de transportes.
- O aumento da produtividade industrial teve as máquinas a vapor como única causa.

2.



O fato marcante da Revolução Industrial foi o de ela ter iniciado uma era de produção em massa para atender às necessidades das massas. Os assalariados já não são mais pessoas trabalhando exaustivamente para proporcionar o bem-estar de outras pessoas; são eles mesmos os maiores consumidores dos produtos que as fábricas produzem. A grande empresa depende do consumo de massa. Em um livre mercado, não há uma só grande empresa que não atenda aos desejos das massas. A própria essência da atividade empresarial capitalista é a de prover para o homem comum. Na qualidade de consumidor, o homem comum é o soberano que, ao comprar ou ao se abster de comprar, decide os rumos da atividade empresarial. (MISES, 2013a, [s.p.])

Nesse trecho de texto, o autor consagra uma determinada visão e entendimento da sociedade capitalista ocidental, qual seja:

- O verdadeiro ator do capitalismo industrial é o homem comum, de classe média alta, que vende sua força de trabalho por altos salários.

- b) O capitalismo industrial está condicionado à lei da oferta e da procura, em especial em relação ao desejo dos assalariados.
- c) A industrialização foi marcada pelo progresso do homem em seu enfrentamento com a natureza e melhorou de maneira uniforme o padrão de consumo dos ingleses.
- d) O capitalismo está ancorado na luta entre classes sociais, em especial na luta entre patrões e empregados.
- e) Trata-se de uma visão liberal de sociedade e economia, na qual a presença do Estado serve para regular as funções das empresas e dos consumidores.

3.

A indústria algodoeira britânica, como todas as outras indústrias algodoeiras, tinha originalmente se desenvolvido como um subproduto do comércio ultramarino, que produzia sua matéria-prima [...] e os tecidos indianos de algodão, ou chita, que conquistaram os mercados que os fabricantes europeus tentariam ganhar com suas imitações. Inicialmente eles não foram muito bem-sucedidos, embora melhor capacitados a reproduzir competitivamente as mercadorias grosseiras e baratas do que as finas e elaboradas. Felizmente, entretanto, o velho e poderoso interesse estabelecido do comércio lanífero periodicamente assegurava proibições de importação de chitas indianas (que o interesse puramente mercantil da Companhia das Índias Orientais procurava exportar da Índia nas maiores quantidades possíveis), dando assim uma chance aos substitutos da indústria algodoeira nativa. Mais barato que a lã, o algodão e as misturas de algodão conquistaram um mercado doméstico pequeno, porém útil. Mas suas maiores chances de expansão rápida estavam no ultramar. (HOBBSAWN, 1991, p. 26)

O texto de Hobsbawm relata uma situação contraditória na questão da relação entre comércio exterior e produção doméstica. Assinale a alternativa que aponta essa contradição interna na Inglaterra.

- a) Havia divergência de interesses entre a Companhia das Índias Orientais e os produtores de lã.
- b) A Índia exportava livremente seus tecidos para a Inglaterra, sob a proteção do governo inglês.
- c) A origem do processo de industrialização na Inglaterra tem profunda relação com a exploração comercial ultramarina, em especial na África.
- d) A indústria algodoeira inglesa apenas se desenvolveu após a invenção da máquina a vapor.
- e) Houve grande contradição entre a produção de tecidos grosseiros e os de alta qualidade.

Seção 4.3

Revolução Francesa

Diálogo aberto

Olá, estudante! Nesta seção, estudaremos um processo histórico instigante: a Revolução Francesa, ocorrida entre 1789 e 1799. Ela é considerada por muitos historiadores como um marco fundamental para a separação entre História moderna e História contemporânea. Tal divisão da História ocidental está presente até hoje nos livros didáticos de História.

Sobre ela, escreveu o historiador Eric Hobsbawm (1991, p. 49): “Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa”. Ou seja, o autor salienta a importância da Revolução Francesa, afirmando que ela foi fundamental para a formação do mundo político ocidental. Claro que você deverá trabalhar a ideia de uma mudança significativa nas práticas políticas com seus alunos, tendo como referência a Revolução Francesa. A ideia é que você, além de abordar o tema histórico em si, reflita com seus alunos sobre os reflexos desse processo histórico atualmente.

Nesse contexto, imagine que você está pesquisando sobre Revolução Francesa e seus reflexos na atualidade, quando se depara com a seguinte notícia: <<https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/25/artilheiro-da-franca-nao-cantao-hino-do-pais-em-protesto-contraxenofobia.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2017. Como você encaminhará sua pesquisa sobre a Revolução Francesa a partir dessa notícia? De qual forma você refletirá sobre a resignificação dos símbolos nacionais ao longo do tempo, levando em consideração os vários significados da Revolução Francesa? Quais outros símbolos nacionais podem ser analisados sob a mesma perspectiva no Brasil e no mundo?

Introdução

A Revolução Francesa (1789-1799) é um dos processos históricos mais importantes da História do mundo ocidental, marcando, em conjunto com a Revolução Industrial, uma ruptura profunda nos alicerces políticos e econômicos do Antigo Regime (séculos XVI ao XVIII). Nela, o regime absolutista de governo foi confrontado por meio de uma guerra civil que perdurou por 10 anos e contou, inclusive, com a decapitação do rei na guilhotina.

Além disso, o processo revolucionário permitiu o destaque de importantes atores sociais, em especial os camponeses e populações pobres das cidades, que participaram ativamente do processo. Ademais, a sua importância é de tamanha grandeza que historiadores de várias linhas teóricas a pesquisam, interpretam e reinterpretam até hoje – na clássica linha do tempo ocidental –, ela marca o início da história contemporânea.

A França antes da Revolução de 1789

Ao final do século XVIII, a estrutura social da França permanecia fundamentalmente **aristocrática**, porém os burgueses do setor financeiro e comercial tinham se tornado a classe social hegemônica do ponto de vista econômico. Apesar de tamanha importância econômica, esses **burgueses** não detinham o poder político. Parte significativa dessa burguesia tratou de aderir à filosofia iluminista e buscar mudanças no sentido de limitar o poder dos reis.

O regime político era **absolutista** e os poderes, assim, se concentravam nas mãos dos reis da dinastia Bourbon. Internamente, ainda vigoravam as **alfândegas internas** com cobrança de impostos sobre mercadorias que transitavam entre as várias partes do território, o que seria um empecilho para o desenvolvimento do capitalismo.

Os **camponeses** formavam a esmagadora maioria da população e parte deles ainda viviam sob laços de servidão, típicos do período feudal. A **população urbana** crescia de forma significativa,

especialmente em Paris, e vivia o agravamento das **dificuldades de abastecimento de alimentos** em um momento em que a agricultura francesa passava por uma séria crise de produção em função das secas das duas últimas décadas do século XVIII.

A sociedade estava dividida em **estamentos**, compostos pelo clero (primeiro estado), pela nobreza (segundo estado) e pelo “povo” (terceiro estado). Clero e nobreza possuíam **privilégios**, como a isenção de pagamentos de impostos.



Exemplificando

Figura 4.3 | Os três estados



Caricatura revolucionária produzida em 1789 satiriza o clero e a nobreza, que agora deve “carregar” o terceiro estado.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:J%27savois_ben_qu%27%27aurions_not_tour.jpg?uselang=pt-br>. Acesso em: 28 jul. 2017.

Um dado importante da França antes de 1789 foi a deterioração da **situação fiscal** do Estado francês. No final do governo de Luis XIV, a França, mesmo sendo a maior potência europeia, começava a dar sinais de enfraquecimento. Ao se envolver em várias **guerras** ao longo do século XVIII, o tesouro real francês começou a ter sérios déficits em função dos gastos militares. Os conflitos militares

foram a Guerra de Sucessão Austríaca (1740-1748), a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e o envolvimento francês na Guerra de Independência dos Estados Unidos da América (1776-1783). Além das guerras nas quais a França se envolveu, lembremos que os **gastos públicos** com a manutenção da **corte real** em Versalhes eram significativos.

Quando Luis XVI assumiu o trono francês em 1774, já existia uma forte crise nas finanças do Estado francês. Começava um período de reformas na França. Para tal empreitada, o rei nomeou o fisiocrata Anne Robert Jacques **Turgot** (1727-1781) para ser seu ministro das finanças. Turgot buscou incentivar a produção industrial da nação e reduzir as barreiras para o comércio interno de produtos agrícolas, mas seu maior desafio seria reduzir ou eliminar o déficit financeiro do governo, propondo redução dos gastos da corte e a criação de **impostos sobre as atividades do clero e da nobreza**. Essas últimas medidas não foram aceitas pela monarquia, pela nobreza e pelo clero. Em 1776, Turgot pediu demissão do cargo por não conseguir fazer com que clero e nobreza pagassem impostos.

Para substituir Turgot, Luis XVI nomeou um banqueiro genebrino Jacques **Necker** (1732-1804). Esse ministro tentou ser cauteloso com os interesses da corte, da nobreza e do clero, mas acabou tornando pública a desastrosa situação fiscal do governo francês, dando especial destaque aos gastos da corte, acabando por ser dispensado do cargo. O rei nomeia Charles Alexandre, visconde de **Calonne**, para o comando das finanças da nação. O novo ministro retoma os planos de Turgot, sem sucesso.

Agravamento da crise na França

A **crise econômica e financeira da França se agrava ao longo dos anos 80** do século XVIII. Várias foram as causas desse agravamento.

A **crise financeira** do estado francês se avolumava e os ministros indicados pelo rei não conseguiram estancar os gastos públicos, como também não conseguiram aumentar a arrecadação de impostos. Os preços dos vinhos exportados pela França sofreram

queda em função de acordos comerciais desvantajosos para os seus produtores, ampliando a **crise econômica**.

Ao longo da década de 1780, a **agricultura francesa** vivenciou uma vigorosa **crise de produção** em função de fenômenos climáticos, com variações na produção de trigo ao longo do período. Na safra agrícola de 1787, produziu-se trigo em grande quantidade, fazendo com que os preços despencassem e isso fez com que os camponeses reduzissem a produção nos dois anos seguintes.

Uma grande quantidade de **panfletos de inspiração iluminista** se propagou por toda a França, em especial em Paris, criticando abertamente a monarquia absolutista.

Diante da crise que se apresentava, Luis XVI decidiu convocar os **Estados Gerais**, órgão meramente consultivo que reunia representantes dos três estados: clero, nobreza e "povo". Anteriormente, a última convocação ocorreu em 1614, no reinado de Luis XIV. Pela tradição, o rei consultava os três estados que poderiam votar soluções para resolução de problemas do reino e o **sistema de votação** tinha como critério a consideração *de um voto por estado*. Assim, o terceiro estado, representante da absoluta maioria do povo francês, tinha direito a apenas um voto.

Logo após a convocação dos Estados Gerais, a agitação contestatória ao absolutismo se espalhou pela França, sob a forma de **panfletos iluministas** e dos *Cahiers de Doléances* (Lista de Queixas), que exigiam aumento da representação do terceiro estado e sistema de votação "por cabeça", ou seja, por representante e não mais por estado. Naquele momento, a nobreza liberal e o baixo clero aderiram ao movimento de contestação ao poder absoluto dos reis.

O Abade de Sieyés sintetizou as contestações num célebre escrito que circulou pela França:



O plano desse escrito é muito simples. Temos três questões a tratar: 1) O que é o Terceiro Estado? Tudo. 2) Que foi ele até o presente na ordem política? Nada. 3) Que solicita? Tornar-se alguma coisa. [...] Mas de que lhe serviria participar dos Estados Gerais se o interesse contrário ao

seu aí predominasse? O povo apenas consagraria pela sua presença a opressão de que ele seria vítima eterna. (SIEYÉS, 1789 apud HOBBSAWN, 1991, p. 43)

Assembleia Nacional (1789-1792)

Diante do impasse nas discussões e sem solução para a crise financeira do Estado francês, os representantes do terceiro estado, da nobreza liberal e do baixo clero se autoproclamam em **Assembleia Nacional Constituinte** e passam a escrever uma Constituição para a França. A partir desse momento, os fatos se precipitam e o que Luiz XVI acreditava ser uma simples revolta se transforma em uma revolução política.

A maioria do exército do rei adere à revolução e a agitação toma conta de Paris. Armas são distribuídas à população. A **Bastilha**, antiga prisão e símbolo do absolutismo francês, é tomada pela população em 14 de julho de 1789. Em agosto, os movimentos revolucionários se estenderam para o campo quando os **camponeses passaram a assaltar castelos e muitos nobres e membros do clero** foram massacrados. A Assembleia Nacional Constituinte **aboliu todos os privilégios feudais**, tais como dízimos, isenção de impostos, privilégios de ocupação de cargos em tribunais, corporações de ofício, entre outros.



Exemplificando

Figura 4.4 | A tomada da Bastilha



A tomada da Bastilha vista por Claude Cholat, que participou do evento.

Fonte: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Siege_of_the_Bastille_\(Claude_Cholat\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Siege_of_the_Bastille_(Claude_Cholat).jpg)>. Acesso em: 26 jul. 2017.

No mês de agosto, a Assembleia aprovava a **Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão**, documento que consagra o respeito às liberdades individuais e à igualdade dos cidadãos perante a lei. Sob o ardor dos acontecimentos e sentindo as dificuldades de abastecimento de alimentos, pobres de Paris marcharam até o Palácio de Versalhes e obrigaram a família real a voltar para Paris. Assustados e sem capacidade de reação, parte da nobreza e do clero começam a deixar o país e seguir, principalmente, rumo ao Sacro Império Romano-Germânico.

O governo revolucionário acolhe uma proposta de **expropriação das terras da Igreja** como forma de atenuar os problemas financeiros do governo francês. Começa no Sacro Império Romano-Germânico um movimento para organizar um exército estrangeiro para invadir a França e acabar com a Revolução. Preso, o rei tenta fugir com a família, mas é capturado novamente.

A promulgação da Constituição consagrava os princípios iluministas, assinada por Luis XVI, e determinava o voto censitário para as eleições do Parlamento, a partir de critérios de pagamento de impostos. Ademais, logo depois, as greves e os sindicatos foram considerados ilegais. Assim, apenas as elites econômicas francesas teriam direito à participação política. A Assembleia Constituinte foi dissolvida e uma eleição foi realizada para definição da Assembleia Legislativa.

Em função do critério censitário, a Assembleia Legislativa contava com maioria de membros da alta burguesia, divididos entre os **leuillants** (representantes da burguesia financeira) e os **girondinos** (representantes da burguesia comercial e industrial). Havia também os **jacobinos** (representantes das classes médias) e os **cordeliers** (representantes das camadas populares).

Em abril de 1792 os emigrados franceses e os exércitos da Áustria e da Prússia atacaram a França, sendo vencidos pelas tropas populares que protegeram Paris e expulsaram o exército invasor.

A tentativa de invasão de tropas estrangeiras influenciou a decisão da Assembleia Constituinte de convocar novas eleições, usando o critério do voto universal. Uma nova Assembleia foi formada com uma composição diferente da primeira, com destaque para três grupos políticos: **girondinos**, **jacobinos** e os remanescentes

dos *leuillants*, denominados de **pântano**. Logo após a expulsão das tropas estrangeiras, a República foi proclamada, em setembro de 1792. Em janeiro de 1793 o rei foi condenado e executado na guilhotina.

Convenção Nacional (1792-1795)

Sentindo-se ameaçadas, as potências absolutistas da Europa se uniram para a criação da primeira coligação militar contra a Revolução Francesa. Áustria, Prússia, Holanda, Espanha e Inglaterra uniram-se para conter o movimento. Além disso, eclodiu uma revolta contra a Revolução na região da Vendéia, liderada por católicos realistas.

No ardor dos acontecimentos e das pressões externas e internas, os jacobinos desfecham um **golpe de estado** e tomam o poder, liderados por Jean-Paul Marat, Jacques Hébert e Jacques Roux com o apoio dos *sans-culottes* (camadas populares de Paris). Todos os girondinos foram presos. Começaria assim a **República Jacobina**, chamada de **Período do Terror** pelos girondinos.

Uma nova constituição foi aprovada com garantia de voto universal a todos os franceses com mais de 21 anos. No poder, pressionados pelos *sans-culottes*, os jacobinos adotaram várias **medidas populares**, tais como o fim da escravidão nas colônias, o tabelamento de preços de gêneros alimentícios, criação do ensino gratuito e obrigatório, entre outras medidas. Também sob seu governo derrotaram a coligação estrangeira que invadira a França e reprimiram a revolta da Vendéia.

Comandando o *Comitê de Salvação Pública*, os jacobinos começam a perseguir seus opositores, sob o comando de Maximilien de Robespierre (1758-1794), inaugurando o que pode ser definido como terrorismo de Estado, com a execução de dezenas de milhares de pessoas na guilhotina. Nesse período, tem início uma divisão interna entre os jacobinos: os moderados, que desejavam o fim das execuções na guilhotina, e os radicais, que desejavam a continuidade das execuções. Muitos jacobinos moderados foram executados. As divisões internas levaram ao fim da hegemonia dos jacobinos e permitiram que os girondinos retomassem o poder.

Diretório (1795-1799)

Após a queda dos jacobinos, os grupos representados pelo pântano e pelos girondinos assumem o poder. A **alta burguesia francesa** consegue reassumir o poder e passa a reformular as leis do período da Convenção: as eleições voltaram a ser guiadas pelo voto censitário e os preços deixaram de ser controlados. O novo governo passa a ser composto por um Diretório de cinco membros eleitos pela Assembleia Legislativa e os novos governantes passam a incentivar os empreendimentos capitalistas.

Apesar do crescimento econômico verificado no período, as elites Francesas tiveram que combater outro movimento popular: a **Revolta dos Iguais**, comandada por François Babeuf.

Passados dez anos de revolução e guerra civil, ameaças e invasões de exércitos estrangeiros e centenas de milhares de mortos, o povo francês estava cansado. A corrupção de governo e a inflação continuavam a criar consequências sociais desastrosas para o povo francês. Em 1798, uma nova coligação de tropas estrangeiras se formava para invadir a França. A burguesia francesa, assustada com os rumos da Revolução e com as perspectivas futuras, decide entregar o poder a um habilidoso general. Napoleão Bonaparte toma o poder em novembro de 1799, data muitas vezes considerada como o fim da Revolução Francesa – apesar da ambiguidade do governo napoleônico.

Considerações sobre a historiografia da Revolução Francesa

A Revolução Francesa é um dos processos históricos mais pesquisados pelos historiadores contemporâneos e dessas variadas pesquisas e leituras diferenciadas dos documentos de época, várias explicações surgiram sobre ela. Tais **discordâncias** opõem fundamentalmente pensadores liberais e marxistas.

Ao longo do século XIX, vários outros **autores liberais** se debruçaram sobre o tema, muito influenciados pelas agitações revolucionárias da França ao longo desse século. Atentemos ao fato de que, após a derrota de Napoleão Bonaparte em 1815, a França foi governada por dois reis que pretenderam restaurar o absolutismo na França, Luis XVIII e Carlos X, e que a maioria das nações europeias continuava sendo governada por reis absolutistas

que condenavam a Revolução. Os historiadores liberais da Revolução Francesa no século XIX produziram suas obras em meio à continuidade da luta contra o que acreditavam ser um retrocesso político diante das conquistas de 1789, sempre ameaçadas por governantes conservadores.

Um dos autores fundamentais para essa escola liberal foi **Alexis de Tocqueville** (1805-1859), que pesquisou documentos históricos de forma consistente e compreendeu o processo revolucionário como o resultado de transformações sociais, tais como o crescimento da disfuncionalidade da nobreza, classes médias e dos camponeses. Tocqueville argumenta que a nobreza possuía grande *status*, mas seu poder estava diminuindo ao longo do século XVIII; as classes médias passaram a ter elevado poder econômico, mas sem nenhum poder político; grande parte dos camponeses deixou a condição de servos e passou a ter pequenas propriedades, tornando-se agentes de mercado. Essas mudanças sociais teriam criado a citada disfuncionalidade causadora de insatisfações com o Antigo Regime. Além disso, entre outros fatores causais, o papel dos pensadores iluministas teria sido fundamental para explicar a Revolução.

A **tradição liberal** na historiografia aponta para uma **revolução linear** e o período mais violento, o período do Terror (1793-1794), que é abordado como um momento de excesso ocorrido em função de situações excepcionais. A verdadeira revolução, para a interpretação liberal, seria a de 1789 com a promulgação de uma Constituição que limitava o poder dos reis, abolia os privilégios feudais da nobreza e do clero e garantia as liberdades individuais e a propriedade privada.

Recentemente, historiadores lançaram novas interpretações sobre a Revolução Francesa. Entre eles, podemos destacar **François Furet, Denis Richet e Elizabeth Eisenstein**, que afirmam terem sido **a nobreza e a burguesia parte de uma elite que desejava limitar o poder dos reis** e buscar soluções para os problemas financeiros do Estado francês, ou seja, não havia divergência de interesses entre burgueses e nobres, em sua grande maioria. A participação popular na Revolução, protestando e pressionando por questões como abastecimento, teria sido o principal fator para explicar a radicalização do movimento em um momento em

que a França vivia uma séria crise na agricultura. Isso explicaria a ascensão ao poder de um líder autoritário como Robespierre, que teria se aproveitado da situação social caótica para, em meio ao processo revolucionário liberal, impor uma ditadura.

Outra interpretação da Revolução Francesa foi vastamente oferecida pelos **historiadores marxistas**. Em verdade, o próprio **Karl Marx** interpretou a Revolução de forma a buscar demonstrar que ela teria sido o grande exemplo das **revoluções burguesas**, ou seja, um processo histórico no qual a **burguesia, com interesses opostos aos da nobreza e clero**, teria tomado o poder de Estado em nome de um projeto de constituição de um Estado liberal, ligado aos seus interesses.

Para Marx e os marxistas, o Iluminismo seria uma espécie de legitimação ideológica dessa tomada de poder pela burguesia. Isso explicaria a sociedade francesa que teria surgido após a Revolução, que não era nem igualitária, nem fraterna, nem livre. Ela continuaria a ser uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas, agora com preponderância para o antagonismo entre burguesia e proletariado. A radicalização da revolução teria sido resultado das pressões das *classes sociais dominadas* pela burguesia e teriam sido decisivas para a existência de outros projetos revolucionários mais profundos para a sociedade e política francesas. Teria existido, assim, várias revoluções entre 1789 e 1799.

Vários historiadores seguiram os caminhos de Marx e aqui podemos citar Albert Soboul (1914-1982) e George Lefebvre (1874-1959). Eles buscaram pesquisar e salientar as aspirações das classes populares (jornaleiros, artesãos, camponeses, entre outros), que teriam sido guiadas pelos ideais de luta contra o absolutismo, mas que, no desenrolar do processo revolucionário, teriam construído lutas autônomas. Teriam sido essas lutas populares as responsáveis pelos avanços e recuos da revolução. Em suma, nas palavras de Soboul (2007, p. 109), a Revolução Francesa



consigna-se desta maneira um lugar excepcional na história do mundo contemporâneo. **Revolução burguesa clássica**, ela constitui, para a abolição do regime senhorial e da feudalidade, o ponto de partida da sociedade capitalista e da democracia liberal na história

da França. Revolução camponesa e popular, porque antifeudal sem compromisso, tendeu por duas vezes a ultrapassar seus limites burgueses.

O presente texto tem uma relativa influência da narrativa marxista, a despeito de reconhecer as contribuições dos autores que relativizaram essa interpretação.



Assimile

- A França antes de 1789:
 - Governo absolutista.
 - Sociedade estamental.
 - Alfândegas internas.
 - Econômica com fortes características mercantilistas.
 - Crise na produção agrícola (alimentos).
 - Crise financeira do Estado (déficit no orçamento público).
- Convocação dos Estados Gerais em 1789.
- Ausência de solução sobre os temas: impostos e sistema de votação.
- Início da Revolução com o levante dos representantes do Terceiro Estado para redigir uma Constituição para a França.
- Fases da Revolução:
 - Assembleia Nacional (1789-1792): domínio dos girondinos.
 - Convenção Nacional (1792-1795): domínio dos jacobinos.
 - Diretório (1795-1799): domínio dos girondinos.
- A Revolução Francesa termina com a tomada de poder por Napoleão Bonaparte.
- A Revolução Francesa possui várias interpretações, destacando-se duas: a liberal e a marxista.



No auge do terror a máquina alimentava-se com umas trinta cabeças por dia. Tratava-se de um espetáculo de vingança coletiva, no qual a massa popular encenava o seu acerto de contas com a nobreza deposta e seus adeptos. Anteciparam as grandes encenações outras que irão se repetir durante as situações revolucionárias do século XX, na Rússia comunista de 1917, na Alemanha nazista de 1933, na Itália fascista de 1922, ou nos julgamentos de massa dos seguidores da ditadura batistista feitos na Cuba revolucionária em 1959. (TERRA, [s.d.], [s.p.])

O governo dos jacobinos foi extremamente popular em função das medidas que tomou para as massas urbanas e rurais, mas acabou numa ditadura sangrenta que assassinou milhares de pessoas em processos judiciais sumários e sem direito à defesa. Em processos revolucionários violentos, muitas atrocidades ocorrem em nome da liberdade, da igualdade, da nação ou de algum outro discurso.

Em sua avaliação, a luta por um ideal político justifica violências extremas?



Marie-Antoniette. Direção de Yves Simoneau e Francis Leclerc. Canadá, 2006. Cinema. Biografia de Maria Antonieta (1755-1793), arquiduquesa da Áustria e rainha da França e Navarra. Com apenas 14 anos, ela chega à opulenta corte francesa após ser prometida ao rei Luis XVI. Sozinha, incompreendida e rejeitada por seu próprio marido, ela logo se torna a protagonista de vários escândalos cortesãos.

OSTERMANN, Nilse Wink; KUNZE, Iole Carreta. **Às Armas, Cidadãos!** São Paulo: Atual, 1995. Este livro traz uma boa discussão historiográfica sobre o tema, além de ser rico em documentos de época. Claro, também narra os acontecimentos de 1789 a 1799.

Sem medo de errar

1. Em primeiro lugar, é preciso pesquisar as origens da escrita do Hino Nacional da França e entender por qual motivo ele é conhecido como *Marselhesa*.

O hino nacional francês foi composto por Claude Joseph de Lisle, oficial do exército francês, em 1792. Ele foi escrito com o objetivo de encorajar os soldados franceses a lutar contra as tropas estrangeiras que invadiram a França e tentaram pôr fim à Revolução Francesa. Acabou ficando conhecido como *Marselhesa*, pois era cantado com muita frequência pelas tropas do exército revolucionário de Marselha. Uma atividade bastante interessante será buscar documentos de época que informem sobre a criação dessa canção.

2. Em segundo lugar, faça uma análise da letra da canção no contexto histórico da Revolução Francesa. Lembre-se da história do nacionalismo francês oriundo do processo revolucionário e das invasões dos reinos absolutistas que a França sofria naquele momento. Reflita também sobre como a noção de **cidadania** iluminista trouxe outra relação ao sentimento nacional, diferente daquele vivido pelos **súditos** do Antigo Regime.

3. No que se refere ao conteúdo do Hino Nacional francês, busque entender e interpretar as passagens que remetem aos conteúdos que você estudou, destacando os versos em que constam:

a. "Contra nós, da tirania": quem são os tiranos no contexto da revolução de 1789?

b. "Sangue impuro": quem são os homens de sangue impuro no contexto da revolução? E atualmente?

c. "Somos todos soldados para vos combater": de qual forma esse verso afirma o nacionalismo francês no final do século XVIII e atualmente?

d. Por qual motivo o Hino Nacional da França aborda diversas vezes os espaços agrários, "falando" em campos e arados?

4. Identifique os momentos da história francesa do século XIX em que a *Marselhesa* foi utilizada como hino nacional e os momentos em que ela foi banida pelos governantes da França. Busque os significados políticos desses momentos.

5. Pesquise sobre as discussões em torno do problema da imigração africana e árabe para a França e a atual composição da população francesa em termos de origens nacionais e de suas religiões.

6. Pesquise sobre as posições políticas dos principais partidos políticos da França e suas posições sobre a questão da imigração para o território francês.

7. Insira o conteúdo da reportagem nesse contexto, oferecendo especial destaque aos significados que a letra da Marselhesa possui para os grupos políticos franceses, bem como para suas lideranças.

Faça valer a pena

1.



A concepção que foi questionada é a que vê o século XVIII francês como uma luta de classes entre uma burguesia capitalista ascendente e uma classe dominante estabelecida de aristocratas feudais, que a burguesia em ascensão, consciente de si mesma como classe, procurava combater para substituí-la na condição de força dominante na sociedade. Essa concepção via a Revolução Francesa como o triunfo dessa classe e, conseqüentemente, como o mecanismo histórico que acabou com a sociedade feudal-aristocrática e inaugurou a sociedade burguesa capitalista do século XIX, a qual — deduzia-se — não teria podido surgir senão quebrando aquilo que Marx, quando falava da revolução proletária que considerava destinada a derrubar o capitalismo, chamava de 'o invólucro da velha sociedade'. Em resumo, o revisionismo criticava (e critica) o conceito de que a Revolução Francesa foi essencialmente uma revolução social necessária, um passo essencial e inevitável no desenvolvimento histórico da sociedade moderna e, é claro, a transferência de poder de uma classe para outra. (HOBSBAWN, 1996, p. 23)

Esse trecho da obra de Hobsbawm deve ser interpretado como:

- a) O relato de uma discussão historiográfica em torno da Revolução Francesa.
- b) Uma discussão sobre as origens da Revolução Francesa.
- c) Uma forma de legitimar a Revolução Francesa diante dos seus contemporâneos.
- d) Uma discussão sobre o caráter classista da Revolução Francesa.
- e) Uma reafirmação das posições marxistas do autor sobre a Revolução Francesa.

2.

Depois de 1794 ficaria claro para os moderados que o regime jacobino tinha levado a revolução longe demais para os objetivos e comodidades burgueses, exatamente como ficaria claro para os revolucionários que 'o sol de 1793', se fosse nascer de novo, teria que brilhar sobre uma sociedade não burguesa. Por outro lado, os jacobinos podiam sustentar o radicalismo porque em sua época não existia uma classe que pudesse fornecer uma solução social coerente como alternativa a deles. Esta classe só surgiu no curso da revolução industrial, com o "proletariado" ou, mais precisamente, com as ideologias e movimentos baseados nele. (HOBSBAWN, 1991, p. 65)

O texto do autor aponta para uma visão teleológica da História, legitimada na ideia de que:

- a) Os objetivos da burguesia e da própria 'marcha natural' da História impediram que a burguesia entendesse os movimentos políticos dos jacobinos.
- b) A derrota dos jacobinos fez ver aos radicais, tanto quanto aos *sans-culottes*, que uma sociedade igualitária seria possível apenas com o esmagamento dos girondinos.
- c) Os jacobinos e *sans-culottes* não poderiam oferecer uma solução social, visto que isso estava reservado pela História ao movimento operário nascido com a Revolução Industrial.
- d) Apenas a formulação socialista do movimento operário nascido da Revolução Industrial poderia redundar na redenção da humanidade, visto que os jacobinos não tinham consciência do seu papel histórico.
- e) A revolução foi longe demais e colocou em perigo os projetos de todos os grupos sociais que dela participaram.

3.



Quando o leigo instruído pensa na Revolução Francesa, são os acontecimentos de 1789, mas especialmente a República Jacobina do Ano II, que vêm à sua mente. O empertigado Robespierre, o gigantesco e dissoluto Danton, a gélida elegância revolucionária de Saint-Just, o gordo Marat, o Comitê de Salvação Pública, o tribunal revolucionário e a guilhotina são as imagens que vemos mais claramente. [...] Os girondinos são lembrados apenas como um grupo, e talvez por causa das mulheres politicamente sem importância, mas românticas que estavam ligadas a eles – Mme. Roland ou Charlotte Corday. Quem, fora do campo especializado, conhece sequer os nomes de Brissot, Vergniaud, Guadet e do resto? Os conservadores criaram uma imagem duradoura do Terror, da ditadura e da histórica e desenfreada sanguinolência, embora pelos padrões do século XX, e mesmo pelos padrões das repressões conservadoras contra as revoluções sociais, tais como os massacres que se seguiram à Comuna de Paris de 1871, suas matanças em massa fossem relativamente modestas: 17 mil execuções oficiais em 14 meses. Os revolucionários, especialmente na França, viram-na como a primeira república do povo, inspiração de toda a revolta subsequente. Pois esta não era uma época a ser medida pelos critérios humanos cotidianos. (HOBSBAWN, 1996, p. 72)

Nesse trecho de sua obra, o historiador Eric Hobsbawm (1991) busca:

- a) Justificar a ditadura de Robespierre.
- b) Reduzir a importância de Robespierre no período do Terror.
- c) Relativizar a importância da ditadura de Robespierre.
- d) Responsabilizar os girondinos pela tradicional ênfase dada às matanças do período do Terror.
- e) Afirmar que o período do Terror é justificado pelos padrões humanos cotidianos.

Referências

BAHKTIM, Mikhail. **A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

BRASIL. **Autos de Libelo Cível de Reivindicação de Liberdade**. Processo nº 1188, Caixa 45, do 1º Ofício do Tribunal de Justiça de Campinas, 1828.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DAMÁSIO, Adauto. Gerência Científica, Robotização e Toyotismo: Mudanças no Mundo do Trabalho. **Revista de Ciências Gerenciais**, Leme, v. 2, nº 1, jun. 1998.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre dos Gatos e outros escritos da história cultural francesa**. 2. ed. Tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HOBSBAWN, Eric. **A Era das Revoluções**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LANDES, David. S. **Prometeu Desacorrentado**: Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial, de 1750 até nossos dias. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

OSTERMANN, Nilse Wink; KUNZE, Iole Carreta. **Às Armas, Cidadãos!** São Paulo: Atual, 1995.

SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. Tradução de Rolando Roque da Silva. 9. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

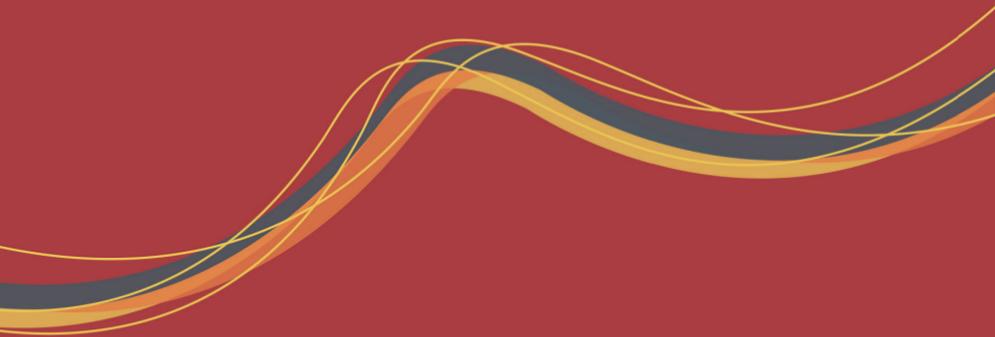
TERRA. **Revolução francesa**. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/rev_francesa_tres2.htm>. Acesso em: 14 set. 2017.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Senhores e Caçadores**. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Tradução de Yvonne Jean. 4. ed. Brasília: Editora de Universidade de Brasília, 1997.

WREN, Daniel A. **Ideias de Administração**: o pensamento clássico. São Paulo: Ática, 2007.



ISBN 978-85-522-0263-9



9 788552 202639 >